



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Stephanie da Rocha Santana da Silva

**Saying it out loud!: Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970**

São Gonçalo

2023

Stephanie da Rocha Santana da Silva

**Saying it out loud!: Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S586 Silva, Stephanie da Rocha Santana da.  
Saying it out loud!: Movimento Negro, Cultura e Política na década de  
1970 / Stephanie da Rocha Santana da Silva. – 2023.  
138f.: il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva.  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Negros – Movimentos sociais – Teses. 2. Negros – Brasil – Identidade  
racial – Teses. 3. Ditadura – Teses. 4. Resistência ao governo – Brasil – Teses.  
I. Silva, Izabel Priscila Pimentel da. II. Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 323.12

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Stephanie da Rocha Santana da Silva

**Saying it out loud!: Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 14 de novembro de 2023.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Andréa Cristina de Barros Queiroz  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Petrônio José Domingues  
Universidade Federal do Sergipe

São Gonçalo

2023

## DEDICATÓRIA

À Ester Maria da Rocha, minha mãe, à quem dedico esse e todos os meus trabalhos acadêmicos.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento dessa dissertação. Sem o apoio, amizade, amor e generosidade de vocês esse trabalho não seria possível. Seja na orientação, nos abraços, nos comentários na banca de qualificação, no almoço de domingo ou no acolhimento diário vocês contribuíram imensamente para a construção dessa dissertação.

Primeiramente, agradeço à minha mãe por sempre ter me apoiado na vida acadêmica, financeira e emocionalmente. Sua total abdicção pessoal em prol da minha instrução me trouxe até aqui e seguirá me guiando por toda a minha vida. Os valores, o amor, o carinho que você me passou e ainda me passa diariamente me engrandecem como ser humano e como pesquisadora. Obrigada por seguir me ensinando tanto.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Izabel Pimentel, pelo seu compromisso comigo e com a pesquisa ao longo dessa jornada. Sua generosidade, paciência e conhecimento foram parte indispensável do processo de escrita desta dissertação e sem sua orientação atenta, disponível e dedicada esse trabalho não seria possível. Levarei seus ensinamentos de como produzir academicamente para o resto da minha carreira. Aproveito o ensejo para agradecer à banca examinadora que me deu dicas valiosas na qualificação que tornaram este trabalho mais completo e potente.

Agradeço imensamente ao militantes do movimento negro que trilharam esse caminho antes de mim abrindo as portas através de muita luta e abdicção pessoal para que pessoas negras como eu tivessem largo acesso à educação pública de qualidade no país. Todo seu empenho me trouxe onde até aqui. Especialmente gostaria de agradecer Amauri Pereira, Astrogildo Esteves Filho, Carlos Alberto Medeiros, Ivair Augusto dos Santos, José Adão, Rafael Filho, Vera Mara Teixeira e Vilma Homero por terem aceito me conceder entrevistas para essa dissertação. Vocês tornaram possível que esse trabalho se torne uma ponte entre gerações de militantes do movimento negro.

Agradeço à Larissa Maraçat, Diego Dezidério, Vanessa Kellner, Vanessa Durão, Erika Azevedo, Phelipe Rezende, Érika Monteiro, Marianna Muniz e a Ana Navarro Saraiva que toda a vez que eu precisei de um amigo estiveram lá. Vocês acreditaram em mim mais que eu mesma e quando eu precisava de colo também me ofereceram. Obrigada pelas palavras de carinho, pelas cervejas, pelo incentivo quando eu pensei em desistir e por serem os melhores amigos que alguém pode ter. Sem vocês essa dissertação não seria possível.

Gostaria também de agradecer à Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP) na qual desenvolvi minha monografia e agora esta dissertação. A FFP é indispensável na minha formação acadêmica, mas principalmente social. Quando entrei aos 18 anos de idade aprendi muito não só na sala de aula como por seus corredores e centros acadêmicos. Agora durante essa dissertação recebi todo o apoio necessário para desenvolvê-la.

Por fim, agradeço aos meus ancestrais que nunca aceitaram o lugar de submissão que lhes foi imposto e lutaram bravamente para que eu estivesse aqui.

## RESUMO

SILVA, Stephanie da Rocha Santana da. *Saying it out loud!:* Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970. 2023.138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A presente dissertação busca discutir a atuação do movimento negro no eixo Rio-São Paulo na década de 1970. O objetivo é examinar como essa geração que funda o Movimento Negro Unificado, percebido como berço do movimento negro brasileiro contemporâneo, se organizou ao longo da década de 1970, para que em 1978 uma nova fase do Movimento fosse criada, uma fase mais concentrada na atuação por meio do protesto social e de enfrentamento da ditadura então vigente. Não obstante, também buscaremos analisar o surgimento, nesta mesma década, do Movimento Black-Rio, que influenciou milhares de jovens negros através dos bailes de música soul nos subúrbios carioca, e quais foram as relações estabelecidas entre os bailes e as demais formas de atuação do movimento negro. Levando em conta a tradição de um movimento negro com atuação por meio do viés cultural, as interações que acontecem nesse período são importantíssimas para definir uma nova forma de atuação deste movimento, mesclando cultura e política. Para isso, busca-se compreender suas tensões, influências e confluências entre si e com o mundo, através da análise de entrevistas realizadas com lideranças do movimento negro na década de 1970, a partir da metodologia da História Oral.

Palavras-chave: Movimento Negro; ditadura; Movimento Negro Unificado; Movimento Black Rio; resistência.



## ABSTRACT

SILVA, Stephanie da Rocha Santana da. *Saying it out loud!:* Black Movement, Culture and Politics in the 1970's. 2023. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) –Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

This dissertation aims to discuss the role of the black movement in the Rio-São Paulo axis in the 1970s. The objective is to examine how this generation that founded the Unified Black Movement, perceived as the birthplace of the contemporary Brazilian black movement, organized itself throughout the decade 1970. 1970 so that in 1978 a new phase of the Movement was created, a phase more concentrated on action through social protest and confronting the dictatorship in force at the time. However, we will also seek to analyze the emergence, in this same decade, of the Black-Rio Movement, which influenced thousands of young black people through soul music dances in the suburbs of Rio, and what were the relationships established between dances and other forms of activity. of the black movement. Taking into account the tradition of a black movement operating from a cultural perspective, the interactions that occur during this period are extremely important to define a new way of acting for this movement, merging culture and politics. To this end, we seek to understand their tensions, influences and confluences among themselves and with the world, through the analysis of interviews carried out with leaders of the black movement in the 1970s, using the methodology of Oral History.

Keywords: Black Movement; dictatorship; Unified Black Movement; Black Rio Movement; resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Tony Tornado no V FIC em 1970 .....	26
Figura 2 –	Dom Filó e Carlos Alberto Medeiros em uma das festas Noite do Shaft nos anos 1970 .....	28
Figura 3 –	Dois homens se cumprimentando na entrada do baile soul .....	31
Figura 4 –	Milton Barbosa discursando no ato público de fundação do MUCDR dia 7 de julho de 1978 .....	35
Figura 5 –	Jovens frequentadores dos bailes vestidos no estilo soul .....	48
Figura 6 –	Organograma do SISNI montado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo .....	54
Figura 7 –	Documento pelo qual o SNI consulta o Ministro da Justiça sobre prender Abdias do Nascimento .....	62
Figura 8 –	Reunião de militantes do MNUCDR com identificação dos militantes pela polícia em 1979 .....	78
Figura 9 –	Relatório Especial de Informações. Acervo Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações do Exército (CIE), 1982 .....	79
Figura 10 –	Carta de Princípios do Novimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial 1978 .....	83
Figura 11 –	Capa da primeira edição do jornal SINBA produzido pela Sociedade de Intercâmbio Brasil África .....	110
Figura 12 –	Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado. Nº 19. maio, junho e julho de 1991 .....	118

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Cecan	Centro de Cultura e Arte Negra
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
Sinba	Sociedade de Intercâmbio Brasil-África

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>O MOVIMENTO NEGRO NA DÉCADA DE 1970</b> .....	17
1.1	<b>O golpe de 1964 e primeiras associações negras em tempos de ditadura ....</b>	18
1.2	<b>I feel good! – movimento black rio e o orgulho de ser negro</b> .....	22
1.3	<b>Movimento negro unificado</b> .....	32
1.4	<b>Ser negro – uma questão de identidade</b> .....	42
2	<b>DITADURA, REPRESSÃO E RACISMO</b> .....	50
2.1	<b>Perseguição às associações negras</b> .....	57
2.2	<b>E os bailes viraram caso de polícia</b> .....	64
2.3	<b>Negro tem que ir pro pau!</b> .....	74
3	<b>TENSÕES, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS: A ORGANIZAÇÃO NEGRA NA DÉCADA DE 1970</b> .....	89
3.1	<b>Ponte aérea: O Movimento Negro Unificado do Rio de Janeiro</b> .....	94
3.2	<b>Tensões, convergências e divergências – um movimento em movimento ....</b>	105
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	129
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	133

## INTRODUÇÃO

Nos clubes, nos jornais da imprensa negra alternativa ou nas universidades, o movimento negro brasileiro foi atuante durante todo o século XX, na verdade desde o final do século XIX, logo após a abolição da escravidão<sup>1</sup>. A Frente Negra Brasileira, a Imprensa Negra, a União dos Homens de Cor, o Teatro Experimental do Negro, entre muitas outras organizações, atuaram na luta por igualdade racial, entre brancos e negros. Essa atuação ganha na década de 1970, maior organização interna, alcance e visibilidade.

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a atuação do movimento negro na década de 1970, considerada aqui o berço do movimento negro contemporâneo no Brasil. O foco da dissertação são os acontecimentos que se desenrolaram no eixo Rio-São Paulo que vão culminar na criação do Movimento Negro Unificado no fim desta década. Abordando as duas principais vias de atuação desse movimento, o viés cultural e o viés político, o trabalho busca entender as nuances desse movimento tão diverso através das memórias dos militantes atuantes no período. A dissertação pretende analisar dois grandes movimentos desta década dentro do eixo Rio-São Paulo: O Movimento Black Rio e o Movimento Negro Unificado e como esses dois movimentos afetaram e foram afetados pelo contexto político e social que experimentaram.

Nessa mesma década de 1970, o país estava enfrentando uma ditadura civil-militar que atuou firmemente na repressão dos movimentos sociais e de demais opositores do seu sistema de governo. No caso do movimento negro, a vigilância e a interferência do governo foi um fator importante para definir as relações que os militantes estabeleceram no período. Dessa forma, são temas importantes para essa dissertação as tensões externas e internas, as influências e os desafios que vão nortear a atuação do movimento negro no Rio e em São Paulo.

Na década de 1970, os estudos que usavam como paradigma a chamada “História Social”, que tem como marco inicial a importante e famosa Escola dos Annales, ganhou espaço na historiografia a nível mundial. Isso proporcionou a incorporação de temas e métodos antes exclusivos de outras áreas das Ciências Humanas que contribuem para a diversificação e alargamento do que seria objeto da pesquisa histórica. Segundo Castro, “A

---

<sup>1</sup> Petrônio Domingues identifica jornais da imprensa negra e clubes criados logo após lei áurea no fim do século XIX. Para mais informações ler: DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **TempoRevista do Departamento de História da UFF**, v. 12, p. 113-136, 2007.

interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica.”<sup>2</sup> Nesse sentido, a História Social fica popular no estudo dos movimentos sociais pela historiografia utilizando temas e métodos antes exclusivos das Ciências Sociais e da Antropologia. Ainda de acordo com Hebe Mattos transformar o estudo dos “movimentos sociais” em tema da História significa problematizar a construção de identidades coletivas e a problemática da agência social na história.<sup>3</sup>

No que se refere ao estudo dos movimentos sociais no Brasil, a maioria dos autores identifica uma alteração no referencial de organização desses movimentos e o surgimento de novos atores coletivos organizados na sociedade civil na década de 1970. Sobre essa nova configuração de organização dos movimentos sociais, Barcelos<sup>4</sup> aponta que o conceito de identidade substitui ideologia como referencial para a atuação e análise dos movimentos sociais. Com isso, ele defende que as várias dimensões da identidade atuam nos agentes das ações coletivas. Essas dimensões individual, coletiva e pública da identidade se articulam buscando não só criar ou redefinir identidades sociais, com um sentido positivo, como também buscam propor novos projetos de sociedade possíveis.

Esse fortalecimento da questão identitária dos movimentos sociais é de suma importância não só para o crescimento do Movimento Negro, foco desse trabalho, como para o reconhecimento da importância da discussão acerca de racismo entre os demais movimentos sociais brasileiros e para os diversos setores da sociedade, ampliando a discussão sobre a desigualdade racial brasileira, que por muito tempo foi negada.

No caso específico do movimento negro, a década de 1970 é importante, pois marca não só o retorno da organização negra após o golpe civil-militar de 1964, pelo menos em maior escala, com as associações negras a partir de 1971, a chegada do *Soul* e sua influência que dá origem ao Movimento Black Rio e à formação do Movimento Negro Unificado. Com isso estabelecido, essa dissertação pretende perceber e analisar as tensões, influências e confluências que circularam e balizaram o nascimento do movimento negro contemporâneo que une todas essas experiências que se desenrolam através da década de 1970, com foco nessa geração de militantes negros que atuaram no eixo Rio-São Paulo. Para isso, realizamos entrevistas com 8 militantes do período que balizaram as discussões levantadas ao longo deste trabalho.

---

<sup>2</sup> MATTOS, Hebe. História Social. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 1ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997, v. , p. 76.

<sup>3</sup> MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In: Ciro Flamarion Cardoso Ronaldo Vainfas. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, v. , p. 95.

<sup>4</sup> BARCELOS, Luis. C. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, 1996, pg. 189.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo temos a apresentação do movimento negro no Rio e em São Paulo através das organizações negras, como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), importantíssimos para a organização de uma juventude negra que estava tendo acesso às universidades públicas e passam a perceber a discriminação em lugares que antes não ocupavam. A situação é parecida no Rio de Janeiro e em São Paulo. Jovens negros passam a ter acesso a discussões que antes não conheciam e são introduzidos a teóricos que falam da desigualdade social e econômica, mas sentiam falta de discutir a desigualdade racial que experimentavam na pele todos os dias.

Simultaneamente, chegavam ao tempo todo referências de movimentos negros fora do Brasil, principalmente dos Estados Unidos e do continente africano, no qual estavam acontecendo os movimentos de libertação e descolonização de vários povos africanos. Então a geração de 1970 se apropriou de todas essas referências e criou movimentos que dessem voz aos seus anseios de representatividade e mudança; daí surgem o Movimento Black-Rio, uma explosão de identidades soul no subúrbio carioca, mobilizando milhares de jovens negros por semana e o Movimento Negro Unificado, iniciativa nacional com sede em São Paulo, que toma as ruas num ato público sem precedentes em plena ditadura civil-militar no ano de 1978.

Encerramos o primeiro capítulo refletindo sobre a questão da identidade negra, ou identidades negras, que mobilizam a criação desses movimentos na década de 1970. Antes disso, pensemos um pouco no conceito de raça. Para essa pesquisa, interessa particularmente o caminho iniciado por W. E. B. DuBois<sup>5</sup>, ainda no século XIX, e trilhado por outros pesquisadores, como Amílcar Araújo Pereira e Kwame Anthony Appiah. Segundo esse último, Du Bois cria uma arqueologia da ideia de raça que seria usada por pesquisadores das questões raciais que vieram depois dele. Du Bois propôs a ideia de raças diferentes baseadas nas diferenças sócio-históricas ao invés das biológicas e no lugar da hierarquização das raças, ele defendeu a ideia de contribuições diferentes de cada uma delas para a civilização. Desenvolvendo as bases estabelecidas por ele, Appiah chama esse reconhecimento das diferenças raciais proposto por Du Bois de “racialismo”<sup>6</sup>. Para ele, o racialismo é um pressuposto para as diferentes formas de racismo, mas não é necessariamente ruim, pois não

---

<sup>5</sup> William Edward Burghardt Du Bois, mais conhecido com W. E. B. Du Bois, foi um historiador e sociólogo negro norte-americano nascido em 1868. Du Bois é até hoje um dos nomes mais conhecidos do movimento negro americano não apenas pelos seus livros sobre raça, racismo e justiça social, como pela sua atuação como ativista dos movimentos pelos direitos civis. Ele foi um dos fundadores da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP), a maior organização que luta por direitos civis nos Estados Unidos. Ele faleceu em 1963.

<sup>6</sup> APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 73.

carrega em si a noção de hierarquização racial. Para Amílcar Araújo Pereira<sup>7</sup>, é nesse racialismo, com a noção de “separado, mas igual” que os militantes do movimento negro brasileiro do século XX apoiam sua atuação.

E essa noção de “separado, mas igual” é uma afronta ao mito da democracia racial que defendia a ideia de igualdade racial e de uma identidade brasileira acima de identidades raciais. Nesse caso, de acordo com a democracia racial não haveria uma identidade negra, o que existia era a identidade brasileira que reunia elementos de todos os grupos raciais no Brasil. A geração de 1970 explorava uma identidade racial maior que a identidade brasileira, uma identidade formada com elementos exteriores ao Brasil. Uma identidade descentrada. Pensando nessas identidades como descentradas, como defende Cauê Gomes Flor, essas identidades transpassam as fronteiras de países e se conectam através de uma rede de troca de referências e de influências que começa na diáspora africana. Analisamos também como algumas interpretações sobre a obra do importante sociólogo brasileiro Gilberto Freyre contribuiu para a construção do mito da democracia racial e para a construção de uma identidade afro-brasileira que será questionada por essa geração de militantes.

Durante essa mesma década de 1970, o Brasil passava por uma ditadura civil-militar e o movimento negro, assim como outros movimentos sociais, foi alvo da sua vigilância e da sua repressão. A perseguição imposta pelos órgãos de inteligência e repressão da ditadura, como o Sistema Nacional de Informações e a Polícia Militar (que até hoje exerce papel central na manutenção do racismo estrutural<sup>8</sup> na sociedade brasileira), atravessou de maneira essencial a atuação desses movimentos e das atividades desenvolvidas por eles, fossem elas bailes ou palestras. O medo da violência, do encarceramento, da tortura e as negociações são parte das experiências desses movimentos e definem a atuação dos militantes que foram responsáveis por sua criação e liderança. Por isso, o golpe civil-militar e as relações de perseguição que se estabelecem depois dele são também importantes para o desenvolvimento do objeto dessa pesquisa e tema do segundo capítulo que vai ser focado em analisar as relações da movimento negro com a ditadura civil-militar

No segundo capítulo faremos uma análise de parte da documentação produzida pelos órgãos de vigilância da ditadura. Nesse sentido, importante ressaltar que a maior parte da documentação integra o dossiê “Racismo Negro no Brasil”, que consiste em um compilado de

---

<sup>7</sup> PEREIRA, Amílcar. Araújo. **'O Mundo Negro': relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

<sup>8</sup> De acordo com Silvio Almeida, escritor, advogado e professor universitário, o racismo é sempre estrutural e não depende de conjunturas para existir ou aparecer. Ele faz parte da organização econômica, social e política da sociedade. ALMEIDA, S. L.. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo/ Brasil: Pólen Livros, 2019.



documentos organizados e disponibilizados pelo Arquivo Nacional em seu sistema de dados online, contendo documentos produzidos pelo aparato repressivo da ditadura civil-militar na década de 1970 sobre a atuação do movimento negro ou de qualquer manifestação de denúncia da existência do racismo no Brasil.

Merecem destaque também os relatórios da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e de São Paulo, que apresentam capítulos específicos sobre a questão racial na ditadura civil militar. A análise dessa documentação é importante para entender o contexto da atuação desse movimento e como as relações com um governo autoritário afetou as experiências dos seus militantes.

O terceiro capítulo é focado nos desafios que essa geração encontrou em seu percurso. Tensões e divergências são naturais em um movimento tão plural como o movimento negro. Para entender suas motivações e seus objetivos analisamos as memórias desses militantes individualmente e principalmente como elas se encontram na coletividade. No caso da memória do movimento negro dentro do período aqui estudado, a memória coletiva compartilhada por esse grupo em específico pode ser considerada subterrânea, nas palavras de Michael Pollak<sup>9</sup>, ou seja, uma memória que está em disputa com a memória coletiva oficial. Essas memórias relacionadas a culturas e grupos políticos minoritárias são silenciadas e oprimidas em detrimento da construção de uma narrativa oficial única. O terceiro capítulo pretende proporcionar um olhar mais profundo de como os militantes experimentaram as questões do seu tempo. Como as confluências e as divergências adicionaram camadas importantes nas lutas que estavam travando naquele momento. Mais que isso, como essas questões internas ao movimento negro contribuíram para a construção de um movimento negro plural, potente e com uma gama de possibilidades de atuação como é hoje em dia.

A metodologia da História Oral não foi utilizada apenas no terceiro capítulo, pois o uso de entrevistas como fontes históricas perpassa toda a dissertação. Isso porque a História Oral é uma metodologia que possibilita investigar lembranças e esquecimentos de cada indivíduo e, também, reunir evidências de processos mais amplos e coletivos de construção de um passado comum e compartilhado. No estudo da história de movimentos sociais, essa contribuição permite trazer à tona um pouco da subjetividade de indivíduos que protagonizaram suas ações políticas.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, 1989.

<sup>10</sup> PENNA, Mariana Affonso. História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares. **História Oral**, v. 20, n. 2, jul./dez. 2017, p. 7.

A História Oral se popularizou enquanto método entre os historiadores a partir da década de 1980, entre aqueles que se dedicavam ao estudo de processos históricos recentes. Essa metodologia possibilita a visão de “uma outra história” ou a “história vista de baixo” que proporciona a análise do discurso dos envolvidos em determinado processo histórico e se torna ainda mais potente no estudo de movimentos sociais atuantes em períodos de repressão política, onde agiam muitas vezes na ilegalidade e sem produzir material escrito.

A História Oral como metodologia se estabelece então como recurso para que essas memórias e narrativas consideradas subalternizadas ou “não oficiais” se tornem objetos de pesquisa histórica, podendo assim democratizar o direito à memória de diversos grupos. No caso do Movimento Negro, esse direito à memória é corrompido pelo apagamento contínuo da luta social mobilizada pela causa negra. A História Oral é uma possibilidade para que essas vozes sejam propagadas e que a história seja finalmente devolvida às pessoas que a construíram, segundo seu próprio ponto de vista.

Nesse sentido, o acervo de entrevistas do projeto "Histórias do Movimento Negro no Brasil"<sup>11</sup> do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), realizadas por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, que pode ser considerado o mais amplo projeto de entrevistas com militantes da geração de 1970 e décadas posteriores, é essencial na composição deste trabalho, por trazer relatos de militantes do Movimento Negro nos anos estudados, ampliando as narrativas do período.

Também foi essencial a realização de entrevistas realizadas especialmente para esta dissertação. As entrevistas foram realizadas remotamente com 4 militantes paulistas: Astrogildo Esteves, José Adão, Ivair dos Santos e Rafael Pinto e 4 militantes do Rio de Janeiro: Amauri Pereira, Carlos Alberto Medeiros, Vera Mara Teixeira e Vilma Homero que puderam compartilhar suas memórias sobre sua atuação. O grupo é formado por 6 homens e duas mulheres, todos nascidos entre as décadas de 1940 e 1950 estando agora em torno dos 70 anos de idade. Foi interessante poder comparar as respostas dadas a nós cerca de 20 anos depois das entrevistas realizadas por Amílcar Araújo Pereira e Verena Alberti assim como a possibilidade de descobrir novas narrativas que antes não foram exploradas.

Essa dissertação pretende contribuir com os estudos históricos sobre o movimento negro contemporâneo compondo um quadro maior dos estudos raciais no Brasil. Não obstante, pretende também ser um canal para que brasileiros, negros e brancos, se apropriem de conhecimento sobre as relações raciais no país.

---

<sup>11</sup> As entrevistas estão disponíveis no site do CPDOC: <http://cpdoc.fgv.br/>

## 1 O MOVIMENTO NEGRO NA DÉCADA DE 1970

Depois do golpe civil-militar de 1964, as organizações que compunham o movimento negro brasileiro foram desmontadas e seus militantes enfrentaram uma dupla repressão: de um lado, o racismo estrutural no qual a ditadura civil-militar teve papel central na manutenção e no aprofundamento, principalmente na relação com negros pobres e moradores de favela, e por outro lado, a perseguição política que os opositores do governo enfrentavam.

Esse capítulo se destina a apresentar um panorama da atuação do movimento negro durante a ditadura, mais especificamente na década de 1970, com destaque para suas múltiplas formas de atuação, com o Movimento Black Rio e o Movimento Negro Organizado. Para isso, o recorte é focado nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo que, juntamente com Salvador, não só tem longa tradição de mobilização negra, com organizações como Frente Negra Brasileira e Teatro Experimental do Negro, mas também serão palco nos anos 1970 da reorganização do Movimento negro após o golpe e o desmonte causado pelo golpe civil-militar de 1964.

No início da década de 1970, ainda que discretamente, o movimento negro voltou a respirar através de várias associações que foram criadas no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas em outros Estados também, como na Bahia e no Rio Grande do Sul. Essa década também marcou o retorno da imprensa negra com os jornais dedicados a fazer a denúncia do racismo no Brasil.

Simultaneamente a essa rearticulação, ou até mesmo parte dela, temos a chegada do *soul* ao Brasil, especialmente no Rio de Janeiro e os bailes *blacks* que se popularizam no Grande Rio chegando a movimentar milhares de pessoas por noite em cada festa, além de criar toda uma nova cultura em torno deles sendo essencial para a formação de uma nova identidade desenvolvida pela juventude negra em diálogo com sua transnacionalidade, se inserindo numa rede de troca de referenciais internacionais que, através da valorização da autoestima, dos traços fenóticos negros e da cultura, movimentou praticamente todo o subúrbio carioca.

Dois anos depois do Movimento Black Rio estampar o Jornal do Brasil sendo apresentado para o público em geral, agora praticamente encerrando a década de 1970 temos o Movimento Negro Unificado que é fundado com a intenção de ser pioneiro na forma de militância dentro do movimento negro nacional. E ele consegue. Leva uma multidão para ruas

e também estampa os jornais com um ato público contra o racismo, especialmente contra a violência racial, em plena ditadura civil-militar.

Neste capítulo vamos analisar esses dois movimentos, no recorte apresentado acima, e buscar compreender as suas bandeiras e projetos, assim como possíveis desavenças internas e o que ou quem suas lideranças estavam tentando buscar. Entendendo-os como expoentes de duas frentes de atuação do movimento negro essenciais para a concepção do movimento negro contemporâneo.

### **1.1 O golpe de 1964 e primeiras associações negras em tempos de ditadura**

O golpe civil-militar de 1964 marca a ascensão do autoritarismo ao poder. Inimigos das esquerdas e dos movimentos sociais, os grupos<sup>12</sup> que se associaram para tomar o poder eram mais heterogêneos que se pode imaginar. Em comum, tinham o medo do comunismo e, quase como consequência desse medo, repulsa pelo reformismo do governo trabalhista de João Goulart. Como sabemos, esses grupos saíram vitoriosos e o golpe iniciou uma ditadura civil militar que durou 21 anos, surpreendendo até mesmo parte de seus defensores.

Em 1964, o presidente João Goulart, conhecido como Jango, desagradava os grupos conservadores da sociedade brasileira por defender as chamadas “reformas de base”. Essas reformas eram bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária e por encontrarem bastante oposição deixaram o clima político no país acirrado. O presidente tentava unir uma bancada favorável com Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD), mas falhou em conseguir esse feito. A principal desavença era na questão da reforma agrária na qual as organizações de esquerda defendiam uma reforma mais radical e sem indenização aos proprietários, enquanto os grupos das direitas defendiam uma reforma apenas nas terras improdutivas e com indenização. No entanto, buscando encontrar esse equilíbrio entre as forças, o presidente foi acusado de ser muito moderado por algumas correntes das esquerdas e muito radical pelos conservadores. Vale ressaltar a conjuntura internacional da Guerra Fria, opondo capitalismo e socialismo, que se refletia na política interna não por se repetir, mas pelo governo de Jango ser associado pelas direitas com o

---

<sup>12</sup> Marcos Napolitano afirma que a trama que possibilita o golpe em 1964 envolve velhos e novos opositores do trabalhismo como: “civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia.” In: NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

comunismo. Além de Revolução Cubana que assustava os conservadores nacionais de uma experiência igual acontecer aqui.

Sem conseguir unir o Congresso, Jango decide então que as reformas seriam aprovadas apenas com o apoio das esquerdas e do movimento sindical. Realizou-se no dia 13 de março um comício na Central do Brasil promovido pelos grupos de esquerda<sup>13</sup> com a participação do presidente que fez o anúncio das reformas de base e dias depois enviou o projeto ao congresso. Os grupos de direita ficaram contrariados e a conspiração contra Jango ganhou corpo. Em resposta, aconteceu em 19 de março na cidade de São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na qual milhares de pessoas se reuniram contra João Goulart e suas reformas de base.

Dias depois da marcha, no dia 25 de março de 1964, um grupo de marinheiros, apoiados por grupos de esquerda, expressaram apoio às reformas propostas por João Goulart.<sup>14</sup> Eles se reuniram no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, entrando em acordo com o ministro do trabalho no dia seguinte tiveram suas prisões decretadas, no entanto o presidente concedeu anistia a eles, provocando a ira da alta oficialidade que acusava o governo de passar por cima de dois dos principais princípios militares: a disciplina e a hierarquia. No dia 30 de março, Jango compareceu a uma manifestação de sargentos com a presença dos marinheiros insurgentes. Os militares receberam isso como uma provocação inaceitável. No dia 31, inicia-se o processo do golpe, uma ação conjunta das Forças Armadas, com o apoio de políticos de oposição, governadores de alguns estados (São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Rio Grande do Sul), da grande imprensa, de setores da sociedade, empresários e dos EUA. No dia 1 de abril o golpe estava concretizado. Não houve resistência por parte do presidente deposto que partiu para exílio no Uruguai.

O golpe civil-militar desmobilizou o movimento negro temporariamente, colocando-o em refluxo. O medo da perseguição política levou os militantes a desmontarem suas

---

<sup>13</sup> Esses grupos formaram a Frente de Mobilização Popular, ou FMP, que era constituída pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional dos Estudantes (UNE), a Frente Parlamentar Nacionalista, as Ligas Camponesas, entre outros.

<sup>14</sup> Além disso, os marinheiros também tinham outras pautas, como o reconhecimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, reformulação do regulamento do código disciplinar da Marinha e melhoria dos soldos. <sup>35</sup> Abdias Nascimento foi um escritor, poeta, dramaturgo e artista plástico paulista radicado no Rio de Janeiro onde foi o fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN). O TEN foi uma das principais iniciativas do movimento negro brasileiro que tinha como objetivo denunciar a segregação no teatro nacional e valorização da herança africana. Abdias um dos militantes negros mais influentes da história do Brasil e teve importante atuação política pós ditadura civil militar do século XX sendo deputado federal, senador e secretário do Estado do Rio de Janeiro.

organizações. No caso Rio de Janeiro, o desmonte do Teatro Experimental do Negro foi impactante e mais impactante ainda foi a partida de Abdias do Nascimento<sup>35</sup> para autoexílio nos Estados Unidos. Assim permanece até a criação das primeiras associações na década de 1970, período que marcou a reorganização do movimento negro e início do movimento negro contemporâneo.

A primeira das associações negras criadas na década de 1970 foi o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul logo em 1971, o primeiro a adotar o dia 20 de novembro em substituição ao dia 13 de maio para a celebração da história e cultura negras. Logo em seguida veio o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) em 1972 em São Paulo; em 1974, o bloco de Ilê Aiyê em Salvador e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e depois o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) no Rio de Janeiro (RJ), em 1975, e o Centro de Estudos Brasil África (CEBA), em São Gonçalo (RJ) também em 1975, entre outras.

Essas associações tinham em seu nome quase sempre as palavras pesquisa ou estudo e atuavam majoritariamente pelo viés cultural afirmando a importância das culturas negras e realizando eventos de maneira a valorizar a herança africana e afro-brasileira. Elas também realizaram palestras e funcionavam no formato de grandes assembleias, nas quais os militantes compartilhavam experiências e fortaleciam sua rede.

Ao falar sobre essas associações, Petrônio Domingues afirma que “além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento como regime.”<sup>15</sup> Sobre a atuação dessas associações, Carlos Alberto Medeiros<sup>16</sup>, militante negro que participou da formação da Sinba e do IPCN no Rio de Janeiro, fala um pouco sobre elas:

Eram organizações [SINBA e IPCN] com uma fachada cultural, porque você não podia... Era Ditadura Militar. O IPCN foi fundado em 1974. Seria um desafio muito grande você apresentar uma organização explicitamente política, então elas tinham uma fachada cultural. Instituto de Pesquisas das Culturas Negras que nunca pesquisou absolutamente nada, era uma fachada. Curioso que isso aconteceu pelo Brasil afora e sem comunicação, não havia internet, a grande parte das pessoas não tinha telefone. Então essas organizações apareceram... A primeira que eu tenho registro é o Grupo Palmares em Porto Alegre, em 1971, e foi quem começou com essa ideia do 20 de novembro, que eles chamavam de Dia do Negro. Aqui no Rio, em São Paulo, na Bahia, os próprios blocos afros da Bahia, o Ilê Aiyê que foi fundado em 1974 é uma parte desse processo. Mas muito com uma canalização cultural que eu acho que em um determinado momento é um pouco como a... Como é que se chama... O sincretismo, que é uma tática e no final mistura e você não

<sup>15</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, p. 113-136, 2007.

<sup>16</sup> Nascido em 04/08/1947 Carlos Alberto Medeiros é Bacharel em Comunicação e Editoração (UFRJ) e mestre em Sociologia e Direito (UFF) militante do movimento negro desde a década de 1970 participação da fundação da SINBA e do IPCN. É especialista em ações afirmativas e pesquisador das relações raciais entre Brasil-Estados Unidos.

desenreda mais. Então a cultura era uma fachada, mas de repente as organizações se transformaram em organizações culturalistas, como dizia uma crítica que se fez na época por alguns setores, como se a cultura em si pudesse modificar a realidade.<sup>17</sup>

Segundo Medeiros, o aspecto puramente cultural dessas associações era uma fachada diante do contexto de repressão política imposta pela ditadura civil-militar e que, mesmo não havendo necessariamente comunicação entre essas associações, outras foram surgindo pelo Brasil e funcionavam dessa mesma forma. É interessante também que ele diz que essa fachada cultural se confunde e se atrela de maneira irremediável à atuação dessas associações.

A afirmação de Petrônio Domingues e parte do depoimento de Carlos Alberto Medeiros nos suscitam algumas questões: Será que negar o dia 13 de maio, dia de comemoração oficial da assinatura da Lei Áurea, e valorizar um personagem negro, Zumbi dos Palmares, como protagonista da luta por liberdade não é enfrentar politicamente um regime que nega a existência de um problema racial? Desenvolver formas de resistência cultural a uma ditadura que sistematicamente oprimiu pessoas negras ameaçando cortar seus cabelos também não é enfrentamento? E se a resposta for não, temos outra pergunta: Por que então temos uma robusta documentação produzida pela repressão que acompanha tanto essas associações chamadas “culturalistas” e depois os bailes *blacks*? Essas são algumas das questões que buscaremos responder ao longo desse trabalho. Mas por agora voltemos à reorganização do movimento negro após o golpe civil-militar de 1964.

Além dessas associações, formadas em sua maioria por centros de pesquisa e estudo, outra forma de atuação do movimento negro na década de 1970 foi a imprensa negra. A década marcou o retorno dos jornais e revistas que tinham como tema a questão do negro no Brasil. Retorno porque a imprensa negra surge como braço importante do movimento negro no fim do século XIX com o jornal “A Pátria”, fundado pelo abolicionista negro Ignácio de Araújo Lima em São Paulo, cidade que vai concentrar o maior número de jornais da imprensa negra que vai se fortalecer durante os primeiros anos do século XX. Já seu retorno, do qual estamos tratando aqui, na década de 1970, se insere dentro da chamada imprensa alternativa.<sup>18</sup> Essa imprensa alternativa era um importante canal de denúncia da violência cometida pela ditadura. Formados em sua maioria por jornalistas de esquerda e grupos

---

<sup>17</sup> MEDEIROS, Carlos Alberto. Depoimento concedido ao projeto “**Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 04 de julho de 2013. Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> Imprensa alternativa é como ficaram conhecidos os jornais de formato tablóide ou minitablóide, muitos de circulação restrita e de tiragem irregular quase sempre de oposição ao ditadura civil-militar instaurada em 1964. A imprensa alternativa era formada por jornais de vários tipos, como jornais de grupos minoritários como grupos feministas, de negros e de homossexuais.

políticos de oposição ao governo autoritário, eles também uniam jornais produzidos por grupos minoritários. Alguns desses periódicos da imprensa negra são produzidos pelas associações que citamos acima, como o jornal *Sinba* produzido pela Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Nesse período foi criado também o *Árvore das Palavras*, o *Jornegro*, *Tiçã*, entre outras publicações importantes para o período.

Muito importante também foi a seção Afro-Latino-América do jornal *Versus*, um jornal de esquerda bastante atuante no enfrentamento à ditadura civil-militar. A seção foi criada pelos jornalistas negros Neusa Maria Pereira, Hamilton Bernardes Cardoso (Zulu Nguxi) e Jamu Minka<sup>19</sup>. A articulação promovida por essa seção, assim como seus jornalistas encarregados, teve papel central na fundação no Movimento Negro Unificado, como veremos ainda nesse capítulo.

Tanto as associações como os jornais da imprensa negra foram importantes para marcar a volta da atuação do movimento negro no pós-golpe. Mais conectadas do que possa aparentar num primeiro momento, essas iniciativas encontravam-se nos objetivos que eram a valorização da cultura negra e a denúncia acerca da situação do negro no Brasil. Esses objetivos vão ser compartilhados pelo Movimento Black Rio e pelo Movimento Negro Unificado, as duas frentes do movimento negro no Rio e em São Paulo que são foco dessa pesquisa.

## 1.2 *I feel good!* – movimento black rio e o orgulho de ser negro

Entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970, no Rio de Janeiro, os bailes *soul* ganharam popularidade no subúrbio agitando a juventude negra. Sobre as origens dos bailes: “Eu já cheguei isso já estava rolando, ninguém sabe onde nasceu, quem foi o primeiro, ninguém sabe!”<sup>20</sup>

Isso quem fala é Asfilófilo de Oliveira Filho, conhecido com Dom Filó, fundador da equipe de som *Soul Gran Prix* e articulador dos bailes *soul* na década de 1970 e ele tem razão. Ninguém consegue localizar o início dos bailes, mas, para uns, eles teriam surgido na zona sul

<sup>19</sup> PEREIRA, Neusa Maria. O Afro Latino América que vive em mim. 2015. Disponível em: <http://www.marcosfaerman.jor.br/versus.html>. Acesso em: 28abril. de 2022.

<sup>20</sup> OLIVEIRA FILHO, Asfilófilo (Dom Filó). Entrevista concedida aos pesquisadores Izabel Pimentel e Renato Coutinho. Programa de Iniciação Científica, Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro: 18 de junho de 2018.



carioca, enquanto outros apontam a origem dos bailes nos subúrbios. Dom Filó é categórico em dizer que não foi em Copacabana, no Canecão<sup>21</sup> com o Big Boy<sup>22</sup> que o *soul* chegou ao Rio de Janeiro e, por conseguinte, ao Brasil. E por falar em Dom Filó, apesar de não ter sido o precursor dos bailes *black*, seu papel foi essencial para o Movimento Black Rio. Sua história é também importante para traçar um pouco o caminho que a música *soul* e os bailes percorreram até se tornarem o fenômeno que estamparam o *Jornal do Brasil* e outros meios de comunicação ao longo da década de 1970.

Asfilófilo de Oliveira Filho nasceu em 23 de novembro de 1949 no Rio de Janeiro e ganhou o apelido de Dom Filó. Quando criança morou em Botafogo, mas foi se entender politicamente quando se mudou para o Jacaré. Sua família foi afetada pelo “milagre econômico”<sup>23</sup> e seu pai, que trabalhava como mecânico, alcançou certa mobilidade social quando conseguiu se tornar sócio de uma revendedora de carros. Dessa forma, ele pagava a Faculdade de Filó e da sua outra filha e ainda pôde dar um carro para o seu filho de 18 anos. Segundo Filó, esse carro foi importante, pois possibilitava sua circulação por diversos bairros cariocas fazendo com que ele participasse das discussões sobre a questão racial no Brasil que estavam voltando à cena com o movimento negro, mas também para que sentisse que o preconceito racial era algo independente de sua classe social:

Aos 18 anos eu tinha um carro zero quilômetro, e nesse carro eu rodava o Rio Janeiro, Zona Sul à Zona Norte, tomando conhecimento de tudo que estava rolando isso me possibilitou, o encontro com pessoas que foram fundamentais na minha concepção intelectual e isso a partir do Movimento Negro que eu tive conhecimento, movimento artístico que se encontravam na Zona Sul, aqui mesmo no Renascença, enfim aos 18, 19, 20 anos eu cheguei a uma posição que algo teria que ser feito, porque mesmo com carro, mesmo com carro zero, sendo consciente a discriminação era latente era discriminado direto, então a minha informação política vem com o Movimento Negro, que eu tomo conhecimento aqui nesse Club.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> Tradicional casa de shows na zona sul no Rio de Janeiro responsável por receber grandes nomes da música nacional e internacional, inclusive o rei do soul, James Brown. Lá Big Boy realizava bailes com música black e em muitas narrativas é reconhecido como origem dos bailes soul no Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> Big Boy, pseudônimo de Newton Alvarenga Duarte, foi um dos DJ mais famosos da década de 1970, conhecido por sua linguagem jovem e descontraída. Foi responsável por vários bailes black no Canecão. Faleceu em 1977.

<sup>23</sup> Devido à política econômica implementada pelo ministro Delfim Neto e uma conjuntura internacional muito favorável, entre 1967 e 1973, o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes no país. Esse fenômeno ficou conhecido como “milagre econômico” brasileiro. No entanto existe um contraste quando esse crescimento econômico é comparado com a evolução do salário mínimo e da distribuição de renda que desafia essa ideia de desenvolvimento, no que se refere aos impactos sociais do milagre. No período abarcado pelo milagre o poder de compra dos trabalhadores que recebiam um salário mínimo não aumentou e a concentração de renda nas mãos do 5% mais ricos da população aumentou enquanto os 50% mais pobres tiveram uma parcela ainda menor dessa renda. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>

<sup>24</sup> OLIVEIRA FILHO, Asfilófilo (Dom Filó). *Op. cit.*

Essa pequena ascensão social que a família de Dom Filó alcançou e a possibilidade de circular pela cidade e ocupar lugares que antes não era possível o levou a essa tomada de consciência sobre o que era ser negro e as implicações disso em como era visto pelas outras pessoas. Filó vai morar em uma república, na Rua Resedá no bairro Lagoa, com outros

estudantes negros e com isso se envolve numa rede de artistas negros que envolvia nomes como a atriz Zezé Motta que na mesma época estrelou o filme Xica da Silva, produção de renome nacional cujo enredo depois virou novela de televisão. Sobre isso:

Nas badalações, reuniões e na república da Resedá, portanto, as ideias fervilhavam não apenas para Filó, mas para todas as cabeças pensantes de uma nova geração negra que iria reformular valores e estatutos sociorraciais brasileiros de forma definitiva. A rapaziada black estava unida.<sup>25</sup>

Filó afirma que além dessa experiência de ocupar novos lugares, físicos e sociais, o clube Renascença<sup>26</sup> tem um papel importante na sua atuação no movimento negro artístico. Apesar de ser um recinto de cultura negra e ter um público jovem que se encontrava lá, o clube em si tinha uma tradição que contemplava mais o samba e eventos tradicionais como concursos de beleza. Isso não agradava a juventude negra que estava querendo explodir novas identidades. O Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos aparecia como a grande inspiração para esses jovens, assim como os Panteras Negras e os Movimentos de Libertação em África. Essa juventude passa a ter acesso às revistas americanas, a *Ebony* é citada por Dom Filó e por Carlos Alberto Medeiros e alguns livros, como “Uma alma no exílio”, a autobiografia do ex-pantera negra Eldredge Cleaver. O acesso a essas revistas e livros chama atenção para a importância de uma identidade que mais recentemente passou a ser chamada de afrocentrada, isso é, focada em referências e símbolos negros seja de estética, seja de atuação política. A identidade negra, sua construção, desconstrução e reconstrução me parece importante para essa pesquisa e voltaremos a ela ao longo dessa dissertação, por ora, continuamos com a trajetória de Dom Filó, que irá se tornar dono de uma das maiores equipes de som dos bailes *black soul*.

Todas essas novas referências que chegavam com a revista *Ebony*, a atuação dos Panteras Negras, os livros americanos traduzidos circulavam no Renascença, mas também na zona sul, onde jovens negros se reuniam e discutiam temas relacionados ao racismo e a

---

<sup>25</sup> PEIXOTO, Luiz Felipe de Lima. SEBADELHE, Zé Octávio. **1976: Movimento Black Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

<sup>26</sup> Fundado em 1951 no Méier por um grupo de negros que não conseguiam se associar em outros clubes por conta de preconceito racial, o Renascença Clube se consolidou com espaço cultural negro suburbano no Rio de Janeiro. Em 1958 sua sede é transferida para o bairro Andaraí também na zona norte carioca onde fica até hoje.

situação do negro no Brasil, muitas vezes relacionados com as associações que já mencionamos aqui. Essas discussões vão ser essenciais para os bailes realizados por Filó. Em suas palavras:

Mas tinha uma galera consciente ali no meio, e essa galera se reunia as segundas feiras no Teatro Opinião que era na Zona Sul. No Teatro Opinião começam ali as discussões, você tinha ali artistas como Milton Gonçalves, Aroldo de Oliveira, Nei Lopes, Beth Carvalho, Rivelino Pérola Negra, Cartola e por aí vai, aquele movimento ali as segundas feiras era uma grande reunião de vários segmentos do Movimento negro, intelectuais, artistas, jovens, músicos etc... E a partir daquela reunião, nasceu uma segunda reunião, que foi a fundamental para o Movimento Black da época, que não impactou a grande massa, mas ponderou e empoderou seus líderes ou pelo menos tentou, nem todos vieram nessa, muitos negros de equipes de som, não aceitaram simplesmente, ficaram no movimento comercialmente, não era meu caso não era dinheiro, meu caso era questão política, então essa segunda reunião, foram várias reuniões que aconteceram numa universidade Candido Mendes em Ipanema, ali nascia o Movimento Negro organizado, primeiras entidades do Movimento, nasceram ali, IPCN Instituto Nacional de Pesquisa de Cultura Negra, Sinba e muitos outros, outras organizações.<sup>27</sup>

Nessa parte da entrevista, ele aborda possivelmente o motivo do seu papel na articulação do movimento *soul* ser tão reconhecido até hoje. Ele tinha uma preocupação e uma intenção com os bailes que não era puramente comercial. Por isso, essa curta trajetória que está sendo apresentada aqui é importante para enxergar os bailes e o *soul* como um catalisador e não como um simples espaço de reprodução de música estrangeira, mas sim uma forma de parte da juventude negra suburbana de exercer sua identidade. Identidade essa que precisava extrapolar os limites nacionais para atingir seu ápice, que será alcançado com os bailes que vão se espalhar pelo Rio de Janeiro ao longo da década de 1970.

Simultaneamente a essas reuniões de rearticulação, a música *soul* já estava tocando nas rádios e chegando aos festivais de Música no Brasil. Aqui é importante destacar a importância de Tony Tornado para que o *soul* se popularizasse. Tony é Antônio Viana Gomes, mais conhecido pelo seu nome artístico Tony Tornado, um conhecido cantor de *soul* nascido em São Paulo. Tony ficou conhecido ao vencer, em 1970, a fase brasileira do V Festival da Internacional da Canção com a canção BR-3. Tony usava o penteado *black power*, como ficou conhecido no Brasil, ou *afro* como era e ainda é chamado nos Estados Unidos. Ele morou por um tempo em Nova York e corria o boato que tinha conhecido os Panteras Negras. Tony trouxe, além do *soul*, toda a estética *black* que os jovens estavam almejando encontrar. Não só a estética como o orgulho de si mesmo que ela representava. Essa valorização e orgulho da estética negra é central para entender a proliferação do ritmo e dos bailes *soul*

<sup>27</sup> OLIVEIRA FILHO, Asfilófilo (Dom Filó). *Op. cit.*, pg 4.

entre a juventude negra naquele período e se relaciona diretamente com a identidade que eles estavam formando e a importância da coletividade à medida que passam a se orgulhar da sua estética e de suas origens. Podemos observar isso também nesse trecho do depoimento de Dom Filó:

Então na hora que começa a deixar meu Black crescer, geral vem né, a partir do momento que uma mulher negra deixa seu cabelo crescer natural, as outras vêm, foi uma transição isso e essa transição estética trouxe a questão do empoderamento, houve a questão da consciência. Embora não entendesse uma palavra no inglês, embora não soubesse o que era coletividade, só entendia que aquilo era bom demais estar juntos, estarem juntos!<sup>28</sup>

Figura 1 - Tony Tornado no V FIC em 1970



Fonte: Disponível em: <https://www3.al.sp.gov.br/>

Nesse mesmo Festival Internacional da Canção, Tony despertou atenção da ditadura ao fazer o gesto da mão levantada com punho cerrado, o que será discutido no próximo capítulo. O importante para nós agora é que, no início da década de 1970, o *soul* chegou ao Brasil, tanto no rádio como nos festivais de música, os bailes começam a acontecer de forma ainda discreta e a rearticulação do movimento negro acontece ao mesmo tempo no Rio de Janeiro. Quem está ali no olho do furacão é Dom Filó que vai unir todas essas referências, de forma a responder os anseios da sua identidade e de seus pares que se organizavam ali no Clube Renascença. Apaixonado por música, encantado pelo *soul* e com a cabeça fervilhando pelo que vinha aprendendo nas reuniões, ele pensa em uma forma de organização que daria vazão a todos esses elementos combinados:

<sup>28</sup> Ibidem, p. 7.

Dom Filó: E vem aqui para o Rena essa parada, e agora como a gente vai fazer? Como a gente traz essa galera para cá? É isso que a gente quer botar, só a música? Não. Pera aí, vamos começar uma coisa bacana. [...] Qual foi o nosso trabalho, olha, galera vem pra cá, a gente vai assistir uma palestra, depois tem música no telão, foi assim. Nisso durou dois meses, no oitavo evento isso aqui virou um baile, virou uma festa, opa! Pera aí, vamos fazer nosso baile agora, como?

E ele continua:

Aí fomos criar. Fomos criar uma atividade, na época nós tínhamos um detetive negro na TV Manchete, era Shaft o nome, um detetive negro e tal, tinha uma série de TV que passava, veio para o Rio de Janeiro, e que passou batido, a ditadura não deu muita bola e aquilo ali nós utilizamos como um momento fundamental de autoestima para a nossa comunidade, que até então estava buscando referências, então a essa série do antigo Shaft, nós criamos um evento chamado noite do Shaft, tá! As fotos, como a gente vai impactar essa garotada? Já que a música já estava ok, muito bem, vamos fazer o seguinte vamos pegar essas revista, vamos fotografar e colocar no telão, naquela época não tinha telão, naquela época existia uns Kodak, era um carrossel de slides, aí nós compramos quatro e projetamos, só que eles tinham um tec. time, o que que acontecia a cada dia você mudava o time deles que você nunca iria ter a mesma imagem, sempre iam ter imagens diferentes, aquilo ali foi um sucesso no primeiro dia, só que falei ó vamos fotografar essa galera aí, aí nós fotografamos a galera no primeiro dia, no segundo dia eles se viram no telão junto com James Brown, ai pirou, conclusão aí explodiu. Um ano e acabou a referência veio pra cá, o movimento.<sup>29</sup>

A Noite do Shaft, como ficou conhecida a festa organizada por Dom Filó, foi um sucesso estrondoso. Ele conseguiu combinar todos os elementos que considerava importante para fazer uma festa *black*. Atraiu gente de vários lugares do Rio de Janeiro e até mesmo alguns militantes do movimento negro que viam os bailes com certa desconfiança. Carlos Alberto Medeiros, que conheceu Filó na Noite do Shaft, fala um pouco sobre sua impressão dos bailes:

(...) E foi também quando conheci o Filó, que era quem fazia, no Renascença, os bailes chamados “A noite do Shaft” cinema – foi o primeiro filme a apresentar um negro como detetive particular. Shaft era aquele detetive negro no Filó era aos domingos à noite no Renascença e era um negócio emocionante. (...) Aí, poderia haver um ou outro branco, mas era um ambiente em que quem dava o tom eram, sem dúvida, os negros, com os cabelos afro, aquela afirmação de identidade negra, às vezes com coisas africanizadas. E o Filó, diferentemente de outras equipes de soul, era um dos poucos que tinha um trabalho racial consciente. Ele passava slides, por exemplo, com fotos de famílias negras, de crianças negras, e botava palavras como “estude e cresça”. Então era um negócio que trazia uma mensagem muito positiva.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>30</sup> MEDEIROS, Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 50min). p. 21.

Figura 2 - Dom Filó e Carlos Alberto Medeiros em uma das festas Noite do Shaft nos anos 1970



Fonte: Acervo Cultne. Reproduzido de: LIMA, Carlos Eduardo de Freitas. "Sou negro e tenho orgulho! Política, identidades e música negra no Rio de Janeiro(1960-1980)" Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2017.

Depois que Medeiros passou a frequentar os bailes, ele e Filó ficaram amigos e Filó atribui grande importância a ele para a articulação que seus bailes tiveram com o movimento negro. É claro que nem todos os bailes *blacks* ou festas *soul*, como eram conhecidos tais eventos, tinham as mesmas características ou mesmo as mesmas intenções que as Noites do Shaft tinham, inclusive essas intenções e compromissos estavam muito relacionadas com a experiência particular de Dom Filó com suas andanças, os contatos que fez e sua vontade de politizar os bailes. Para esse trabalho, os bailes organizados por Filó são importantes, pois nosso objetivo é reconhecer os bailes, e o Movimento Black Rio, como também um dos espaços de atuação do movimento negro brasileiro, mais especificamente o carioca.

Em meados da década de 1970, os bailes aconteciam por quase a toda a zona norte carioca, também na zona oeste e no Grande Rio<sup>31</sup>. Isso está relacionado também, ao processo

<sup>31</sup> Alguns dos locais onde os bailes aconteciam são: Associação Atlética de Oswaldo Cruz; Colégio Futebol Clube; Vitória Tênis Clube (Engenho Novo); Associação Atlética Encantado; Madureira Esporte Clube; Grêmio de Rocha Miranda; Clube Recreativo dos Industriários de Bangu e Adjacências (Padre Miguel); Atlas Atlético Clube (Méier); Clube Carioca (Jardim Botânico); Associação Atlética de Ramos; Cassino Bangu; Maria da Graça Futebol Clube; Clube Apolo (Coelho da Rocha); Brás de Pina Country Clube; Boêmios de Irajá; Grêmio de Padre Miguel; Mackenzie Clube (Méier); Jacarepaguá Tênis Clube; Lespam (Penha); Clube Oriental (Duque de Caxias), entre outros. Dados retirados de: PEDRETTI, Lucas. Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios

de modernização da cidade do Rio de Janeiro com a construção de Brasília e mudança da capital do país, posição que o Rio ocupava desde o período colonial, quando se tornou sede do governo geral. Com essa modernização, e aumento do que era conhecido como subúrbio do Rio de Janeiro, que antes era a região da Gamboa e da Tijuca, cresce abrangendo agora grande parte da atual Zona Norte e alguns pontos da Zona Oeste:

A proposta de conectar o litoral das elites ao centro administrativo da cidade, especialmente durante a gestão do Pereira Passos, foi a razão da expulsão da população mais pobre do centro da cidade. Com a instalação de fábricas em áreas mais distantes do centro e, posteriormente, com a construção da linha férrea, essa população começou a se deslocar para os subúrbios, se concentrando ao longo da malha ferroviária.<sup>32</sup>

Então a ocupação e expansão do subúrbio carioca consolidadas pela construção da linha férrea torna possível para os suburbanos compartilharem uma mesma cultura, nesse caso, a cultura black. Em diversos pontos do, recém expandido subúrbio, as equipes de som organizavam os bailes ao som de James Brown e outros cantores do ritmo *soul*. As equipes de som eram formadas por 2 ou 3 pessoas, em sua maioria rapazes que armavam o equipamento de som e de iluminação e a discotecagem. As quatro maiores eram a *Soul Grand Prix* (Essa de Dom Filó), a *Furacão 2000*, *Cash Box*, e *Black Power*. Mas existiam outras: *Soul de Verdade*, *Luizinho Disc Jockey Soul*, *Black Soul*, *Black Night*, *Black Flowers*, *Santos Brazilian Soul*, *A Cova*, *Black Mad*, *Zimbabwe Soul*, *J.B. Soul*, *Vip's*, *Cia Super Funk*, *Filadélfia*, *Dynamic Soul*, *Toc Soul*, *Petru's*, *Boot Power*, *Alma Negra*, *Mancha Negra*, *Love Power*, *A Mente*, *Sorac*, *Apoluisom*, *Soul Maior*, *Africana Soul*, *Ultra Funk*, *Black Boss* entre outras.<sup>33</sup>

Os bailes se tornaram um fenômeno. Recebiam milhares de pessoas por dia e criaram uma nova cultura inspirada no modelo afro-americano: modo de vestir, falar, cantar, dançar e de se identificar. O fenômeno alcançou tal dimensão que chegou até a Lena Frias, colunista de música popular do *Jornal do Brasil*. No dia 17 de julho de 1976, a jornalista publicou um artigo<sup>34</sup> de quatro páginas sobre a cultura dos bailes soul no Rio de Janeiro. Esse artigo foi publicado pouco mais de um mês após a *Soul Grand Prix*, equipe de som montada por Dom

---

cariocas na década de 1970. 2018. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2018. Pg. 44.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Luciana Xavier de. **A cena musical da Black-Rio [livro eletrônico]: estilos e mediações nos bailes soul dos anos 1970**. Salvador: EDUFBA, 2018.

<sup>33</sup> PEDRETTI, Lucas. Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970. 2018. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2018. Pg. 45

<sup>34</sup> O artigo foi publicado no seguimento cultural de sábado do Jornal do Brasil e chamava: Black Rio: O orgulho (importado) de ser negro no Brasil. FRIAS, Lena. "O Orgulho (Importado) de ser Negro no Brasil". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Ano LVXXXVI, n 99, 17 de julho de 1976, pp. 1-4.

Filó, lançar seu primeiro LP que estava nos primeiros lugares em números de vendas. Nessa matéria, a jornalista mapeia a existência de quase 300 equipes de som no Rio de Janeiro, cujos LPs de soul vendiam facilmente 20 mil cópias por semana apenas na zona norte carioca. Com esses números impressionantes e já sendo incorporados pelas grandes gravadoras, os bailes chamaram atenção da colunista.

Lena Frias inicia a matéria chamando atenção para como os bailes movimentavam todo uma cultura que ia para além deles e, segundo ela, formavam uma outra cidade, culturalmente falando, dentro do Rio:

Uma cidade de cultura própria desenvolve-se dentro do Rio. Uma cidade que cresce e assume características muito específicas. Cidade que o Rio, de modo geral, desconhece ou ignora. Ou porque o Rio só sabe reconhecer os uniformes e os clichês, as gírias e os modismo da Zonal Sul; ou porque prefere ignorar ou minimizar essa cidade absolutamente singular e destacada, classificando no arquivo descompromissado do modismo. Ou porque considera mais prudente ignorá-la na sua inquietante realidade [...] Uma cidade cujos habitantes se intitulam a si mesmos de blacks ou de browns; cujo hino é uma canção de James Brown [...]; cuja bíblia é [o filme] *Wattstax*, a contrapartida negra de *Woodstok* [sic]; cuja linguagem incorporou palavras como *brother* e *White* [...] cujo lema é *I am somebody*; cujo modelo é o negro americano, cujos gestos copiam, embora sobre a cópia já se criem originalidades.<sup>35</sup>

A essa cidade dentro da cidade, a jornalista deu o nome de “Black Rio” e assim estava batizado o Movimento Black Rio. A matéria de Lena foi muito importante em dois sentidos: O primeiro é que ela faz um trabalho muito interessante de ir até os bailes e conversar com seus frequentadores, reparar no que era importante para eles, realizando quase uma investigação no sentido de descrever os bailes, dessa forma ela esquadrinhou o metiê dos bailes *soul*. Ela realizou entrevistas reproduzindo as falas dos entrevistados sobre os motivos de seu interesse pelos bailes, destacando os detalhes do modo de se vestir como sapatos de até três andares, as gírias e o modo de se cumprimentar. A atração de Frias pelo movimento *black* é perceptível e mesmo que ela teça inúmeras críticas à falta de autenticidade do estilo *soul* e o coloque como uma mera reprodução dos americanos, a jornalista reconhece, mesmo que em poucas linhas e muito esporadicamente, que há certa originalidade no que está sendo feito ali, como podemos ler no trecho da matéria citado acima.

---

<sup>35</sup> FRIAS, Lena. Op. cit. p. 1.



Figura 3 - Dois homens se cumprimentando na entrada do baile soul



Fonte: Foto tirada por Almir Veiga para a matéria de Lena Farias para o Jornal do Brasil em 1976. Reproduzido de: <https://pauta.showlivre.com/movimento-black-rio-e-declarado-patrimonio-cultural-imaterial-do-rj/>

A outra contribuição de Frias é no sentido de unidade, apesar da diversidade, que ela encontra nesses bailes que aconteciam Rio afora. Isso porque, ela lida com esses vários bailes como um movimento de fato, ela identifica pontos que os une e não deixa de expor os pontos interessantes que encontra:

*O soul power já tem um esboço de filosofia (“cada um faz o que quer, minha irmã, chegou a vez do preto”), seus anseios (“a gente não pode ficar só nessa, tem que crescer, tem que ser importante também.”), suas paixões (é tanta coisa que nem sei o que dizer.”) suas restrições (cocota e cabelo parafina não é com a gente), seus ressentimentos (“por que é que preto não pode fazer festa que aparece logo os cana.”)<sup>36</sup>*

Apesar de majoritariamente ter tom de crítica, o artigo tem uma importância também por publicizar dados importantes do Movimento Black Rio, além de ter proporcionado a população em geral maior conhecimento sobre o que acontecia nos bailes, chamando atenção de toda a cidade para a potência do movimento. Inclusive da polícia política. Agentes foram enviados para se infiltrarem<sup>37</sup> e colherem informações sobre os organizadores desses eventos

<sup>36</sup> FRIAS, op.cit, pg. 2.

<sup>37</sup> Sobre isso ler: ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. **História: Questões & Debates**, v. 63, n. 2, 2015.

que chegaram a reunir entre 6 mil e 15 mil pessoas no mesmo dia em cada clube ou quadra de escola de samba. Sobre isso falaremos no segundo capítulo, quando nos dedicaremos a analisar como a ditadura acompanhou o movimento negro.

Ainda na década de 1970, algumas equipes de som lançaram LP, como a *Soul Gran Prix* e o movimento em si acabou alcançando as gravadoras e até mesmo a televisão. Apesar do Movimento Black Rio ter tido vida relativamente curta, grande parte das equipes de som foram absorvidas pelas gravadoras e os bailes de *soul* foram diminuindo e os bailes *charme* foram se popularizando no subúrbio, especialmente no viaduto de Madureira, deixou marcas profundas na comunidade negra carioca e foi precursor de outros movimentos importantes de valorização cultural negra como o *charme* e o *funk*, que até hoje promovem bailes no subúrbio e na periferia carioca e no Grande Rio.

Concomitantemente aos bailes estavam acontecendo as reuniões das associações que abordamos no início do capítulo e houve uma reorganização do movimento negro que havia sofrido um desmonte com o golpe civil-militar. Alguns militantes dessas associações viram com indignação os casos de racismos sucessivos que estavam aparecendo na imprensa nessa mesma década. A partir daí começou a organização do Movimento Negro Unificado, tema do nosso próximo tópico.

### 1.3 Movimento negro unificado

Nós, entidades negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade AfroBrasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida. Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade AfroBrasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho, no viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela imprensa. No dia 28 de abril, numa delegacia de Guaianazes, mais um negro foi morto por causa das torturas policiais. Este negro era Robson Silveira da Luz, trabalhador, casado e pai de filhos. No Clube de Regatas Tietê, quatro garotos foram barrados do time infantil de voleibol pelo fato de serem negros. O diretor do Clube deu entrevistas nas quais afirma as suas atitudes racistas, tal confiança que não será punido pelo seu ato. Nós também sabemos que os processos desses casos não darão em nada. Como todos os outros processos de discriminação racial, serão apenas mais dois processos abafados e arquivados 44 pelas autoridades deste país, embora um dos casos tenha a agravante da tortura e conseqüente morte de um cidadão. Mas o Ato Público Contra o Racismo

marcará fundo o nosso repúdio e convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra o desrespeito e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem as fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira neste ato contra o racismo. Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar seu papel histórico em defesa da Comunidade Afro-Brasileira; e lembramos que quem silencia consente. Não podemos mais aceitar as condições em que vivem o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais permitir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta. **TODOS AO ATO PÚBLICO CONTRA O RACISMO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL PELO FORTALECIMENTO E UNIÃO DAS ENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS.**<sup>38</sup>

Essa carta foi lançada em 1978 com o objetivo de convocar para um ato público em resposta a episódios de racismo acontecidos em São Paulo, mas principalmente para apresentar o recém-criado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Sendo assim, parece ideal abrir esse tópico com ela. A carta nos traz características importantes desse movimento e como ele pretende atuar no combate ao racismo.

A reorganização das associações negras se deu no início da década de 1970, como já mencionamos, e durante esses anos expandiu-se o número de instituições ao redor do Brasil. A maioria dessas instituições teve como ponto de partida um caso de discriminação racial trazendo à tona, principalmente aos universitários e artistas negros, a necessidade de mobilização. Em 1978, a situação não estava diferente. Quatro meninos negros foram impedidos de entrar no Clube Tietê em São Paulo. Mas que a revolta, essa discriminação gerou a consciência que esses fatos eram sistemáticos e aconteciam a todo o tempo ao redor do Brasil.

No mesmo ano, Robson Silveira da Luz, feirante e pai de família negro foi preso e torturado acusado de roubar frutas, morrendo em decorrência dos ferimentos a que foi exposto. Essa outra agressão à população negra, representada por Robson, foi o que faltava para a reunião das lideranças das entidades negras do Estado de São Paulo. Essa reunião aconteceu no dia 18 de junho de 1978 e participaram dela as entidades: “CECAN, GRUPO Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Grupo de Atletas e Grupos de Artistas Negros”<sup>39</sup>, além do grupo Núcleo Negro Socialista. Da reunião, saiu a decisão de criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

<sup>38</sup> Carta convocatória para o ato público contra o racismo. O ato aconteceu no dia 7 de julho de 1978 e foi o lançamento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Carta retirada de: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. Pg. 43.

<sup>39</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, p. 100-122, 2007. Pg. 113.

(MUCDR), que teve como sua primeira atividade um ato público contra os ocorridos mencionados acima e ato de lançamento desse novo movimento.

Em entrevista a Amílcar Pereira e Verena Alberti, no projeto “História do Movimento Negro no Brasil”, Milton Barbosa<sup>40</sup>, fundador do Movimento Negro Unificado, relata como foi a articulação para a criação do movimento e a mobilização para o ato público:

As pessoas já foram para a reunião para criar o movimento. Aconteceu que um rapaz, primo do Rafael Pinto, o Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, foi preso em uma feira, acusado de estar roubando frutas. Ele foi preso no 44º Distrito Policial de Guaianazes e foi torturado, vindo a falecer em consequência das torturas. Isso revoltou a população negra e saiu no jornal Folha de S. Paulo. Logo em seguida teve a discriminação de quatro garotos negros, que foram impedidos de treinar no time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê.<sup>235</sup> Também nos deixou enraivecidos. Havia o João Bolquiam, um dos técnicos lá, que denunciou. Nós fizemos reuniões e resolvemos fazer uma grande manifestação. E a gente discutia que não havia um movimento para aglutinar as várias entidades. Tinha um menino, o Sebastian, um jovem atleta negro, o Hamilton Cardoso, um jornalista, então a gente fez uma mobilização, convidamos várias entidades e fizemos essa reunião no dia 18 de junho. Nela discutimos a criação de um movimento unificado contra a discriminação racial e o lançamento público no dia 7 de julho.[...] Foi escolhido o 7 de julho porque era mais ou menos o tempo que daria para a gente preparar a manifestação. Tínhamos umas três semanas, tempo suficiente para rodar material, fazer contato com a imprensa, com a Igreja, setores de direitos humanos, contatos internacionais. Tinha uma menina que participou com a gente, uma judia, a Mirna Grzich, tinha o Barrinhos, que era o namorado dela, e eles nos ajudaram a fazer contatos internacionais e com a imprensa. Nesse período, nós fazíamos reuniões quase que diárias para organizar essa atividade, elaboramos a carta para distribuir – basicamente fomos eu e Hamilton que escrevemos aquela carta, em discussão com o grupo todo. Naquela discussão tinha Neuza Maria Pereira, Hamilton Cardoso, Osvaldo Rafael Pinto Filho, Antônio Leite, Eduardo de Oliveira, o Júnior filho do Adalberto Camargo, Vanderlei José Maria, o José Adão, conhecido como Adãozinho, que era trabalhador do Correio. Então tinha uma quantidade grande de pessoas.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Milton Barbosa, também conhecido como Miltão, é militante do Movimento Negro contemporâneo e um dos fundadores do Movimento Negro Unificado. Começou sua trajetória política em 1974 quando ingressou no curso de Economia da Universidade do Estado de São Paulo (USP). Além do Movimento Negro atuou na Liga Operária (LO) e no Movimento Sindical junto à categoria dos metroviários.

<sup>41</sup> BARBOSA, Milton. Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h 15min). Pg. 30.

Figura 4 - Figura 4: Milton Barbosa discursando no ato público do dia 7 de julho de 1978



Fonte: Foto: Jesus Carlos reproduzido de Memorial da Democracia. Disponível hein: <http://memorialdademocracia.com.br/>

A partir dos acontecimentos de 1978 e do acúmulo da militância desde o início da década de 1970, nas organizações citadas anteriormente neste capítulo, os militantes que vão se reunir para fundar o novo movimento resolvem dar um passo além. Um movimento unificado:

Eles o rotularam de Movimento “Unificado”. Isso implica uma união de múltiplos movimentos – ou pelo menos múltiplas organizações. Eles não estavam fundando uma organização. Eles estavam fundando um movimento – um movimento composto por muitas organizações. Na verdade, todos eram membros de organizações. Eles não tinham intenção de deixar essas organizações ou de dissolvê-las. Estavam formando, explicitamente, um movimento, um movimento. Foi um movimento unificado, no qual muitas organizações se uniram, unidas em propósito. (tradução nossa)<sup>42</sup>

Como inspiração e influência da criação desse novo movimento, os militantes tinham também os movimentos de libertação que aconteciam em África e o Movimento pelos Direitos Civis depois transformado em Movimento Black Power. Podemos ver na foto de Milton Barbosa discursando no ato de lançamento do futuro MNU, que não só entre os

<sup>42</sup> They labeled it the "Unified" Movement. That implies a union of multiple movements - or at least multiple organizations. They were not founding an organization. They were founding a movement -a movement composed of many organizations. Indeed, they were all members of organizations. They had no intention of leaving those organizations or of the organizations disbanding. They were forming, explicitly, a movimento, a movement. It was a unified movement, one in which many organizations were joined together, united in purpose." In: COVIN, D. **The Unified Black Movement in Brazil, 1972-2002**. Jefferson: McFarland & Company, 2006.

adeptos dos bailes de música soul, o penteado aqui no Brasil conhecido como Black Power, era popular entre os militantes do movimento negro político também.

Esses militantes também acompanhavam o que acontecia com os negros no mundo através da rede de circulação de referenciais transatlântica que se expande nos anos 1970, como veremos no tópico seguinte. A atuação do movimento negro do Rio de Janeiro e de São Paulo, por meio das associações e da fundação do MNU na década de 1970, está relacionada com a luta por emancipação negra que acontece em África e nos Estados Unidos: “As lutas por emancipação que ocorriam simultaneamente na África, na Ásia e nas Américas durante as décadas de 1960 e 1970, poderiam contribuir uma para as outras através desses referenciais que circulavam de diversas formas.”<sup>43</sup>

O Movimento é criado sem a palavra negro em seu nome, pois buscava ser feito em colaboração com judeus, talvez pela participação da Mirna Grzich, como dito por Milton Barbosa em sua entrevista e por estar disposto a incluir lideranças indígenas e suas reivindicações. Como isso não se concretizou na reunião que aconteceu dia 23 de julho, após o ato, a palavra “negro” foi incluída por sugestão de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales, surgindo o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, depois simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU).

Dentre as organizações ou associações que se reuniram para fundar o MUCDR, duas se destacam. A primeira delas é o CECAN já mencionado nesse capítulo. O Centro de Cultura e Arte Negra foi criado em 1971 pela atriz Tereza Santos na cidade de São Paulo. No entanto é a partir do autoexílio de Tereza e a reorganização que o grupo passa em meados da década de 1970, que essa associação se torna central para o movimento negro paulista. Sobre essa organização Milton Barbosa lembrou:

A Tereza Santos fazia parte, depois ela foi para Angola. Aí o Odacir de Matos escreveu para ela, pediu autorização e começamos a retomar as atividades do Centro de Cultura e Arte Negra. É uma das entidades que foi embrião do Movimento Negro Unificado.<sup>44</sup>

Odacir de Matos era vice-presidente do CECAN e amigo de Tereza Santos. Ele é o autor da frase que abre esse capítulo e ao falar sobre como a atuação da organização deveria ser pautada a partir da sua reorganização, destacava a importância de combater a colonização cultural e interromper a distorção de imagem do negro. Odacir também apontava para os

---

<sup>43</sup> Pereira, op. cit. p. 133.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 13.

perigos da folclorização da cultura negra, propunha uma abordagem crítica da cultura e a valorização da autoimagem do negro. Ele foi o único membro da primeira formação do CECAN a estar na reorganização.

Dentro do CECAN havia o Grupo Decisão criado por Milton Barbosa e Rafael Pinto, que depois seriam fundadores do MNU. O Grupo Decisão atuava também na Escola de Samba Vai-Vai levando o debate racial e a pesquisa em culturas negras para a escola. Eles consideram que o Decisão era um setor mais político dentro do CECAN e alinhado com as esquerdas e as pautas que eles trouxeram da experiência como militantes da Liga Operária<sup>45</sup>. O que nos leva ao segundo grupo importante para a criação do MNU.

O segundo grupo importante para a criação do Movimento Negro Unificado é o Núcleo Negro Socialista, cujos participantes Hamilton Cardoso e Neuza Maria Pereira eram responsáveis pela coluna Afro-Latino-América do jornal *Versus*, já citada no início deste capítulo. O jornal *Versus* foi, inclusive, bem importante para rearticulação do movimento negro em São Paulo na década de 1970. O *Versus* foi idealizado pelo jornalista Marcos Faerman e lançado por ele em 1975. De acordo com Maria Paula Araújo: “O jornal *Versus* começou como uma publicação essencialmente cultural, com a proposta, contudo, de entender a cultura como uma “ação política”<sup>46</sup>. Essa característica do *Versus* vai refletir muito na atuação do MNU e na postura dos seus militantes no período sobre a relação entre cultura e política, algo que vai aparecer nas entrevistas que eles deram a pesquisadores do tema e que vamos explorar no terceiro capítulo quando adentrarmos nas tensões, embates e memórias dos militantes que atuaram no movimento negro do período. O *Versus* era um jornal que utilizava diferentes linguagens como desenho, pintura, fotografia e quadrinho e na publicação essas linguagens não serviam apenas para ilustrar matérias escritas, muitas vezes eles eram a matéria em si. A publicação ficou conhecida também pelo foco na América Latina e por defender a unidade política e cultural da mesma. O jornal incentivava, ainda, um sentimento de “latinidade” quase como uma espécie de nacionalidade.

Outra característica importante do *Versus* que marcou sua atuação e provavelmente é a forma que o jornal abordava a política de uma maneira diferente dos outros jornais da imprensa alternativa do período:

---

<sup>45</sup> Fundada em 1972 e dissolvida em 1978, a Liga Operária foi uma organização socialista de orientação trotskista criada em São Paulo. Teve atuação importante na resistência à ditadura brasileira tanto no movimento estudantil como no movimento operário. Em 1978, os militantes da Liga Operária, buscando ampliar sua atuação, criam a Convergência Socialista. Com isso, a Liga Operária passa a se chamar Partido Socialista dos Trabalhadores e integra a Convergência Socialista.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>

O jornal fugia de uma compreensão da política como essencialmente partidária. Valorizava a política nos temas ligados ao comportamento, ao cotidiano, às relações pessoais, à estética e à sensibilidade. Artigos e reportagens denunciavam a repressão exercida sobre as mulheres, os loucos, os presos.<sup>47</sup>

E, além disso, denunciava também a repressão contra os negros por meio da sua coluna Afro-Latino América criada pela jornalista negra Neusa Maria Pereira. Em seu artigo “O afro latino américa que existe em mim”, ela fala um pouco sobre como a coluna surgiu depois dela resolver escrever um texto sobre a situação da mulher negra no país para a publicação:

Numa tarde fria de 1977, não lembro o mês, resolvi enfrentar a timidez, revelando minha revolta contra a discriminação secular sofrida pela mulher negra, num texto desprovido de dados estatísticos. Panfletário, emocionado e respaldado pela experiência pessoal, o levei à redação do jornal *Versus*, situado num casarão antigo da rua Capote Valente, Pinheiros, em São Paulo.<sup>48</sup>

Neusa estava recém-formada em jornalismo, no entanto, não conseguia emprego em jornal algum diferente de suas colegas de faculdade brancas. Ela então, não pode deixar de relacionar às negativas de emprego à cor da sua pele. Ela escreveu o texto sobre sua situação e levou até a redação como ela conta na citação a seguir. O texto foi avaliado e passou pelo crivo dos editores e foi lançado na edição 11 do jornal em 11 de junho de 1977. Depois disso, ela foi convidada para criar uma seção dentro do jornal para falar das questões relacionadas à opressão aos negros:

Um dia, os editores Marcos Faerman e Omar de Barros Filho perguntaram me se não conhecia outros jornalistas negros, pois eles pretendiam viabilizar uma ideia do Marcão, como era (carinhosamente) chamado, de contar com as questões dos negros no jornal. Estavam dispostos a destinar as quatro últimas páginas do *Versus* à finalidade. Chamei os igualmente jovens jornalistas Hamilton Bernardes Cardoso (Zulu Nguxi) e Jamu Minka. Estava criada a seção Afro Latino América que reviveu a imprensa negra em São Paulo e mudou minha maneira de pensar e fazer jornalismo para sempre. A partir daí, tomei o jornalismo como função social, cultural, política e de militância de esquerda.<sup>49</sup>

A partir da sua criação, a coluna se tornou uma importante voz para o movimento negro paulista. No final do ano de lançamento da coluna, 1977, o *Versus* começa a mudar sua característica de tratar política de uma forma não partidária. Inclusive, Neusa Pereira e

---

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> PEREIRA, Neusa Maria. O Afro-Latino-América que vive em mim. In: BRAUNS, Ennio. OLIVEIRA, José Adão de. SANTOS, Gevanilda (org). **MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: a resistência nas ruas**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo: Edições SESC, 2020. Pg. 59.

<sup>49</sup> PEREIRA, Neusa Maria. Ibidem, pg. 60.



Hamilton Cardoso passam a integrar o Núcleo Negro Socialista. Esse Núcleo é formado dentro da Liga Operária e era uma corrente da Convergência Socialista.<sup>50</sup> O núcleo demarca a articulação com a esquerda no processo de criação do movimento, tendo em vista que, além da sua atuação no *Versus* por meio da coluna Afro Latino América, ele atua também dentro do CECAN se tornando ponte entre as duas iniciativas. Essa atuação defendia que essa luta estava associada à questão da luta de classes e há um aprofundamento nos males que assolam a maioria na população negra. Essa característica, mais marcadamente política e identificada com as esquerdas, aparece logo na carta de lançamento sendo sempre ressaltada nas entrevistas realizadas com os participantes desse movimento e é destacado por pesquisadores do tema como Amílcar Pereira e Petrônio Domingues. Sobre isso, Sueli Carneiro diz:

Em 1978 nasceu o MNU, (...)que traz uma nova perspectiva para se pensar a questão racial do ponto de vista do ativismo, articulando os temas raça e classe. O MNU traz um nível de politização maior para o debate racial e situa o movimento negro em uma perspectiva mais de esquerda, que eu acho que foi a influência fundamental de toda a militância da minha geração. Acho que o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo foi aquele 7 de julho de 1978, porque tudo o que ocorre depois se referênciam a esse ato inaugural de refundação, digamos, do movimento negro contemporâneo. Muitas das organizações que existem hoje são releituras das teses que existiam, porque a visão estratégica que foi colocada naquele momento orienta até hoje. Não foi criada uma outra grande tese tão abrangente como a que o MNU traz e provavelmente é possível dizer que ela teve e tem uma influência política maior do que a do próprio MNU enquanto instituição. No tempo, as teses acabaram sobrevivendo mais do que a própria instituição tal como foi concebida originalmente.<sup>51</sup>

No entanto, antes mesmo da carta e do lançamento oficial do Movimento Negro Unificado, no mesmo ano de 1978, as divergências sobre o papel político que o movimento negro deveria exercer se intensificaram. Dentro do próprio CECAN, que apesar de ser uma organização de origem cultural, nesse ano já tinha o Grupo Decisão e o Núcleo Negro Socialista evidenciando as diferentes correntes de pensamento dentro do CECAN. Um exemplo disso foi a discussão acerca do que fazer no dia 13 de maio de 1978, isso porque a data já vinha sendo questionada desde o início da década de 1970 pelo Grupo Palmares. A maior parte dos militantes da organização defendeu uma espécie de antimanifestação em resposta à “falsa” liberdade trazida pela Lei Áurea, isso significava a não realização de nenhuma atividade na data. Já o Grupo Decisão e o Núcleo Negro Socialista queriam realizar

---

<sup>50</sup> Organização política socialista trotskista criada em 28 de janeiro de 1978 com a intenção de criar um partido socialista no Brasil. Nos anos de 1980 foi absorvida pelo Partido dos Trabalhadores quando este foi criado por parte dos militantes da Convergência. A organização é desfeita em 1994 quando seus últimos membros passam a integrar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

<sup>51</sup> CARNEIRO, Aparecida Sueli. Sueli Carneiro I (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 55min). Pg. 12.

um ato público de denúncia ao mito da Princesa Isabel como redentora e por consequência também denunciar a falsa democracia racial. Para esses últimos, a data estava estabelecida e se omitir não traria resultado nenhum. A proposta do Ato saiu vencedora mesmo que seus defensores fossem minoria dentro do CECAN, mostrando o poder de articulação dos grupos de esquerda dentro do movimento negro paulista.

Em 2019, Milton Barbosa, José Adão, fundadores do MNU, e Regina Santos, militante do MNU desde 1996, deram uma entrevista ao jornal *Brasil de Fato* e revelaram algo importante. Apesar dessa importante guinada à esquerda que o MNU representa para o movimento negro brasileiro, em sua origem, lá no ato de fundação, ele articulou várias forças diferentes, inclusive das direitas:

Milton: O movimento juntou setores de esquerda, de centro, de direita. Juntamos todo mundo quando criamos o MNU, então fizemos um ato público porque tinha que ser um processo vitorioso para enfrentar a ditadura militar, que pegava pesado. Realizamos um ato nas escadas do Teatro Municipal. Articulamos setores da imprensa nacional e internacional e a manifestação estourou nos jornais e rádios do mundo todo. Foi um processo importante na luta de negros e negras aqui no Brasil. Ao longo do tempo, setores foram saindo fora, foram para partidos de direita. Houve esse processo natural, mas foi de fundamental importância juntarmos todas as forças para criar o Movimento Negro Unificado, e foi um processo vitorioso que levou ao avanço da luta do negro no Brasil no combate ao racismo e violência policial. O MNU veio em resposta a esses ataques sistemáticos sobre a população negra, a juventude negra. Hoje entendemos que há um projeto de genocídio da população negra no Brasil.<sup>52</sup>

Se depois do ato se tornou insustentável a permanência de pessoas ligadas a setores de direita no MNU, outras dissidências também ocorreram. Depois do ato foram agendadas reuniões de estruturação do movimento recém-criado e nessas reuniões as diferenças começaram a ganhar espaço. Os desafios que o MNU propôs a si mesmo quando lançado começaram a aparecer cedo.

A estruturação do movimento começou logo após o ato. Foram realizadas duas reuniões ainda em julho do mesmo ano: uma aconteceu dia 8, para avaliação do ato e outra no dia 23, para dar encaminhamentos sobre os próximos passos do movimento. Na 1ª Assembleia de Organização e Estruturação Mínima do Movimento, realizada no dia 23, ocorreram dos fatos importantes: a adição da palavra negro ao nome do movimento e a saída dos setores conservadores das articulações do mesmo. Além do estatuto, ficou também o compromisso de se criar uma carta de princípios, um plano de ação assim como mobilizar militantes de outros Estados. Seguindo a intenção de unificação do movimento e o reconhecendo como iniciativa

---

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificadopor-tres-de-seus-fundadores>

nacional, foi marcada uma segunda assembleia no Rio de Janeiro, no entanto essa reunião acaba por gerar algumas divergências internas e rompimento com os participantes do Rio.

Essa 2ª Assembleia Nacional, que aconteceu nos dias 9 e 10 de setembro na sede do IPCN no bairro da Lapa no Rio de Janeiro, durou cerca de 36 horas, de acordo com Milton Barbosa, e terminou em um grande desentendimento. Amauri Mendes Pereira, militante fundador da Sinba, do IPCN e do MNU, diz que em certo ponto: “As mulheres chorando, e a gente naquele mal-estar, todo mundo cansado, esgotado, e não tinha andado nada. Dissemos: “Já foi todo mundo embora, só tem a gente de sempre!”<sup>53</sup> Sem conseguir entrar em acordo sobre o regimento e sobre a carta de princípios<sup>54</sup>, Amauri e Yedo Ferreira<sup>55</sup> encerram aí sua participação no MNU. Lélia Gonzalez que também integrava essa comissão interestadual permanece e fala sobre o caso em seu livro “Lugar de Negro”:

As discussões foram prolongadas e cansativas(...) O grupo fluminense, que já a 23 de julho ameaçara se afastar, retirou-se praticamente nos primeiros momentos em que se iniciavam os trabalhos. (...) O acirramento foi de tal ordem que o pau quebrou. Um dos grupos, cujo as propostas vinham sendo derrotas, retirou-se sob protesto, dado o esquentamento dos ânimos. Mesmo assim as discussões continuaram no maior entusiasmo.<sup>56</sup>

Essas discussões marcam a saída de parte dos militantes cariocas da estruturação do Movimento Negro Unificado. Lélia fica e tem uma participação bastante significativa nos anos que se seguem principalmente no que se refere às questões sobre preconceito de gênero internas ao movimento, interseccionalidade, que discutiremos no próximo tópico, e a necessidade de organização das mulheres negras, sendo hoje considerada essencial para o estudo do feminismo negro no Brasil.

Nesse sentido, me parece possível afirmar que o MNU inaugura uma nossa fase do movimento negro brasileiro, mais marcadamente política, relacionando raça e classe, com grande valorização do protesto popular como ação, com foco não só na valorização da cultura negra, mas no combate à violência estatal, principalmente a policial, e que tinha em si uma proposta de unificação das entidades existentes no Brasil, pensando-as como braços de uma máquina maior de combate ao racismo. O MNU é então o amadurecimento e o resultado do movimento negro que está se formando desde seu retorno no pós-golpe civil-militar. Sua

---

<sup>53</sup> PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (depoimento, 2003 / 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 5min). Pg. 55.

<sup>54</sup> A carta de princípio e o estatuto do MNU serão melhor exploradas no terceiro capítulo.

<sup>55</sup> Foi militante fundador da Sinba e do MNU.

<sup>56</sup> GONZALES, Lélia. “O movimento negro na última década”. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Marco Zero, 1982.p. 52.

criação transforma a atuação do movimento negro brasileiro colocando para ocupar as ruas, o que seria marca do movimento negro contemporâneo. O MNU atua ainda hoje em 2022 no combate ao racismo no Brasil.<sup>57</sup>

#### 1.4 Ser negro – uma questão de identidade

A matéria de Lena Frias para o *Jornal do Brasil* foi apenas o início das acusações de que o Movimento Black Rio representava uma simples importação de referenciais e modelos estrangeiros, especialmente afro-americanos, para nortear a atuação de parte movimento negro brasileiro, especialmente nas décadas de 1960 e 1970 com a chegada do movimento *soul* ao Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia, onde influenciou os blocos de carnaval, como o Ilê Aiyê. No entanto, recentemente novos autores têm dado um novo olhar sobre essas relações.

Não é exatamente novidade, o uso do conceito da diáspora africana para retratar a imigração forçada de africanos com fins de escravização ao redor do mundo. Mas nos últimos vinte anos, o conceito tem sido usado como a base da criação de uma rede de relação e circulação de informações de povos diaspóricos que está em operação desde o início do século XX e vem se aprofundando nos últimos anos, resultando no que ficou conhecido como Atlântico Negro, revelando um novo processo identitário negro e ampliando assim as possibilidades analíticas do estudo das relações raciais no Brasil e no mundo.

“A identidade negra é uma invenção da colonialidade/modernidade.”<sup>58</sup> É com essa afirmação retórica que Cauê Gomes Flor começa seu artigo “O conceito de diáspora africana como argumento para descentrar a identidade negra” que integra o dossiê “Multiculturalismo e Processos Identitários” do nº 9 da revista *Ambivalências*. E ao dizer isso, ele estabelece nosso ponto de partida para pensar a noção de diáspora africana. Mas, em que implica dizer que a identidade negra é uma invenção colonial e moderna? Bom, implica em definir que o processo de formação da identidade negra, ou identidades negras, começa fora na África. O negro não surge na África, mas é criado nas relações de povos e culturas africanos com povos e culturas europeus, pois é a partir desse momento que o africano deixa de ser homem e se

---

<sup>57</sup> <https://mnu.org.br/>

<sup>58</sup> FLOR, Cauê. Gomes.. O conceito de diáspora africana como argumento para descentrar a identidade negra. *AMBIVALÊNCIAS*, v. 5, p. 148-171, 2017, pg. 150.

torna homem negro. A identidade negra é então a identidade do outro. Essa identidade do outro é iniciada através do trauma da diáspora.

No caso brasileiro, a discussão sobre a identidade negra começa a ser criada no século XX, após a abolição, atrelada à construção da identidade nacional. Após a abolição, pois um dos principais componentes da escravização europeia é a negação da identidade dos africanos escravizados. Então no século XX, pós-abolição e no início da República brasileira, a identidade nacional precisa ser reinventada, agora levando em conta os negros recém libertos e parte expressiva da população.

É necessário aqui destacar o papel central que Gilberto Freyre<sup>59</sup> teve nesse processo. Sua construção da identidade nacional muito definida pelas relações raciais estabelecidas durante a escravidão foi absorvida e propagado pelo Estado Novo (1937-1945) e esteve em vigor até a ditadura militar que o integrou ao seu discurso ideológico oficial. Nesse discurso, a miscigenação ganhou papel central nas origens das relações raciais entre brancos e negros no Brasil. Essa valorização da mestiçagem é destacada por Layla Carvalho em sua dissertação de mestrado, na qual analisa as relações raciais nas obras do autor. A autora diz que “A mestiçagem constitui-se como principal expressão da sociedade brasileira, sendo mais importante que a escravidão no processo de constituição nacional.”<sup>60</sup> Para sustentar tal afirmação, ela cita o seguinte trecho da obra de Freyre, na qual ele defende que a mestiçagem “não permitiu nunca que se endurecesse em antagonismos absolutos aquela separação dos homens em senhores e escravos, imposta pelo sistema de produção. Nem que se desenvolvesse uma mística de branquidade ou de fidalguia”<sup>61</sup>

Sobre o uso da expressão democracia racial e seus significados, Gilberto Freyre usou algumas expressões diferentes para falar sobre as relações raciais no Brasil ao longo do século XX. O pesquisador Levy Cruz fez uma análise que abarcou artigos de revistas publicadas no Brasil e no exterior e três livros do autor. Ele encontrou o uso de três expressões nessa pesquisa: democracia social, democracia étnica e democracia racial<sup>62</sup>. O significado dessas expressões parece ser o mesmo ou ao menos bem parecidos em seu sentido, como veremos a seguir.

---

<sup>59</sup> Gilberto Freyre foi um dos mais importantes sociólogos brasileiros do século XX, sua obra mais conhecida é *Casa-Grande & Senzala*, na qual valoriza a mestiçagem brasileira e aponta as diferenças entre a colonização brasileira e a anglo-saxã.

<sup>60</sup> CARVALHO, Layla. **Do equilíbrio de antagonismos ao niger sum: relações raciais em Gilberto Freyre e em Guerreiro Ramos**. 2008. (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

<sup>61</sup> FREYRE apud CARVALHO, ibidem, p. 98.

<sup>62</sup> CRUZ, Levi. 128 - Democracia Racial, Uma Hipótese. **Textos para Discussão - TPD**, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/935>. Acesso em: 2 ago. 2022.

Sobre democracia social, Cruz identifica seu uso pela primeira vez em 1940 no artigo *Social and political democracy in America* no qual Freyre afirma: “O fato é que o Brasil evoluiu para uma democracia social em que praticamente não há restrição a um homem por causa de seu nascimento ou de seu sangue”(Tradução nossa).<sup>63</sup> Aqui, ele não faz uma referência direta a raça, no entanto a palavra “sangue” pode também ser interpretada como raça, se levarmos em consideração o contexto da afirmação.

No que se refere à democracia étnica, o termo “étnico” aparece a princípio junto com “social”, o que nos conforma que quando Freyre fala em democracia social ele está falando também de raça. Agora em seu artigo *Brazil, an Interpretation* publicado em 1945 ele diz que: “Como comunidade nacional o Brasil, me parece, deve ser interpretado como uma comunidade cada vez mais consciente de seu status ou destino como democracia social e étnica e consciente de seu pioneirismo nesse campo” (Tradução nossa).<sup>64</sup>

Por fim, é ainda na década de 1940 que Freyre usou “democracia racial” pela primeira vez: de acordo com a pesquisa de Cruz, no artigo *Brazil: racial amalgamation and problem*, ele afirma que:

Tanto a música quanto a arte culinária contribuíram para a democracia étnica ou racial no Brasil, pois as contribuições africanas, e até certo ponto indígenas, passaram a ser aceitas por todos os brasileiros como valores brasileiros, e não como música negra ou arte africana ou indígena (Tradução nossa).<sup>74</sup>

Esse último artigo traz outras menções à democracia racial, mas essa nos parece especialmente importante, pois traz explícita a valorização da contribuição africana para a cultura brasileira, um dos elementos que os defensores da democracia racial depois alegariam como evidência da mesma. Na produção de Gilberto Freyre, que é analisada por Levi Cruz, democracia racial aparece ora como ideal e até mesmo potencial que o Brasil pode vir a alcançar e ora como já acontecendo, como na citação anterior ainda que com mais foco na dimensão cultural.

Talvez pela valorização dos traços culturais de origem africana e afro-brasileiras ocuparem espaço tão importantes nas obras de Freyre, ele não tenha sido muito receptivo à chegada e a expansão *soul* no Brasil. Em 15 de maio de 1977, ele publicou na seção

---

<sup>63</sup> “The fact is that Brazil has developed into a social democracy in which there is practically no restriction laid on a man on account of his birth or his blood”. Ibidem, p. 2.

<sup>64</sup> “As a national community Brazil, it seems to me, has to be interpreted as a community increasingly conscious of its status or destiny as a social and ethnic democracy and aware of its pioneering in this field.” Ibidem. <sup>74</sup> “Both music and culinary art contributed to ethnic or racial democracy in Brazil, for African, and to a certain extent Indian, contributions began to be accepted by all Brazilians as Brazilian values, and not as Negro music or African or Indian art.” Ibidem, p. 3.

“Opinião” do jornal *Diário de Pernambuco* uma matéria com o título “Atenção, brasileiros” na qual dizia:

Terão meus olhos me enganado? Ou realmente li que dos Estados Unidos estariam chegando ao Brasil, se é que aqui já não se encontram (...) americanos de cor encarregados – por quem? – de convencer brasileiros, também de cor, que suas danças e seus cantos afro-brasileiros deveriam ser de melancolia e de revolta? E não, como são hoje, modinhas e sambas quase todos alegres e confraternizantes.<sup>65</sup>

No terceiro capítulo vamos nos aprofundar mais nas críticas que o movimento soul, especialmente o Movimento Black Rio, sofreu quando chegou ao Brasil, mas essa feita por Freyre me parece importante aparecer aqui, pois se relaciona mais diretamente com a democracia racial e questões de identidade negra, que são o tema desse tópico.

O papel de Freyre na criação da ideia de democracia racial ou como as interpretações acerca de sua obra construíram essa ideia atribuindo-a ao autor são temas discutidos por diversos pesquisadores das relações raciais no Brasil.

Essa imagem de mestiçagem como sinônimo de igualdade racial, ou, ao menos de relações raciais harmoniosas e de que a sociedade brasileira estivesse caminhando para ela, se arraigou no imaginário brasileiro e também no exterior. Tanto que rendeu um Projeto UNESCO nos anos 1950 para investigar a fórmula da paz entre as raças, que apenas o Brasil supostamente experimentava. Com os Estados Unidos com leis segregacionistas e o mundo ainda chocado com os horrores do nazismo, o Brasil emergia como um sopro de esperança.<sup>66</sup>

Esse projeto, que ficou sobre a responsabilidade dos sociólogos Florestan Fernandes e Roger Bastide, foi importante e estrutural para o papel do negro nas relações raciais brasileiras na Sociologia e, pela primeira vez, a alinha com a atuação do movimento negro que vira o protagonista dessa narrativa e rendeu um resultado contrário que o esperado por muitos, a constatação da desigualdade racial brasileira. A partir daí inicia-se o processo de desconstrução do mito da democracia racial que durante a primeira metade do século XX esteve fortemente entrelaçado com a noção de identidade negra.

Se o Brasil sem racismo é um mito e, tal como os outros países com passado escravagista, os negros encontram dificuldades ocasionadas por sua raça e forma essa identidade do “outro” imposta a eles pela colonialidade e isso ocupa papel central na sua identidade, que outras experiências a identidade negra brasileira compartilha com os demais

<sup>65</sup> FREYRE, Gilberto. “Atenção, brasileiros!”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 de maio de 1977. Seção Opinião. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

<sup>66</sup> FLOR. Cauê, Gomes. Op. cit.

povos da diáspora africana? Como essas experiências compartilhadas marcam a atuação do movimento negro contemporâneo?

Essas perguntas são pensadas através desse descentramento da identidade negra provocada pela noção de diáspora africana. A partir desse conceito, a ideia de identidade negra é construída através da circulação de referenciais entre os povos da diáspora criando uma nova ideia de identidade, descentrada, que não cabe nas fronteiras de apenas um país. Essas discussões emergem no contexto atual nos últimos vinte anos, onde os mecanismos dessa identidade estão em evidência pelos efeitos da globalização e facilidade de troca de informações a distância, mas aconteceram durante todo o século XX.<sup>67</sup>

Essa circulação de referenciais é analisada por Amílcar Pereira<sup>68</sup>, a partir do jornal *Chicago Defender*, em suas edições a partir década de 1930 e a relação entre a imprensa negra americana e a imprensa negra brasileira. Nessa década, já estava em circulação o mito da democracia racial e os ativistas negros em vários países estavam encantados com a história de um lugar, com passado escravista e sem discriminação. Passando a se corresponder com brasileiros, os editores do jornal viram que apesar da ausência das leis segregacionistas, os negros brasileiros também sofriam racismo e partir daí criaram uma rede de troca de experiências e passaram a compartilhar informações através de cartas e visitas ocasionais. Essa circulação de referenciais foi conceituada como Atlântico Negro, que dá a dimensão desse espaço, que não é físico, mas abriga as relações estabelecidas em torno não só da origem, mas da sua consequência como a semelhança que o ativismo, a moda, as artes, as ciências, ou seja, as culturas negras guardam entre si. Para Paul Gilroy, o “Atlântico negro” seria o conjunto cultural e político transnacional de elementos e ações produzidos pela diáspora negra desde o final do século XV”.<sup>69</sup>

O Movimento Black Rio, olhado novamente trinta ou quarenta anos depois de ter surgido e transformado o subúrbio carioca, ganha nova roupagem muito diferente da que lhe foi atribuída tempos antes, pois passa a ser encarado como representação da diáspora africana. Segundo Hanchard, “O Black Soul foi um dos vários fenômenos da diáspora africana em que pessoas de origem africana de um determinado contexto nacional-cultural apropriaram de algumas formas simbólicas e matérias de outro”.<sup>80</sup>

<sup>67</sup> Sobre descentramento da identidade, ver: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

<sup>68</sup> PEREIRA, Amílcar, Araujo. **'O Mundo Negro': relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

<sup>69</sup> GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

<sup>80</sup> HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, pg. 134.



É claro que o movimento *soul* que, pouco tempo depois de se popularizar no Brasil foi absorvido pelas gravadoras tem um grande aspecto comercial, mas ainda assim, de acordo com Peter Fry:

A proliferação dos bailes afro-soul em São Paulo e no Rio é um exemplo de situações em que os brasileiros negros criam novos símbolos de etnia, de acordo com sua experiência social. Embora algumas pessoas acreditem que esses sinônimos são exemplos de dependência cultural, ou da capacidade das multinacionais de vender os produtos que bem entenderem, não tenho dúvida de que, apesar de tudo, eles representam um movimento de grande importância no processo da identidade no Brasil.<sup>70</sup>

O Movimento Black Rio e Movimento Negro Unificado, em escalas diferentes, entendem uma premissa muito importante na mobilização social de negros: a autoestima de se sentir bem na sua própria pele, com seu cabelo natural, usando as roupas que escolher, se reunir com seus pares e poder dançar a noite inteira sem ser discriminado pela cor da sua pele era, para essas pessoas, revolucionário. Quando se nasce negro em uma sociedade racista amar a si mesmo é um ato de rebeldia. Negar os padrões impostos que dizem que para ser aceito você deve se afastar cada vez mais da sua negritude é lutar contra o sistema e isso o Movimento Black Rio fez de maneira exemplar.

---

<sup>70</sup> FRY, 1982 apud HANCHARD, Ibidem. pg. 132.

Figura 5 - Jovens frequentadores dos bailes vestidos no estilo *soul*



Fonte: Foto tirada por Almir Veiga para a matéria de Lena Farias. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Integrantes-da-cena-Black-Soul-fotografados-por-Almir-Veiga-para-o-artigo-de-Frias1976\\_fig2\\_263785620](https://www.researchgate.net/figure/Integrantes-da-cena-Black-Soul-fotografados-por-Almir-Veiga-para-o-artigo-de-Frias1976_fig2_263785620)

Apesar da influência dessa rede de referenciais que é o Atlântico Negro ser mais perceptível no Movimento Black Rio, por este estar centrado no ritmo norte-americano *soul* e se apropriar de símbolos, da moda e até mesmo de vocabulário estrangeiro, não foi apenas esse movimento que foi forjado dentro dos paradigmas da transnacionalidade e do descentramento da identidade negra nacional para encontrar referenciais internacionais.

Essa concepção também pode ser encontrada no Movimento Negro Unificado, principal linha de atuação do movimento negro da década de 1970, que tem como evento de criação um ato público em São Paulo e o protesto social como sua principal forma de atuação. Esse movimento, segundo os próprios militantes<sup>71</sup> que o compunham no período, também é

---

<sup>71</sup> Sobre isso ver as entrevistas pertencentes ao projeto História do movimento negro no Brasil do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/entrevistas#>

pensado com inspiração e trocas através de cartas com ativistas estrangeiros, mas nesse caso dos movimentos de libertação africanos que estavam acontecendo no período, assim como com o Movimento Black Power e os Panteras Negras norte-americanos. Ao invés de internet e de globalização, a diáspora africana e o Atlântico Negro eram os meios pelos quais esses elos eram criados e fortalecidos.

Revisitar os movimentos negros da década de 1970, onde foram formuladas as linhas de atuação e as identidades que são discutidas até hoje, é importante para repensar estereótipos estruturais destinados à identidade negra ao longo do tempo. De certa forma, considerar novos conceitos criados nos últimos tempos e com participação do ativismo traz o dinamismo presente nas relações atuais necessárias para ampliar a visão desse passado próximo. A identidade negra pensada de maneira descentrada, como esses conceitos sugerem, tira velhos rótulos que sempre foram aprisionadores para a experiência negra brasileira, acusada de produzir “cópias” de movimentos internacionais. Quando na verdade, descentrar é se reconectar enquanto comunidade cultural diaspórica e romper com a identidade imposta pela colonialidade.

No entanto, esses projetos de identidades negras que começam a se formular nos anos 1970 com o Movimento Black Rio e Movimento Unificado acontecem em meio à ditadura que foi instaurada com o golpe civil-militar de 1964. Essa ditadura tinha também um ideal de identidade nacional e um projeto ideológico que negava o racismo e, apoiado no mito da democracia racial, buscava neutralizar as expressões que destoavam desse mito ou que supervalorizavam uma cultura negra separada da cultura nacional. Esse olhar da repressão sobre a resistência negra criou sentidos para sua atuação e ajudou a criar, ou fazer a manutenção, de estereótipos relacionados às várias frentes de atuação do movimento negro.

A relação de vigilância e opressão imposta por essa ditadura faz parte do histórico de resistência do movimento negro que desenvolvia suas formas de driblá-la para que continuasse atuando. No próximo capítulo, analisaremos como o Movimento Black Rio e o Movimento Negro Unificado foram patrulhados e reprimidos pela ditadura, através da documentação dos “arquivos da repressão” da ditadura brasileira.

## 2 DITADURA, REPRESSÃO E RACISMO

“Não tínhamos algemas para todos,  
tivemos que coagi-los psicologicamente”

*Tenente Luís Cláudio*<sup>72</sup>

Os abusos cometidos pela ditadura civil-militar vigente entre os anos de 1964 e 1985 deixaram marcas nos grupos que foram perseguidos por ela que duram muito mais que 21 anos. O aumento das blitz nas favelas, a violência enfrentada saindo dos bailes de música *soul*, a vigilância constante dos órgãos de informação e a negação do racismo, que mesmo velado era gritante e mortal, feriu pessoas negras no período da ditadura e segue ferindo até os dias atuais com as consequências das ações iniciadas ou intensificadas pelo governo autoritário.

Esse trabalho pretende examinar o movimento negro que se organizou na década de 1970 no bojo da luta para reverter a situação subalterna na qual o negro foi aprisionado desde o início do Brasil colonial. Esse capítulo, em especial, visa analisar o olhar da ditadura civil-militar sobre o movimento negro nesse período, olhar que foi marcado pelo constante ataque aos direitos humanos de seus opositores. Para isso, utilizaremos os documentos produzidos pelos órgãos de vigilância do aparato repressivo em várias de suas esferas e entrevistas realizadas pelas Comissões da Verdade do Rio de Janeiro e de São Paulo com ativistas no período.

Para entender o momento de criação e de fortalecimento das duas frentes de atuação do movimento negro que são foco dessa dissertação, Movimento Black Rio e Movimento Negro Unificado, o recorte espacial desse capítulo será os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O Movimento Black Rio, pode e provavelmente deve ser analisado como parte, talvez a mais proeminente, do movimento *soul* que teve representação em outros estados do país, mas que aparecem menos na documentação da repressão. O Movimento Negro Unificado, apesar de ter sido idealizado como uma iniciativa nacional e de fato ter se realizado em consonância com militantes de vários estados brasileiros, foi fundado em São Paulo por

---

<sup>72</sup> Essa frase foi reproduzida no *Jornal do Brasil* em 30 de setembro de 1982 e foi atribuída a um tenente da Polícia Militar identificado apenas como Luís Cláudio, chefe de uma blitz nos Morros da Coroa/Chacrinha na qual 18 homens negros foram amarrados pelo pescoço numa só corda e enfileirados em posição análoga à escravidão.

militantes que lá atuavam e como resultado de associações culturais criadas na primeira metade da década de 1970 como vimos no primeiro capítulo.

Sendo assim, a repressão, a vigilância e o medo que seus fundadores e frequentadores sentiram fazem parte da história desses dois movimentos e conseqüentemente dos seus militantes e da construção das suas identidades que se formavam em meio a luta contra a discriminação racial. Dito isso, a análise do contexto político é indispensável para compreendermos o panorama do início do movimento negro contemporâneo brasileiro.

A documentação produzida por essa ditadura é vasta e tem sido estudada por historiadores desde que o acesso a ela foi possível. Seguindo esse mesmo caminho, vamos analisar a documentação produzida pelos órgãos de vigilância e repressão sobre o movimento negro brasileiro para demonstrar como o Estado ditatorial via e produzia sentidos próprios para a atuação do movimento.

Esses arquivos produzidos por ditaduras são chamados de *arquivos sensíveis*. Esse termo fica conhecido no Brasil nos 2000 e é definido da seguinte forma:

documentos produzidos no período da Ditadura Militar no Brasil, entre 1964 e 1985, cujo conteúdo informacional conteria segredos de Estado e/ou expressariam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida pública ou de seus descendentes. Arquivos produzidos em regimes repressivos ou totalitários, nos quais os direitos humanos e as liberdades são violados, como as ditaduras do cone sul, as guerras étnicas, as da descolonização, sem esquecer os conflitos civis da atualidade, são, por essa razão, denominados “sensíveis”<sup>73</sup>

Os arquivos sensíveis podem ser divididos em quatro grupos documentais distintos:

1. O primeiro deles compreende os documentos produzidos pelos órgãos de inteligência e repressão da ditadura brasileira, como relatórios, prontuários, dossiês, ordens de busca e prisões, fotografias tiradas a partir dos serviços de espionagem, ofícios, circulares, telegramas, entre outros, além dos depoimentos e declarações tomados em interrogatórios, que não respeitavam os códigos penais e os Direitos Humanos. A segunda tipologia abrange os documentos roubados e capturados pela repressão brasileira, que incluem documentos pessoais e de organizações das esquerdas, panfletos, jornais, correspondências pessoais, diários, etc. O terceiro conjunto documental diz respeito à documentação sobre a repressão produzida e/ou reunida por vítimas ou familiares de vítimas da repressão ou ainda por organismos de defesa dos Direitos Humanos durante a ditadura, que podem incluir também documentos oficiais obtidos por atingidos ou familiares para realizar denúncias. Por fim, o quarto tipo documental corresponde aos acervos constituídos em períodos democráticos, a partir de investigações – impulsionadas por iniciativas

---

<sup>73</sup> SILVA, Izabel Pimentel da. “Territórios de memória: O olhar da ditadura brasileira sobre as esquerdas revolucionárias sul-americanas através dos arquivos da repressão”. In: SCHEIDT, Eduardo; ARAUJO, Rafael; MAIA, Tatyana (orgs). Estado, democracias e crises no tempo presente latino-americano. Rio de Janeiro: Lemos Mídia, 2022, p. 10.

do Estado – para promoção de reparações e/ou apurações das violações dos Direitos Humanos, como as realizadas pela Comissão Nacional da Verdade.<sup>74</sup>

No caso dessa dissertação, apesar de contar com as Comissões da Verdade do Rio e de São Paulo que trazem capítulos específicos para tratar da questão racial na ditadura civil-militar em cada Estado, será predominante a análise de documentos pertencentes ao primeiro grupo de documentos sensíveis, ou seja, os que foram produzidos pelos órgãos de inteligência e repressão. E esses órgãos de inteligência e repressão agiam de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional.

A ditadura civil-militar brasileira, assim como as demais ditaduras latino-americanas, foi estruturada em torno da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>75</sup>. Essa Doutrina foi criada nos Estados Unidos e divulgada nas escolas militares que formavam os oficiais latino-americanos. No contexto da Guerra Fria, foi criada para combater o inimigo “vermelho”, o comunismo. A DSN reproduzia internamente o conflito internacional capitalismo versus comunismo, para seus adeptos o comunismo era um mal a ser combatido e superado. Neste caso, o elemento comunista além de terrorista tornava-se um agente interno, inimigo que estava agindo contra a unidade da nação. Sendo assim, não era mais tratado como um cidadão de seu país de origem e não merecia o mesmo tratamento que os demais.

Sobre a participação dos Estados Unidos nas ditaduras latino-americanas, Padrós salienta:

A responsabilidade dos EUA na promoção, sustentação ou apoio direto a esses regimes, portanto, é mais que evidente. Seus interesses econômicos, estratégicos, políticos ou militares estão presentes em todas as experiências concretas de SN da região. No início dos anos 1960, sob a administração de Kennedy, os EUA estabeleceram as diretrizes da estratégia contra-revolucionária para a América Latina; entre elas, destacavam-se a promoção de ações sobre a reforma social, o aumento da capacidade preventiva e ofensiva da “contra insurgência” e a criação de um sistema hemisférico contra a repressão.<sup>76</sup>

E acrescenta:

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>75</sup> A primeira Lei de Segurança Nacional criada pela ditadura militar foi o Decreto-Lei 314 em 13 de março de 1967 definindo crimes contra a segurança nacional, esse Decreto-Lei foi alterado por um novo em 1969 o Decreto-Lei 510 que tornava mais severas as punições. O Decreto-Lei nº 314 incorporou a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra sob forte inspiração norte-americana apoiava-se no conceito de “guerra total” onde vários os setores da sociedade estão envolvidos na guerra que nesse caso era contra o comunismo e buscava combater o inimigo interno. Para mais informações sobre a doutrina de segurança nacional: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>. Acessado em 11 de julho de 2022.

<sup>76</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e Violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: Fico, Carlos et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 168.

(...) corações e mentes foram conquistados com relativa eficiência, embora não todos; diante da bandeira do anticomunismo, a influência dos EUA se fez sentir e muitos oficiais policiais e militares tornaram-se hostis a qualquer proposta de mudança na sociedade, reformista ou revolucionária.<sup>77</sup>

A Lei de Segurança Nacional foi responsável pela perseguição e prisão de vários opositores ao regime. A violência com a qual foram tratados é bastante estudada por pesquisadores especialistas no tema, bem como no cinema e nos meios de comunicação. No caso das associações, grupos e organizações que compunham o movimento negro na década de 1970, eles eram enquadrados em dois artigos da Lei de Segurança Nacional: o primeiro era o que estava definido no artigo 21 da lei, que considerava crime “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo”;<sup>78</sup> e o artigo 33 inciso VI, que versava sobre “incitar publicamente o ódio ou a discriminação racial”<sup>79</sup>.

Para pôr a lei em prática, o governo ditatorial contava com um aparato repressivo de identificação de ameaças e extração de informações. Esse era o Sistema Nacional de Informações (SISNI), um conjunto de órgãos de vigilância destinado a produção de informações em prol da política de segurança implementada pelos militares. O SISNI se estruturava da seguinte forma:

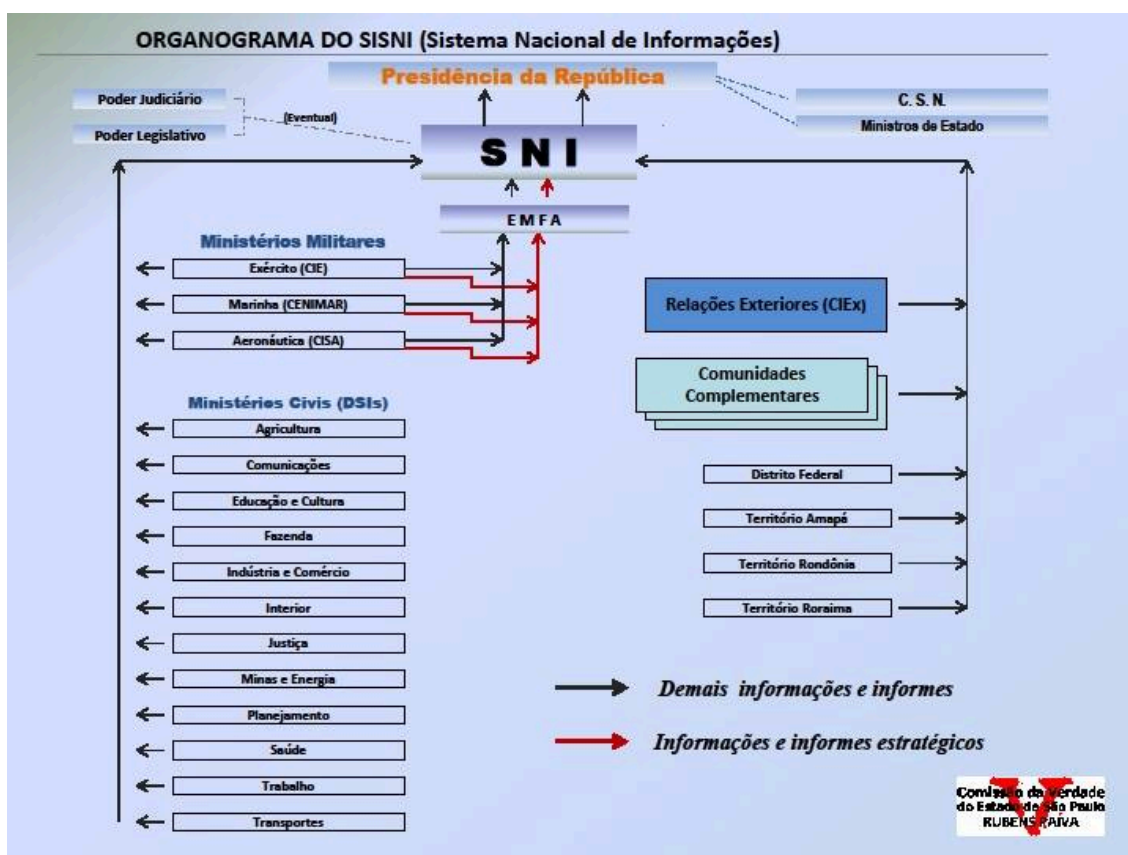
---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 172

<sup>78</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro. **Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Relatório**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, p. 24.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 24.

Figura 6 – Organograma do SISNI montado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo



Fonte: “Rubens Paiva” a partir de documentos de órgãos de repressão política da ditadura. Acessado em: 30/06/2022.<sup>80</sup>

Em relação ao movimento negro e à questão racial no Brasil, tema dessa pesquisa, destacamos o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os órgãos de informações das Forças Armadas que se reportavam a ele: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) e o Centro Nacional de Informações da Marinha (CENIMAR). A documentação produzida por esses órgãos referente ao movimento negro será analisada ao longo desse capítulo.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) era o órgão de cúpula do SISNI e foi criado por Golbery do Couto e Silva alguns meses depois do golpe civil-militar em 1964. No entanto é com a vitória da chamada “linha dura”, iniciada com o governo do General Arthur Costa e Silva, que ele começou de fato a funcionar. Esse órgão era responsável por reunir informações de pessoas ou associações consideradas subversivas pelo regime. Em 1968, o SNI teve sua

<sup>80</sup> Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/>



atuação ampliada com a instauração do Ato Institucional nº5<sup>81</sup>, que representou o aumento da repressão. O setor de informações contou também com as Divisões de Segurança e Informações (DSI) localizadas nos diversos prédios públicos civis e militares. O SNI chegou a ter 2.500 funcionários e uma escola. A Escola Nacional de Informações que tinha como objetivo formar espiões civis. O SNI e as DSI:

Compunham a “comunidade de informações”. Seu material básico como não poderia deixar de ser, era a “informação”, isto é, dados sobre qualquer questão ou pessoas de interesse do regime. A produção de tais informações supunha uma rotina bastante regulamentada, que impunha classificações quanto a fidedignidade e veracidade das fontes e normas rígidas de sigilo.<sup>82</sup>

Os órgãos de informações aqui citados e essa comunidade de informações, por eles formada, são importantes para analisar a atuação da ditadura brasileira em relação ao movimento negro, que na maior parte, se constituiu em forma de vigilância sob associações e militantes que de alguma forma chamavam atenção do governo em torno de um suposto perigo para a segurança nacional.

A produção documental dos órgãos de informações da ditadura sobre o movimento negro pode ser encontrada hoje no Sistema de Informações do Arquivo Nacional<sup>83</sup>. Os agentes responsáveis por elaborar esses registros chamam a atuação em torno da questão racial de “Racismo Negro no Brasil”. Baseado no inciso VI do artigo 31 da Lei de Segurança Nacional, aqui já citado, os militantes do movimento negro foram acusados de incitar o ódio racial e mais, acusados de criar, ou importar, um problema que no Brasil não existia e que seria contrário à formação da sociedade brasileira, baseando-se no mito da democracia racial.

Em “Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”, Antônio Sérgio Guimarães<sup>84</sup> diz que entre a década de 1930 e a década de 1960 vigorou no Brasil o pacto nacional-desenvolvimentista que pregava a integração simbólica do negro na sociedade, isto é, trazia a ideia de um Brasil formado, culturalmente, pela mestiçagem. Essa visão transforma a

<sup>81</sup> Os atos institucionais são normas de natureza constitucional que foram expedidas pela ditadura militar entre 1964 e 1969. Em dezembro de 1968, o governo editou o AI-5, que autorizou o presidente a decretar o recesso do Congresso Nacional, interferir nos Estados e Municípios sem os limites constitucionais e acassar mandatos eletivos. Ainda no mês de dezembro, opositores do governo foram presos assim como tiveram seus mandatos cassados.

<sup>82</sup> FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 179.

<sup>83</sup> <https://sian.an.gov.br/>

<sup>84</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001, pg.161.

mestiçagem em elemento explicativo das relações raciais no Brasil, ou seja, a mestiçagem é percebida como evidência da ausência de preconceito racial no país.

Democracia racial seria então um ideal das relações interraciais com igualdade de oportunidades e ausência de preconceito e discriminação. Dessa forma, a expressão dá conta de representar um ideal para as relações raciais no Brasil, sendo o país marcado por centenas de anos de escravidão e racismo.

No entanto, exatamente por esse histórico escravagista e uma abolição que não se preocupou com a inserção do negro na sociedade de classes, a democracia racial nunca se materializou para a sociedade brasileira que continuou mantendo suas desigualdades estruturais entre brancos e negros. Ainda assim, alguns intelectuais, políticos e a elite brasileira usavam a ideia de democracia racial para se referir ao Brasil. Coube então ao Movimento Negro e seus militantes denunciar que esse ideal não se concretizou através de compromisso ou pacto, mas sim se enraizou como mito, usado para jogar a discussão sobre racismo para debaixo do tapete. Guimarães<sup>85</sup> defende que o golpe civil-militar e a ditadura que o seguiu tiveram papel fundamental na consolidação da expressão da democracia como mito.

No que se refere à importância do mito da democracia racial para a ditadura civil-militar, precisamos expandir um pouco o nosso olhar. Na ótica dos militares, estando sob os efeitos da Doutrina de Segurança Nacional, a organização dos movimentos negros apresentava uma ameaça à ordem pública, ou seja, um efeito de impacto interno para o país, entretanto havia também os efeitos externos de se quebrar a imagem internacional de paraíso racial que o Brasil possuía. Na década de 1960, o Brasil aderiu a 3 documentos internacionais relacionados a igualdade racial e respeito aos direitos humanos.<sup>86</sup> Sendo assim, na visão dos militares a proliferação de organizações negras dedicadas à denúncia da farsa da democracia racial seria uma mancha na imagem que o Estado brasileiro buscava cultivar internacionalmente. Podemos dizer que:

houve no período da ditadura uma repressão orientada a neutralizar os processos de articulação negra. Não por se tratar de uma mobilização política como outra qualquer, mas por colocar em xeque externamente a imagem que o Estado pretendia cultivar – de paraíso racial – e internamente por ser capaz de aglutinar um contingente significativo de pessoas predispostas a desafiar os processos políticos,

---

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> Esses documentos são: a Convenção 111 OIT (1958), em 1968; a Convenção relativa à luta contra a discriminação no ensino (1960), também em 1968; e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), em 1969.

sociais, econômicos e culturais de opressão e subalternização do negro na sociedade brasileira.<sup>87</sup>

Assim sendo, a democracia racial integra a base ideológica da ditadura civil-militar. Na medida em que, na ótica da ditadura, o racismo é visto como inexistente, essa abordagem negacionista ocasiona uma inversão de papéis na qual quem comete racismo é quem denuncia a sua existência em uma sociedade onde ele supostamente não existe. E é exatamente com base nessa acusação de “racismo inverso” que o governo militar amplia e baseia sua perseguição e repressão ao movimento negro brasileiro.

## 2.1 Perseguição às associações negras

Durante a década de 1970, o movimento negro e a discussão sobre a questão racial no Brasil ganharam espaço. O movimento voltou a respirar e a se organizar pela primeira vez depois do golpe civil-militar de 1964. Por um lado, militantes negros, sejam mais experientes como os que atuavam antes do golpe ou jovens universitários, criaram grupos de estudos e de pesquisas que no geral buscavam promover a cultura negra e - depois ficaram conhecidas como “associações culturais”. Simultaneamente, muito por influência da chegada do *ritmosoul*, cabelos afro, roupas coloridas e discursos de valorização da estética negra se popularizam a medida que os bailes *black* vão se tornando comuns no subúrbio carioca. Mesmo que não necessariamente essas iniciativas tivessem relação entre si, todas partiam do mesmo lugar: a constatação que o Brasil não era um país racialmente igualitário. E mais, a denúncia do mito da democracia racial vai ser a principal linha de atuação desse momento do movimento negro brasileiro.

Essas associações culturais, que apresentamos no capítulo anterior, logo entraram no radar dos órgãos de vigilância e da polícia política da ditadura militar. Examinaremos agora trechos do informe N°0204 produzido pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA-RJ) em 1976:

Estão-se proliferando, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Associações Culturais que tem o objetivo de propagar a cultura neste no Brasil. Algumas dessas Entidades têm sido apoiadas pelas Missões Diplomáticas do Senegal e Nigéria. O

---

<sup>87</sup> PIRES, T. R. O..Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **REVISTA DIREITO E PRÁXIS**, v. 9, p. 1054-1079, 2018, pg. 9.

interesse dessas Missões e difundir a cultura, a histeria do colonialismo na África, das etnias e o socialismo africano[...]As Associações Culturais desenvolvem, em primeiro plano, o trabalho de recrutar associados da raça negra, Desenvolvem frequentemente ciclos de palestras sobre o desenvolvimento da cultura negra no Brasil. Nesta fase, os conferencistas preocupam-se em não falar ostensivamente de política, mas condicionam os ouvintes a aceitar a existência de um disfarçado racismo branco no Brasil. Durante as palestras, os orientadores das Associações identificam os ouvintes mais sensíveis às ideias do movimento. Estes, posteriormente, são convidados a participar de grupos de Estudos. As reuniões de tais grupos efetuam-se sempre em caráter reservado.<sup>88</sup>

O documento segue com a descrição de como essas associações agiam para “cooptar” membros e até mesmo com trechos retirados de palestras realizadas por elas. Principalmente trechos que o agente identificava como “propaganda racista e socialista”:

O racismo branco de uma sociedade cristã é marcado pela sua passagem histórica, onde o negro não é tido como irmão e um igual, mas, Como um objeto de trabalho e exploração. A religião cristã é ensinada com o fito dos brancos poderem manter um domínio nas raças tidas como inferiores, tais como, o índio, negros, mestiços, etc.<sup>89</sup>

O informe também traz informações sobre a presença de “radicais” dentro dessas associações. Esses seriam denominados “almas negras” e defendiam a “libertação do negro” das “sociedades capitalistas” e se inspirariam nos Panteras Negras<sup>90</sup> e cultuavam o ditador ugandense *IDI AMIN DADA*. A seguir faz uma descrição de alguns hábitos e informações sobre os “almas negras”:

a - a saudação entre homens é mulheres e feita com um beijo na boca;  
 b o cumprimento entre homens é idêntico ao usado pelos Panteras Negras - vários toques de mão;  
 c em algumas reuniões, alguns negros fizeram saudação à moda comunista - braço levantado e mão fechada:  
 d usam alguns termos especiais e chamam. o branco de "mucala":-e vestem-se com roupas extravagantes, à moda africana.<sup>91</sup>

Esse documento é importante, pois mostra como o acompanhamento dessas associações foi feito com requinte de detalhes mesmo que, segundo a conclusão de vários desses documentos, essas instituições ainda não apresentassem perigo imediato. É interessante perceber que apesar da insistente associação desses grupos com o comunismo, o teor

<sup>88</sup> CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA). “Racismo Negro no Brasil”, 20 de outubro de 1976. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). AC ACE 109622/76, CNF, I/IV.

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> Fundado em 1966 em Oakland cidade na Califórnia, o Partido dos Panteras para Auto-Defesa, depois só Partido dos Panteras Negras, foi uma organização política socialista e revolucionária. O partido tinha como objetivo a defesa armada da população negra americana, mas teve filias fora dos Estados Unidos, no Reino Unido e na Argélia e foi parte central do Movimento *Black Power*. Foi extinto em 1982.

<sup>91</sup> CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA). “Racismo Negro no Brasil”, 20 de outubro de 1976. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). AC ACE 109622/76, CNF, I/IV.

puramente de denúncia do racismo no Brasil, de orgulho da raça e identificação negra parecem incomodar os órgãos de inteligência e repressão tanto quanto a “ameaça vermelha”.

Esse mesmo informe lista o nome de várias associações e de alguns dos seus organizadores e palestrantes que participavam de eventos promovidos por elas. Dessas associações citadas, destaca-se o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, o IPCN. No compilado de documentos reunidos no SIAN, sob o assunto racismo negro no Brasil, o IPCN é citado 21 vezes no total. Podemos dizer que era considerado um dos principais polos de organização negra do período e de acordo com palavras do já mencionado informe nº204/76: “Esta Associação é a que coordena todo trabalho de desenvolvimento da cultura negra no Estado.”<sup>92</sup>

O IPCN foi fundado no Rio de Janeiro em 1975 no bojo dessas novas organizações que discutiam a situação do negro no Brasil. Realizou palestras em diversos clubes, favelas e universidades cariocas, como registrado pela documentação da repressão e está em atividade até hoje, na sua sede no bairro da Lapa no Rio de Janeiro. Um ano após sua fundação já estava sendo acompanhado de perto pela comunidade de informações. Seus principais ativistas também aparecem de maneira recorrente nos arquivos da repressão, destaque para a historiadora Beatriz Nascimento<sup>93</sup>, nome de grande importância para o movimento negro e para o movimento feminista negro que é citada quase sempre por realização de palestras com teor “subversivo”, como no caso a seguir:

No dia 20 Nov,a Professora MARIA BEATRIZ DO NASCIMENTO fez, no IPCN, uma palestra, abordando a falta de liberdade do negro e a sua dependência 1.1 sociedade branca. Disse que a luta do negro deve ser desencadeada de maneira discreta, para não chamar atenção. Para tal, os negros precisam enfrentar a luta atual e futura com as mesmas características de ZUMBI que eram: FORÇA, TENACIDADE, INTELIGÊNCIA, LIBERDADE e amor ao seu povo. Finalizou a exposição enaltecendo os países socialistas africanos e europeus.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Nascida no dia 17 de julho de 1942 em Aracaju (Sergipe), Maria Beatriz do Nascimento foi historiadora, professora, escritora e militante do movimento negro brasileiro. Aos sete anos de idade, sua família migrou para o subúrbio carioca. Beatriz ficou conhecida pela sua atuação no movimento negro e pela defesa do feminismo dentro do movimento. Ela foi aprovada no vestibular em 1969 e cursou História na UFRJ onde se formou em 1971. Atuou também como professora da rede estadual do Rio de Janeiro. Começou seu mestrado na década de 1990, mas não concluiu o curso, pois foi assassinada. Beatriz Nascimento levou 5 tiros a queima roupa disparados pelo companheiro de uma amiga, que tinha defendido por sofrer violência doméstica do seu assassino.

<sup>94</sup> CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA). “Racismo Negro no Brasil”, 10 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA).AC ACE 109622/76, CNF, I/IV..

Outro nome que também aparece na documentação relacionado ao IPCN é o de Carlos Alberto Medeiros, que é identificado como relações públicas do instituto. O informe da CISA nº 244/76 diz que Medeiros era cadete da Aeronáutica e foi desligado em setembro de 1968 por supostamente introduzir literatura marxista entre os demais cadetes. Anos depois, em 2004, em entrevista a Verena Alberti e Amílcar Araújo para o projeto “História do movimento negro no Brasil” do CPDOC, Medeiros relembra:

E a gente tinha uma ideia: muitas pessoas liam e emprestavam livros. “Vamos fazer o seguinte, vamos juntar aquele pessoal que gosta de ler e a gente pega um cruzeiro de cada um no dia do soldo – quando recebe – e cada mês um pega aquele dinheiro e compra os livros que quiser, e aquilo fica fazendo parte de um patrimônio comum[...] Claro que alguns tinham interesse por coisas mais políticas, outros por romances. E, para a coisa não ficar muito solta, nós resolvemos fazer umas reuniões de vez em quando.<sup>95</sup>

Esse clube do livro foi criado por Medeiros e outros cadetes em 1967. Em 1968, depois de um acidente de avião que sofreu em serviço, ele foi chamado para prestar depoimento e achou que era para falar sobre esse acidente. Ele conta que nem imaginou que seria para falar sobre o clube de livros, pois a iniciativa, segundo ele, teve no máximo duas reuniões que não duraram muito. Sobre o depoimento, ele diz:

Mas esse tenente Malan que me recebeu e disse o seguinte: “Foi descoberta uma célula comunista nessa escola e você está seriamente implicado.” Aquilo foi um choque, um choque maior do que o acidente de avião.[...] Você ter um acidente era algo possível, aconteceria com alguém da turma. Mas essa coisa, foi uma surpresa absoluta porque a gente não estava fazendo isso. Então eu não podia esperar que isso acontecesse. O que era? Era aquele negócio do livro.<sup>96</sup>

Depois do desligamento da Aeronáutica, Carlos Alberto Medeiros decidiu cursar jornalismo e a partir daí se integrou à luta do movimento negro fundando associações importantes como a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras. Ele comenta em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (CEV-RJ) que a sede do IPCN foi invadida várias vezes pelo Departamento de Organização Política e Social, o DOPS, e documentos foram roubados. Ele avalia as invasões como uma demonstração de poder do órgão e uma forma de advertência de que seus membros estavam no radar da repressão<sup>97</sup>. Além de Carlos Alberto, aparecem também, na

<sup>95</sup> MEDEIROS, Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 50min), pg. 13.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> Ibidem, pg. 35.

documentação da repressão, nomes conhecidos do movimento negro contemporâneo como Lélia Gonzalez, Januário Garcia e, principalmente, Abdias do Nascimento.

Abdias do Nascimento foi o ativista do movimento negro mais monitorado pela ditadura civil-militar. Na realidade, de acordo com o relatório da CEV-RJ, a vigilância da articulação político-cultural negra não é inaugurada após 1964, na verdade, esses movimentos passam a serem vistos como “subversivos” no Estado-Novo (1937-1945) e continuam sendo observados mesmo após o período de redemocratização. Um desses movimentos é o Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 por Abdias do Nascimento que, em 1950, foi tema de um documento do Departamento Federal de Segurança Pública que pedia que a Divisão de Polícia Política e Social levantasse informações sobre sua diretoria.<sup>98</sup>

Abdias estava no Brasil no momento do golpe civil-militar de 1964, mas foi em autoexílio para os Estados Unidos da América em 1968 com o acirramento da repressão e só retornou ao país de vez em 1978, mas mesmo assim suas atividades internacionais foram acompanhadas pelo SISNI, como neste trecho da informação nº 0008/76 da Agência Central do Serviço Nacional de Informações:

O escritor esquerdista ABDIAS DO NASCIMENTO, vivendo atualmente nos ESTADOS UNIDOS, em sua colaboração no livro "MEMÓRIAS DO EXÍLIO", editado em PORTUGAL, com a finalidade de difamar o BRASIL no exterior, defende a tese de que em nosso País existe perseguição racial e que o negro precisa impor-se como raça.<sup>99</sup>

Ele aparece em outros documentos da repressão normalmente com as seguintes características de apresentação: “Racista brasileiro, negro, fundador e diretor do antigo Teatro Experimental do Negro; foi promotor de concursos como "Boneca de Fixe" e "Rainha das Mulatas”<sup>100</sup>, com o termo “racista” sempre em primeiro lugar. Outras vezes o termo “esquerdista” também é atribuído a ele. Foi estudada a possibilidade de enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional, como vemos no documento que será reproduzido a seguir:

---

<sup>98</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro. Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, p. 26.

<sup>99</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Racismo Negro no Brasil”, 04 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).AC ACE 109622/76, CNF, I/IV.

<sup>100</sup> Ibidem.

Figura 7 - Documento pelo qual o SNI consulta o Ministro da Justiça sobre prender Abdias do Nascimento

BR. AN. RIO. T. T. O. M. C. P. P. R. O. 1523

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
GABINETE DO MINISTRO	
N.º 100770S	DATA 20 Out 78
DOCUMENTO SIGILOSO	

AVISO Nº 116 01/Ch/SNI/78 Em 20 de outubro de 1978.

Assunto: ABDIAS DO NASCIMENTO  
+ Racismo Negro no Brasil

Anexo: Cópia da Informação datada de 25/09/1978.

Senhor Ministro

Encaminho, para conhecimento de V. Exa., a Informação anexa, solicitando um estudo por parte desse Ministério sobre a possibilidade de se processar o nominado, com base na Lei de Segurança Nacional.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exa. meus protestos de estima e consideração.

*[Assinatura]*

**URGENTE**

De ordem, ao Sr. Chefe do Gabinete. - 20/x/78

A Sua Excelência, o Senhor  
Doutor ARMANDO RIBEIRO FALCÃO  
DD MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA  
N E S T A

*Armando B. Falcão*  
Assessor Especial  
do Ministro da Justiça

**CONFIDENCIAL**

Fonte: Disponível no Fundo da Divisão de Informações do Ministério da Justiça do Arquivo nacional. Acessado 12/07/2022.<sup>101</sup>

<sup>101</sup> DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. "Abdias do Nascimento - Racismo Negro no Brasil", 20 de outubro de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.



Esse documento foi elaborado após a entrevista de Abdias ao jornal *O Pasquim*, na qual fazia denúncias acerca do racismo no Brasil. Ele nunca chegou a ser de fato processado com base na Lei de Segurança Nacional, mas seguiu observado pelos órgãos de inteligência.

Além de observar Abdias e as associações negras recém-criadas, os militares também acompanharam a imprensa negra que ocupa um lugar de destaque no compilado produzido pelos órgãos de informações. Não só a imprensa negra alternativa como a menção de preconceito racial em outros jornais. Entrevistas de militantes do movimento negro também eram monitoradas, como os já mencionados Abdias do Nascimento e Beatriz Nascimento.

O jornal SINBA, meio de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, uma das associações culturais vigiadas pelo governo foi o assunto da informação nº 0845/77<sup>102</sup> do SNI que traz a edição de julho de 1977 do jornal em anexo. Apesar de ter outros jornais ou panfletos disponíveis, essa informação se destaca pelo detalhamento das infrações que a publicação estaria cometendo e qual o dispositivo legal de referência do agente que a escreveu, a lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, a Lei de Imprensa.

A primeira acusação é que “todas as matérias veiculadas no referido periódico apresentam tópicos que incentivam o antagonismo racial, razão pela qual tal publicação configura-se contrária aos interesses nacionais”<sup>103</sup>. A informação 0845/77 vai de encontro ao material produzido sobre as associações culturais e sobre as demais iniciativas do movimento negro. Além disso, apresenta uma lista extensa em detalhes sobre as infrações cometidas pelo jornal que incluem: as matérias não estarem assinadas, ou seja, anonimato, a falta do nome do diretor do jornal ou do redator chefe que deveria estar no cabeçalho da publicação de acordo com a lei e por último a falta do nome da gráfica onde o jornal foi rodado e termina com a pena prevista que é de 1 a 4 anos de detenção.

Parece importante apontar que o mecanismo legal que aponta ódio ou antagonismo racial não foi nem citado apesar de ser a acusação principal da informação. Apesar do assunto do documento produzido pelo SNI ser “Racismo Negro no Brasil” nada é falado sobre como o jornal cometia esse tal racismo, mas sim sobre os artigos da Lei de Imprensa que o jornal SINBA feriu. Isso pode tanto indicar o desconhecimento desse mecanismo talvez pela falta de costume em aplicar esses artigos da Lei de Segurança Nacional ou uma intenção de não prender ninguém pela acusação de “racismo” e manchar assim a reputação do Brasil de

---

<sup>102</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Racismo Negro no Brasil”, 04 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).AC ACE 109622/76, CNF, III/IV.

<sup>103</sup> Ibidem.

democracia racial e inflamar um movimento que aparentemente ainda não apresentava grande perigo, como aparece em outros documentos.

## 2.2 E os bailes viraram caso de polícia

Extensa também é a presença do movimento *black* na documentação produzida pela comunidade de informações. Começamos então com um dos documentos mais antigos encontrados no acervo pertencente ao Arquivo Nacional sobre o tema. Ele é importante, pois traz um resumo dos principais assuntos que vão aparecer nas demais documentações sobre o tema:

Existe no BRASIL, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio dos órgãos de comunicação social. [...] Pela análise realizada pelos Órgãos de Informações, em 1971, conclui-se que indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto, combinando-o com incidentes ocorridos no meio artístico (na época, o caso de TONY TORNADO, através da TV), com temas abordados em programas ao vivo e novelas pela TV, com assuntos ventilados em revistas e até em letras de canções apresentadas por artistas de renome.[...] Nesses anos, a repercussão do assunto foi considerável, chegando a influir na moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra.[...] Nos Estados Unidos da América do Norte, a criação e atuação dos grupos e movimentos conhecidos por 'PANTERAS NEGRAS', 'BLACK POWER' e outros de menor expressão, tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países, assumindo formas de organizações internacionais, sempre seguindo as premissas do M. C. I. [Comunismo Internacional], em colimar o agravamento das tensões sociais, visando à destruição das sociedades ocidentais.[...] O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional<sup>104</sup>

O trecho acima pertence à Informação 437/74 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça para ser difundida entre Serviço Nacional de Informações (SNI/AC) – Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) – Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) – Centro de Informações do Exército (CIE) e consegue explicitar bem porque a entrada do movimento *soul* no Brasil e as discussões que ele levantava foi considerada

<sup>104</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Racismo Negro no Brasil”, 14 de julho de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).AC ACE 78482/74, CNF, 1/I.

subversiva. Apresenta os dois pontos, que já apresentamos aqui, da Lei de Segurança Nacional: tentar subverter a ordem político-social vigente e incitar o ódio racial. Os modos de vestir, falar, os penteados e toda essa cultura *black* sempre aparecem nas documentações que falam sobre o Movimento Black Rio como sinal de alerta para os militares. Isso se relaciona muito, apesar de não excluir o aspecto das influências internacionais e do anticomunismo, com o controle dos corpos exercido pela ditadura militar com apoio de setores conservadores da sociedade. Afinal, “os documentos da repressão refletem os e são refletidos pelos princípios conservadores, que norteavam a ditadura civil-militar brasileira.”<sup>105</sup>

Mesmo que as documentações que analisamos aqui não tenham sido escritas por censores, podemos supor os partidários da ditadura civil-militar compartilhavam as mesmas ideologias e que arquétipos ideais de bem, mal ou aceitável circulavam entre eles. Dessa forma os corpos considerados desviantes do padrão imposto e defendido por essa forma de governo eram censurados, reprimidos e ridicularizados. No caso do corpo negro<sup>106</sup> se adiciona o racismo a essa mistura conservadora.

Um caso interessante para se analisar a questão de controle dos corpos negros e censura relacionado ao movimento *soul* é o cantor Tony Tornado. Em 1970, o *soul* já estava se popularizando no Brasil e começou a aparecer nos festivais de música. Um deles foi o Festival Internacional da Canção (FIC), que em sua quinta edição teve a vitória de Tony com a música BR-3. No ano seguinte, em 1971, Elis Regina assumiu o posto de líder do júri do VI FIC. Acontece que diferente dos competidores que precisavam passar pelo crivo constante dos censores, ela como jurada não foi interrogada sobre o que iria cantar ou como iria cantar. Pois bem, Elis subiu no palco, no Maracanãzinho e, enquanto os votos do festival eram apurados, na frente de 20 mil pessoas cantou *Black is Beautiful*:

Hoje cedo, na Rua do Ouvidor quantos brancos horríveis eu vi / Eu quero um homem de cor / Um deus negro / do Congo ou daqui / que se integre no meu sangue europeu / “Black is beautiful, black is beautiful / Black beauty so peaceful / I wanna a black, I wanna a beautiful”<sup>107</sup>

A música que foi composta pelos irmãos Marcos e Paulo Sérgio Valle já havia tido problemas com a censura. A letra original era: “Eu quero um homem de cor, um Deus negro do Congo ou daqui que melhore meu sangue europeu” e desagradou aos militares que

<sup>105</sup> SILVA, Izabel Pimentel da. op. cit. p. 13.

<sup>106</sup> Sobre corpo negro, imprensa e ditadura ler: ALVES, Amanda Palomo; GIORGI, Maria Cristina. Tony Tornado, racismo e construções discursivas de um corpo negro em tempos de ditadura (1970-1972). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 31, e0203, set./dez. 2020.

<sup>107</sup> REGINA, Elis. Ela. Rio de Janeiro: Phillips Records. LP (35 mim). Faixa 2.

achavam absurda a ideia de sangue negro melhorando um sangue europeu. De acordo com Julio Maria em “Elis Regina: nada será como antes”, biografia da cantora, o censor perguntou aos compositores: “O que vocês querem? Trazer música de protesto social para o Brasil?” Em resposta a isso e tentando salvar a canção, Paulo Sérgio Valle sugeriu ao censor que trocasse a letra por “que se integre ao meu sangue europeu” e conseguiu o carimbo que liberava a música, lançada no disco ELA, sem trazer nenhum tipo de problema para a cantora.

Vale ressaltar também que não foi a única vez que uma música cantada por Elis Regina teve problema com a censura por menção a relações raciais no Brasil. Um caso até mesmo mais conhecido foi a canção “Mestre Sala dos Mares” de João Bosco e Aldir Blanc gravada pela cantora em 1974. Essa canção homenageava João Cândido, líder da Revolta da Chibata.<sup>108</sup>

Na letra original da canção, os compositores chamavam João Cândido de “Almirante Negro” termo pelo qual ele era conhecido pelo povo, mas os censores os fizeram trocar por “navegante negro” e na parte na qual havia referência aos castigos físicos sofridos por jovens marinheiros negros que dizia ““rubras cascatas jorravam das costas dos negros”, teve que ser modificado para “rubras cascatas jorravam das costas dos santos.” Na entrevista com os censores, os compositores foram acusados de fazer “apologia ao negro.”<sup>109</sup>

Voltando ao VI FIC no Maracanãzinho, Tony Tornado escutava a apresentação de Elis Regina nos bastidores. Emocionado, subiu ao palco na segunda vez que Elis entoava “Eu quero um homem de cor”. Com braço estendido e o punho cerrado caminhou até abraçar Elis. Era o que os militares precisavam para pegá-lo e assim o fizeram. Ainda nos bastidores do festival foi levado para a delegacia e interrogado:

Então você é o negrão da ‘BR-3’?” perguntou o delegado. “Aquele que dança dando giro?” “Sim, sou eu mesmo.” “Então dança um pouco aí pra gente.” Toni cantava e fazia todos os passos que sabia. Quando parava, um novo policial aparecia. “Olha só, esse aqui é o Toni Tornado, dança aí pra ele ver”, pedia o mesmo delegado. Diante do terror psicológico daquela situação vivida por quase 12 horas, ele recebia um recado: ou baixava a bola ou raspava seu [cabelo] blackpower.<sup>110</sup>

Desde que venceu o V FIC, Tony Tornado se tornou nacionalmente conhecido e estava na capa de várias revistas e jornais, muitas dos quais não conseguiam esconder o incômodo que seu corpo negro de quase dois metros de altura, seu estilo *soul* e,

<sup>108</sup> A Revolta da Chibata foi uma rebelião liderada por João Cândido contra os castigos físicos que marinheiros, especialmente os negros, sofriam na Marinha em 1910. Esses castigos eram típicos dos que se usavam contra os escravos antes da abolição.

<sup>109</sup> RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros. p. 10.

<sup>110</sup> MARIA, Julio. Elis Regina: **Nada será como antes**. São Paulo: Editora Master Books, 2015, p. 224.

principalmente, o cabelo *blackpower* causavam e assim ele entrou na mira dos militares. Todos sabiam que Tony tinha morado um tempo em Nova York, no bairro do Harlem, e corria o boato que tinha conhecido os líderes dos Panteras Negras. Quando ele foi detido, o racismo apareceu nas perguntas do delegado que o chama de “negrão” e ameaça cortar seu cabelo. A ameaça feita a Tony Tornado se tornou real para vários frequentadores dos bailes de música soul que aconteciam no Rio de Janeiro. A Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ) apurou isso através de entrevistas realizadas não só com os organizadores, mas com frequentadores dos bailes que acabaram se tornando lideranças em suas comunidades. Isso é o que diz José Fernandes Pereira, conhecido como Xavante, líder comunitário da Rocinha:

Todas as vezes que eu entrei em cana lá na internada de Olariaporque aí tinha aqueles bailes, aqueles bailes lá no L espan, na Casa dos Marinheiros ali, teve uma época que eu me lembro muito bem, que a gente saindo do baile tinha aquela polícia naval que fazia ronda ali e a gente saiu e eles foram atrás da gente, entendeu? Correram, saíram atrás da gente, pegou o nosso grupo, que a gente saía daqui da Rocinha e ia dançar lá praquelas lados, então tinha sempre uma disputa de movimentos, de bairro e tal, e aí, rapaz, eu tinha um cabelo que era isso assim, era um black grande, e os caras cortaram nosso cabelo, deixaram a gente careca. (...) levaram a gente pra dentro do quartel<sup>111</sup>

Essa questão que se refere a cortar a força o cabelo afro é ao mesmo tempo uma violência física e simbólica contra o orgulho da própria negritude que essas pessoas passaram a exibir na década de 1970. O movimento *soule*, com isso, o Movimento Black Rio, promoveu entre os negros a aceitação e orgulho de seus traços, seus cabelos e suas origens africanas através do vestuário baseado em estampas africanas. Dessa forma, incentivou os negros a desafiar padrões estéticos ou comportamentais vigentes enraizados na sociedade brasileira, balançando a estrutura racial ferozmente defendida pela ditadura civil-militar que acreditava que cada um tinha um lugar definido na sociedade. Sobre isso:

O exercício de liberdade experimentado na aceitação do próprio corpo, cabelo, cultura e ancestralidade em um território de enraizada moral colonial-escravista era demasiado inapropriado para o ambiente de repressão e violência imposto pelo regime. Quanto mais o regime endurecia, mais cabeleiras orgulhosamente se encrespavam, roupas extravagantes eram expostas e a partir de tudo isso a desconstrução de imagens naturalizadas de subserviência e subalternidade. O incômodo que geravam era evidente, não fosse isso não haveria a necessidade de mostrar aos que foram apreendidos (ilegalmente) a postura que nunca deveriam ter deixado de ter: cabelos raspados, aparência uniforme, olhar desviado para baixo, de preferência, invisíveis.<sup>112</sup>

<sup>111</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. op. cit. pg. 44.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 39.

Além do racismo relacionado à estética negra, outro motivo para perseguição ao Movimento Black Rio pelos militares, e talvez o mais explorado, é a ideia, compartilhada inclusive por vários grupos da sociedade, de que o movimento era uma “infiltração” dos ativistas radicais norte-americanos, principalmente os Panteras Negras e também do Movimento *Black Power*. Essas referências aparecem em vários documentos produzidos pelo governo. Por volta dos meados da década de 1970, os bailes *black*, abordados no capítulo anterior, já estavam populares no subúrbio Rio de Janeiro e o *soul* já tinha extrapolado os limites dos festivais chegando as gravadoras. Os militares acompanhavam sua evolução com atenção, como aparece nesse trecho da informação nº 580/19 do SNI:

No segundo semestre de 76, alguns órgãos da chamada grande imprensa do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO passaram a publicar, com ênfase, matérias abordando o problema racial no País. As principais reportagens tiveram como motivação o chamado "Movimento BLACK" iniciado quase que, simultaneamente, nas cidades do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO e, por similitude, denominados "BLACK RIO e BLACK SÃO PAULO". Esse movimento se estendeu ao Nordeste com o denominado "BLACK BAHIA", este de raízes mais nativistas e de menor envergadura que os citados anteriormente. O "Movimento BLACK" originou-se nos ESTADOS UNIDOS, com uma maior divulgação da música "soul" e, por intermédio das gravadoras multinacionais, penetrou em vários países com população negra[.] Movimento com comercial, em torno de seus jovens, onde essas próprias empresas incentivam o intuito de auferir lucros com a venda de discos. Encarado como uma manifestação primordialmente grupos "SOUL" passaram, também, a aglutinar, em líderes, elementos que viam no novo Movimento uma maneira de demonstrar, à sociedade branca dominante sua autenticidade e criatividade. Tais elementos passaram a exigir de seus líderes manifestações de antagonismo racial que, por conveniência ideológica, eram registradas com) destaque pela imprensa infiltrada e/ou sensacionalista.<sup>113</sup>

Segundo Paulina Alberto, em seu dossiê “Quando o Rio era Black”, o Departamento Geral de Investigação Especiais (DGIE) começou a investigar o mundodos bailes *soul* em 1975, um ano antes deles serem apresentados ao grande público por uma matéria do Jornal do Brasil. O DGIE era então recém-criado e integrava a chamada polícia política, que no Rio de Janeiro era o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS / RJ). Em 1975, a polícia política passava por uma reestruturação e se tornou o DGIE que contava com um Departamento de Polícia Política e Social que se destinava a ser a inteligência da força policial. Essa reestruturação se deve às mudanças políticas que o país atravessava.

Em meados da década de 1970, tanto os grupos de esquerda revolucionária, quanto a esquerda tradicional, já haviam sido desmontados e a oposição era feita por setores moderados. Esse período foi marcado pelo início da abertura política e proliferação dos

<sup>113</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Racismo Negro no Brasil”, 14 de julho de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).AC ACE 109622/76, CNF, I/IV.

movimentos sociais: os chamados “novos movimentos sociais” ou “movimentos sociais identitários”, que são reunidos em torno de questões que envolvem a identidade como o movimento feminista, o movimento gay (atualmente LGBTQIA+) e o próprio movimento negro.<sup>114</sup>

No entanto, a ditadura civil-militar continuava em vigor e apesar desses grupos atuarem de modo pacífico eles trouxeram novas perspectivas políticas e reconfiguraram as tradicionais ideologias políticas representadas pela dicotomia esquerda x direita, pois vão trazer mais pontos para o debate além da questão de classe, como por exemplo, o racismo que vai passar a integrar as pautas dessas correntes políticas. O que sabemos é que esses movimentos sociais começam a receber atenção da polícia política:

as forças de segurança,(...),viraram-se com quase pânico aos vínculos entre ativistas dos movimentos gays, feminista, negro e outros, vendo neles a confirmação do que a linha dura sempre suspeitou: que estas minorias fossem componentes de um todo, culturalmente subversivo, que tendia a promover os interesses dos comunistas.<sup>115</sup>

Acontece que esses grupos traziam pautas que não necessariamente eram defendidas pelas esquerdas tradicionais e apesar de despertarem o olhar dos policiais eles não sabiam bem como enquadrar esses movimentos. Esse foi exatamente o caso dos bailes *soul*, que foi o primeiro contato importante da polícia política do Rio de Janeiro com organizações, associações ou movimentos de caráter racial. Nem sequer havia ativismo negro em sua lista de proibições. Dessa forma, no seu primeiro contato com os bailes, a polícia política os entende como uma ameaça à ordem social, mas debate como caracterizar essa ameaça.

De uma forma ou de outra, em 1975, agentes do DGIE se infiltraram em um baile *soul* que aconteceu na quadra da Escola de Samba Portela, organizado por duas das maiores equipes de som da época: a *Black Power* e *Soul Grand Prix*. Em trecho do relatório resultante dessa visita ao baile, os agentes expressam preocupação com uma discriminação de negros contra brancos:

Esse ‘show’ teve a presença de cerca de seis mil pessoas de cor e os ingressos foram vendidos nas seguintes condições: pessoa branca, Cr. 15,00; pessoa de cor, Cr. 10,00. Durante o baile, ao som da moderna música americana, os bailarinos gritavam os nomes de vultos negros famosos, com[o] Luther King [sic] e Jimmy

<sup>114</sup> Além dos já citados, outros movimentos sociais também agitaram o cenário brasileiro no período. São eles: movimento estudantil, movimento operário, greve dos metalúrgicos, Comunidades Eclesiais de Base, movimentos pela Anistia, etc

<sup>115</sup> COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014, p. 42.

Hendrix. Observou-se, também, que os poucos brancos ali presentes foram hostilizados mediante a aplicação de ‘guerra fria’ e que os bailarinos fizeram uso de grande quantidade de maconha.<sup>116</sup>

A partir daí a polícia “ficou na cola” dos bailes e acompanhou o crescimento deles com medo de se tornarem um movimento de protesto racial de massa no Rio de Janeiro, como aconteceu nos Estados Unidos. E para evitar esse fim, os agentes levaram três integrantes da equipe de som *Black Power* para interrogatório. Paulina Alberto afirma que apesar dos interrogatórios terem se centrado nessas novas preocupações da polícia com um movimento racial de massa, a polícia também acreditava que havia um negro norte-americano que coordenava ou influenciava as atividades relacionadas ao movimento *soul* no Brasil, ou seja, os militares estavam focados em encontrar ligações com as esquerdas e buscar um elemento agitador estrangeiro, pois estavam convencidos de que não havia uma questão racial de fato originalmente brasileira, decorrente de suas próprias desigualdades raciais.<sup>117</sup>

No entanto, é a partir de 1976, com a matéria realizada pela jornalista Lena Frias publicada no *Jornal do Brasil*, citada no capítulo anterior que o cerco aperta em tornos dos bailes. Embora desde 1975 o DGIE estivesse colhendo informações sobre os bailes, o alarde promovido pela matéria de Frias, além de ser responsável por batizar o Movimento Black Rio como tal, gerou todo tipo de atenção policial indesejada e o monitoramento avançou para interferência direta no funcionamento dos bailes e repressão contra seus organizadores e frequentadores, causando uma grande quantidade de prisões e detenções.

Figura importante na história do Black Rio e na popularização do soul no Brasil, Dom Filó também em depoimento a CEV-RJ relembra um baile que aconteceu no Guadalupe Country Clube, que acabou recebendo 15 mil pessoas, chegando a fechar um trecho da Avenida Brasil, uma das mais importantes do Rio de Janeiro:

Você imagina as pessoas dançando em cima daquela passarela, a Av. Brasil fechada, arrebentaram a porta do clube, a piscina estava vazia e eles dançaram dentro da piscina. Conclusão: a tropa de choque da Aeronáutica veio para dispersar. Foi um negócio terrível. Aí chegaram acendendo a luz, nós acendemos a luz. Aí o capitão veio caminhando com aqueles Catarinas, na época eram aqueles catarinas, os caras não eram nem do Rio de Janeiro, todos amarelos, vermelhos, doidos pra bater. Aí quando ele veio na minha direção eu peguei o microfone, era um festival de equipes, estava na minha hora, uma hora da manhã mais ou menos, e eu falei: olha galera, vocês fiquem tranquilos porque a polícia...eu falei polícia, porque pra mim, quando eu vi, era polícia, mas não era polícia, era Aeronáutica, pior ainda, porque polícia a

<sup>116</sup> ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. **História: Questões & Debates**, v. 63, n. 2, 2015, p. 11.

<sup>117</sup> *Ibidem*.



gente tinha um medo, era na época da Invernada de Olaria<sup>118</sup>, um negócio mais barra pesada, a gente tinha medo da Invernada, que eram os sete homens de ouro, sumia mesmo, negócio barra pesada. Eu tinha mais medo da Invernada do que da Aeronáutica.<sup>119</sup>

Além dessas ocasiões relatadas por Dom Filó, os depoimentos prestados à CEV-RJ deixam claro que a presença da polícia ou das Forças Armadas eram uma constante nos bailes. Normalmente eles ficavam na porta do evento monitorando e aguardando algum pretexto para fazer uso de violência física contra o público que frequentava, como relembra Xavante:

Xavante – (...) Sempre nos finais do baile, ou no início, as pessoas às vezes, vizinho denunciava, qualquer coisa, e a viatura parava lá na porta. O que acontece é o seguinte, naquele tempo, do movimento Black, só quem frequentava esse movimento era negro e branco pobre. E o que ocorre é que dentro desse movimento, desses bailes, se pregava muito a liberdade, a liberdade de expressão e tal, e estavam começando a surgir aí... veio o movimento black, o Soul Music, o charme... que entrou aí, já vinha trazendo a reboque o funk, que já vinha ganhando uma popularidade. Então essa questão aí não era olhado... eles não olhavam a gente com bons olhos porque era um movimento que crescia, que pregava sempre a transformação, alertava, sinalizava ao povo que precisava de mudança. Os bailes, quando ia lá o Toni Tornado, Gerson King Combo, o negócio fervia, e sempre tinha lá, viaturas que chegavam e ficavam ali monitorando para ver se ia haver algum excesso, alguma coisa parecida. Isso aí eu me lembro. Uma vez a gente foi ao Caramujo, lá em Niterói. Saímos de lá a base de porrada, cara. (...) Muito doido. Era perigoso, a gente saía e não sabia se ia voltar, ou se ia entrar em cana, o que ia acontecer.

CEV-Rio – E numa dessas você foi preso?

Xavante – Fui preso muitas vezes.<sup>120</sup>

De acordo com os relatórios analisados por Paulina Alberto, o DGIE vai aos bailes num primeiro momento, para investigar algumas denúncias e conjecturas: o investimento de capital estrangeiro, envolvimento de pessoas estrangeiras, ligação com o comunismo e discriminação de negros contra brancos.

Essas violências relatadas por Xavante, na citação anterior, aconteciam apesar de, ao que parece, nenhuma das ameaças citadas serem encontradas. Talvez cansados dessa monitoração e violência contra os bailes não desencadearem os resultados esperados, o aparato repressivo se expande para alcançar o Movimento Black Rio: Dom Filó, um dos seus principais organizadores e líder de uma das maiores equipes de som, foi sequestrado por

<sup>118</sup> Um grupo que foi braço importante desse racismo institucional e aparece em alguns depoimentos dados a CEV-RJ é a Invernada de Olaria, criada em 1962 por Carlos Lacerda e subordinada ao Departamento Estadual de Segurança Pública da Guanabara. A Invernada era conhecida por matar e torturar possíveis criminosos e aterrorizar os moradores do subúrbio carioca e da Baixada Fluminense com excesso de violência através de espancamento, extorsões e assassinatos.

<sup>119</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro. **Comissão da Verdade do Rio de Janeiro**. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, p. 41.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 44.

agentes do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI):

Saindo do baile, quando eu ia entrar no carro, meteram o capuz na minha cabeça e eu só vi estrelas. Me levaram dentro do camburão, dei algumas voltas. Pelo cheiro, pela umidade, mais tarde eu vim saber que era aquele quartel da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita. Chegando lá me botaram em uma cadeira, tiraram o capuz, tinha muita luz, muita luz. Eles perguntavam onde estava o US\$ 1 milhão, se eu era comunista. Aí apagaram toda a luz e falaram: agora você vai ver. Aí eu falei: se eu sumir, imagina o que vai ter aí na porta. Se um baile tem quinze mil, multiplica isso aí por 400 bailes que acontecem. Aí eles pararam, fizeram uma reflexão, me deixaram lá por um bom tempo. Aí me botaram no carro e me largaram em Lins.<sup>121</sup>

É interessante notar que sob o Movimento Black Rio pairaram diferentes formas de ameaças impostas pela ditadura civil-militar à população negra: a vigilância, a polícia política, os sequestros praticados pelo DOI-CODI para interrogatório e também todo o racismo estrutural cometido pela polícia militar e polícia civil, com o endurecimento das abordagens, também chamadas de “duras”, no Rio de Janeiro, principalmente nas favelas.

Durante a ditadura civil-militar, a polícia civil e polícia militar passaram ao comando oficial do Exército e a população negra e periférica sentiu na pele, e por causa da cor de sua pele, as consequências da maior militarização nesse contato com os principais vetores do racismo institucional que são as polícias. O relatório da CEV-RJ traz depoimentos de moradores que relatam o aumento das blitz<sup>122</sup>, das prisões arbitrárias, dos grupos de extermínio e da tortura física e psicológica nas favelas, subúrbio, Baixada Fluminense e periferias, exatamente onde aconteciam os bailes ou onde seus frequentadores e organizadores moravam. Xavante E Xaolin<sup>123</sup> relembram:

Xavante – Aquelas rondas, aquelas blitz dentro do morro, eles entravam com suporte militar, entrava e desciam com a gente amarrado tipo arrastão de peixe, que você joga aquele espinhal. Todo mundo amarrado na mesma corda, descendo o morro.

Xaolin – Você chegou a ser amarrado?

Xavante – Cheguei a ser amarrado e levado.

Xaolin – Então isso aí tem a questão da discriminação do negro e do favelado. Se eles torturavam e matavam a classe média, o favelado estava no mesmo caminho, só que com outro viés. O viés da discriminação e da marginalidade, né? Para eles todo favelado era marginal.

Xavante – E quando dava dez horas da noite onde você estivesse, você tinha que correr da polícia, se você não corresse... depois de dez horas da noite os caras te

<sup>121</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>122</sup> Blitz também conhecidas como “duras” eram incursões realizadas pela polícia militar nas favelas. Nessas blitz, prendiam várias pessoas, em sua maioria homens negros, por uma corda só e desciam o morro com eles enfileirados. Em vários casos, esses homens eram fichados por vadiagem, mesmo se não estivessem cometendo crime algum, de acordo com os depoimentos dados à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

<sup>123</sup> Xaolin é Antônio Mello, líder comunitário e presidente da Câmara Comunitária da Rocinha. Foi entrevistado pela CEV-RJ junto com Xavante.

prendiam e dependendo, se fosse preso na sexta-feira à noite, só saia na segunda-feira.<sup>124</sup>

Como vimos, no Rio de Janeiro houve uma maior repressão aos bailes *soul* por parte da polícia política, além do controle dos corpos promovido pelo conservadorismo estético e racismo estrutural estimulado pela ditadura e o racismo institucional das polícias militar e civil.

As Associações Culturais, também analisadas nessa pesquisa, não ficaram fora do alcance da repressão com invasões às suas sedes e roubo de documentos, como no caso do IPCN, e vigilância das suas atividades e principais ativistas, no entanto com abordagem mais discreta. Sobre isso, Carlos Alberto Medeiros especula:

que as associações culturais negras e seus membros teriam sido “poupados” de violências mais drásticas exatamente para que não tivessem “provas institucionais” de violência racial que pudesse ser usada como evento catalisador de rebeliões negras mais amplas.<sup>125</sup>

Milton Barbosa militante paulista do movimento negro durante a década 1970, tem a mesma interpretação que Medeiros e diz que:

Na época da ditadura militar se estudava muito mais, se exigia muito mais: “Você tem que enfrentar uma barra pesada, tem que ficar aí escondido e evitar...” Uma coisa que a gente sentiu, por exemplo, é que a polícia não queria nos prender enquanto militantes do movimento negro. Eles queriam nos desmoralizar(...)

V.A. – O senhor estava explicando que na verdade isso era em pleno Regime Militar e os militares ou as forças de repressão, estavam de olho em vocês do movimento negro, mas não queriam pegar você como militantes do movimento negro, porque isso seria político...

M.B. – Com certeza ia mexer com... Ia aguçar mais a participação da população negra no negócio, com certeza. Então eles queriam alguma forma de entutar a gente...<sup>126</sup>

Milton Barbosa foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU), que, como vimos no capítulo anterior, surgiu como resposta ao racismo institucional e estrutural na cidade de São Paulo e também no resto do país. Através do relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo é possível perceber que o racismo institucional da polícia militar também se faz presente na vida dos militantes do movimento negro paulista na década de 1970.

<sup>124</sup> PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. op. cit., p. 19.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>126</sup> BARBOSA, Milton. **Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos (depoimento, 2004)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 15min).p.28. Disponível no site na base de dados do CPDOC: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral>. Acessado em: 10/07/2022.

### 2.3 Negro tem que ir pro pau!

Um dos casos emblemáticos de violência contra negros é a tortura e assassinato de Robson Silveira da Luz na 44ª Departamento de Polícia de Guaianazes em São Paulo. Longe de ser uma exceção, infelizmente pessoas negras eram presas de maneira arbitrária e torturadas para assumirem crimes que não cometeram e dar informações que muitas vezes não possuíam. Esse foi o caso de Robson, negro, pai de família e feirante, que foi preso acusado de roubar alimentos na feira na qual estava trabalhando. Robson foi detido e levado para prestar esclarecimentos na delegacia e de lá não saiu com vida.

A partir da segunda metade da década de 1970, o combate à violência policial, principalmente após o caso de Robson, passa a fazer parte de maneira mais aberta das reivindicações do movimento negro e passa a ser escancarada não só pela imprensa alternativa, mas também por veículos da grande imprensa, como no caso do *Jornal do Brasile* a frase de abertura desse capítulo. O caso de Robson gerou revolta na comunidade negra paulistana e trouxe a certeza que alguma atitude deveria ser tomada. O caso teve repercussão tão grande que foi registrado pelo DOPS/SP por conta de uma matéria do jornal *Folhetim* publicada no dia 14/05/1978 em meios as celebrações do dia 13 de maio de 1978.

O caso de Robson Luz aparece em um relatório<sup>127</sup> classificado como confidencial que chama atenção para a frase atribuída ao delegado Alberto Abdala no momento da prisão de Robson: “NEGRO TEM QUE IR PRO PAU”. Essa frase com teor abertamente racista não foi motivo de preocupação ou investigação da ditadura civil-militar que se dizia contra o ódio racial. O assassinato de Robson também não aparece nesse relatório como algo a ser investigado. O tema é o crescimento da discussão acerca do preconceito racial no Brasil e uma suposta apropriação do tema pelos grupos de esquerda.

Se nem a frase racista do delegado e nem o assassinato de Robson foram considerados atos de ódio racial, ou racismo, pela polícia Paulista, os bailes soul que chegaram na cidade certamente o foram. Nos mesmos moldes da documentação produzida pelos órgãos de inteligência no Rio de Janeiro, em São Paulo os bailes chamaram a mesma atenção e também foram acusados de promover “racismo contra brancos”. Até alguns dos personagens se

---

<sup>127</sup> DELEGACIA DE ORDEM POÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (DOPS/SP). DIVISÃO DE INFORMAÇÕES. Relatório confidencial. 15 de maio de 1978, OS 1056, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS/SP.

repetem, como Tony Tornado que tem sua ida a São Paulo monitorada e dessa vez é listado como possível líder do movimento Black.

Outro caso de interesse para nós é certamente o Movimento Negro Unificado e como a repressão interferiu nos processos de articulação para sua criação e seu lançamento durante um ato público em 1978 e a isso que nos dedicaremos nesse tópico. Para isso, estenderemos nosso recorte para a análise de documentos até a década de 1980, já que, por sua criação no fim da década de 1970 grande parte do seu acompanhamento foi realizado na década seguinte.

O MNU é resultado da articulação entre as associações culturais que surgem no início e se proliferam em meados da década de 1970 e é o assassinato brutal de Robson Silveira o estopim para que os militantes do movimento negro paulista entrassem em contato com lideranças negras de outros estados para criar um movimento unificado para atuar contra a discriminação racial do Estado, especialmente como resposta à violência policial. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) foi fundado no dia 30 de junho de 1978 e seu ato de lançamento aconteceu no dia 7 de julho, cerca de 3 meses após a morte de Robson Silveira da Luz.

Esse processo não passou despercebido pelos agentes da ditadura civil-militar, sobretudo porque o novo movimento afirmava abertamente que o Brasil era um país racista e que parte significativa desse racismo vinha do Estado. Nesse sentido, o Movimento Negro Unificado representava todas as preocupações que os órgãos de informações e de repressão tinham em relação à discussão do racismo no Brasil. Pois ele rompe abertamente o pacto de silêncio imposto pelo discurso da democracia racial defendido e propagado pelo Estado. Tanto rompe que sua escolha de inauguração é um ato público onde as pessoas carregavam faixas e cartazes contra o racismo e pedindo uma autêntica democracia racial.

Realizar um ato público como forma de lançamento do novo movimento foi no mínimo uma escolha ousada. Uma escolha que se mostrou bem-sucedida por se aproveitar dessa ausência de proibição mais direta do governo sobre o movimento negro na ditadura. Como aconteceu com o DGIE e os bailes *black*, a vigilância do governo entendia o movimento negro como uma ameaça, mas não sabia como tipificá-la. E em São Paulo, a relação entre movimento negro e autoridades policiais era complexa e se desenvolveu em uma brecha entre a legalidade e a ilegalidade. Tanto que algumas organizações preferiam realizar suas atividades com autorização prévia da polícia especialmente quando se tratava de passeatas. Esse foi o caso do MUCDR que, na tentativa de acalmar os temerosos com a possível reação da polícia, preferiu avisar que teria algum tipo de aglomeração no dia 7 de julho no Teatro Municipal de São Paulo, como relembra Milton Barbosa:

E inclusive nós tivemos que usar de esperteza. Havia setores um pouco mais conservadores, meio querendo pular fora, porque exigiram que a gente fosse entregar uma carta para o secretário de Segurança. E a gente percebeu nesse dia que a gente tinha que manter aquele setor, a gente percebeu que a gente tinha que entregar essa carta lá para o secretário de segurança, e elaboramos uma carta meio besta, dizendo que a gente ia fazer uma manifestação, para evitar que forças alienígenas... Um tema esquisito... Que desviasse o caminho da nossa juventude.(...) E fizeram uma comitiva lá, acho que o Eduardo de Oliveira, Antônio Leite e foram entregar para o secretário. E foi bom isso porque nesse contato eles, acho que em função daquela cartinha, liberaram a praça. Não montaram esquema de repressão.<sup>128</sup>

É importante dizer que essa liberação expressa nunca veio. Mas a proibição também não veio, e nesse caso a falta da proibição foi suficiente. Porém, mesmo com a falta da estrutura repressiva em toda sua magnitude, a polícia política estava presente e não deixou mais de acompanhar o MNU durante toda a ditadura civil-militar. Ele foi foco de uma série de informações, informes e relatórios sob acusação de racismo e de comunismo, principalmente pela ligação de seus fundadores com a Convergência Socialista<sup>129</sup> e por essa acusação também foi acompanhado pelo aparato repressivo de São Paulo. Esse é o tema da dissertação de mestrado de Karin Kossling<sup>130</sup>, que analisa a documentação referente à vigilância ao movimento negro produzida pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social/ DEOPS/SP.

Durante o fim da década de 1970 e início da década de 1980, o DEOPS/SP acompanhou de perto o MNU. Sobre o ato foram recolhidos panfletos distribuídos com a carta de princípios do novo movimento e quem o estava fazendo. Sua atuação foi acompanhada até mesmo fora do estado de São Paulo já que era uma organização que possuía representação em vários estados e a carta de princípios distribuída em outros estados, como no Rio de Janeiro e em Salvador, foi enviada ao DEOPS/SP.

O DEOPS/SP utilizou a estratégia de infiltração para colher informações sobre as ações e sobre as identidades dos militantes do MNU em São Paulo. Não sabemos se o DGIE usou também essa estratégia no Rio de Janeiro. É possível, pois os documentos aqui já citados sobre o funcionamento das associações culturais, suas divisões internas, formas de cumprimentar e modo de agir, se embutido de alguma verdade, precisaria de alguém interno para uma descrição tão apurada do que acontece nas reuniões que não eram públicas.

<sup>128</sup> BARBOSA, op. cit., pg. 31.

<sup>129</sup> Organização política socialista trotskista criada em 28 de janeiro de 1978 com a intenção de criar um partido socialista no Brasil. Nos anos de 1980 foi absorvida pelo Partido dos Trabalhadores quando este foi criado por parte dos militantes da Convergência. A organização é desfeita em 1994 quando seus últimos membros passam a integrar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

<sup>129</sup> Corrente da Convergência Socialista.

<sup>130</sup> KOSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. Dissertação (Mestrado em História)– Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

No entanto, faz sentido que essa prática tenha acontecido mais em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Muitos dos militantes paulistas fundadores do MNU eram membros da Convergência Socialista, como já citado, mais especificamente o Núcleo Negro Socialista<sup>131</sup>. Houve uma adoção das pautas socialistas por parte dos militantes do movimento negro que tiveram contato com essas pautas através desses membros fundadores, ampliando assim o caráter organizacional político dentro do movimento negro. Isso significou que, apesar da pauta mais importante ser o combate ao racismo, o movimento negro deste período percebe que essa luta está associada à questão da luta de classes e há um aprofundamento nos males que assolam a maioria na população negra. Com isso, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que será o resultado dessa nova fase da luta antirracista, se insere na luta pela reforma agrária, contra a ditadura civil-militar e a favor da anistia.

O MNU integra os movimentos sociais que vão caracterizar a luta pela democracia no período de abertura política iniciado em 1974 e que dura até meados da década de 1980. Isso porque nesse período a luta armada havia sido derrotada pelos militares e a oposição à ditadura tomou novas formas. Os movimentos sociais identitários vão assumir papel importante nessa nova fase da atuação das esquerdas como resistência ao governo autoritário e na luta pelas liberdades democráticas.

A “infiltração” nos movimentos sociais era realizada normalmente por sargentos, oficiais, civis e às vezes por informantes. Era outra técnica de conseguir informações e limitar as ações desses movimentos assim como os interrogatórios e torturas. Essa ação de se infiltrar para colher informações era documentada por relatórios e fotografias nas quais os que apareciam viravam alvo de investigação do regime militar.

Kossling<sup>132</sup> analisa algumas fotografias nas quais militantes do movimento conversam distraídos e não percebem a presença do infiltrado. Nelas, normalmente tem marcação com legendas criadas pelos agentes como o nome de cada pessoa. Essas fotos eram anexos de relatórios sobre debates, reuniões e eventos produzidos pelo Movimento Negro Unificado. Vejamos uma delas abaixo:

---

<sup>131</sup> Corrente da Convergência Socialista.

<sup>132</sup> KOSSLING, Karin Sant’ Anna. op. cit, p. 46.

Figura 8 - Reunião de militantes do MNUCDR com identificação dos militantes pela polícia, em 1979



Fonte: Acervo DEOPSSP. Reproduzido de: KOSSLING, op. cit. p 46.

Além do DEOPS/SP, como vimos na pesquisa de Kossling, assim como no Rio de Janeiro, os órgãos de inteligência das Forças Armadas e o Serviço Nacional de Informações também acompanharam o MNU em São Paulo e em outros lugares onde o movimento teve atuação. Particularmente interessante é uma espécie de dossiê preparado pelo CIE em 1982, no entanto, fichado em 1986, que reúne informações sobre o MNU para ser distribuído internamente para outros setores do Exército e para outros órgãos como podemos ver abaixo:



Figura 9 - Relatório Especial de Informações

C O N F I D E N C I A L 4

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
GABINETE DO MINISTRO  
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

= RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES Nº 04/82 = *[Assinatura]*

<u>D I S T R I B U I Ç Ã O</u>	<u>QUANT. DE EXEMPLARES</u>
- GABINETE DO MINISTRO .....	03
- GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA .....	02
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO .....	15
- DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL .....	07
- DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS .....	08
- DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO .....	06
- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES .....	06
- DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA .....	13
- SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO .....	03
- DIRETORIA GERAL DE ECONOMIA E FINANÇAS .....	03
- I EXÉRCITO .....	18
- II EXÉRCITO .....	11
- III EXÉRCITO .....	18
- IV EXÉRCITO .....	08
- CMP/11a RM .....	02
- CMA .....	08
- CIE .....	09
- CISA .....	01
- CIM .....	01
- AC/SNI .....	02
<b>T O T A L</b> .....	<b>144</b>

De acordo com o item II do Art 65 do Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (Decreto nº 79.099, de 06 Jan 77), ficam os destinatários deste Relatório autorizados a difundir às Agências que lhes foram subordinadas, os itens que julgarem convenientes.

C O N F I D E N C I A L

Fonte: Acervo Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações do Exército (CIE), 1982. p. 2

Chama atenção o número de cópias a serem distribuídas deste documento que é bem acima da maioria dos outros que analisamos ao longo desse capítulo e aos quais tivemos

acesso enquanto desenvolvíamos essa pesquisa. Esse documento em questão é o Relatório de Especial de Informações Nº 04/82 que traz um panorama da atuação do MNU, suas afiliações, aspirações e atuação até o ano de 1982. O relatório é dividido em tópicos. O primeiro tópico, “Antecedentes”, lista o que se considera os antecedentes da atuação do movimento negro no Brasil, como a Frente Negra Brasileira na década de 1930 e depois na década de 1950, Associação Cultural do Negro e Teatro Experimental Negro. Há destaque também para uma associação de intelectuais não negros como Sérgio Milliet e Florestan Fernandes. Abdias do Nascimento aparece mais uma vez, agora como maior expressão intelectual e militante desta fase do movimento. Depois disso o documento passa para o tópico “Origem” que se inicia com o seguinte parágrafo:

Até 1975, as esparsas manifestações racistas não mereceram maior atenção e, pela sua pequena consistência, ficaram despercebidas. Havia, contudo, desde muito tempo, propugnadores da existência de preconceito racial no BRASIL e mesmo aqueles que a incentivavam.<sup>133</sup>

Esse trecho exhibe a perspectiva dos militares, já abordada aqui neste capítulo: a interpretação que a denúncia da existência de racismo no Brasil constitui em racismo em si, já que entendem que o mesmo não existe e quem o aponta tem intenção de incentivar ódio racial. Essas manifestações racistas das quais o trecho fala, são as associações culturais listadas no capítulo anterior que se organizam no início da década de 1970, mas se fortalecem depois de 1975, ganhando força e constituindo o início do movimento negro contemporâneo.

O documento chega enfim à fundação do MNU, cita os casos de racismo que ocorreram em São Paulo em 1978: assassinato e tortura de Robson Silveira Luz e o caso dos quatro meninos negros impedidos de frequentar o Clube Tietê, definindo esses episódios como catalisadores para o lançamento do novo movimento. O ato de lançamento e as primeiras reuniões de estruturação também são citadas: assembleia que aconteceu no Rio de Janeiro em 1978 e a que aconteceu em Salvador em novembro do mesmo ano.

Sobre a reunião do Rio de Janeiro, o documento destaca um ponto de discussão sobre o “Voto Racial”. Diz-se que:

Durante a reunião foi questionada a posição do Movimento Unificado em relação às eleições parlamentares de novembro daquele ano, quando se aprovou o “Voto Racial”. Foi analisado não só o voto em candidatos de pele e traços negros, mas

---

<sup>133</sup> CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE). “Relatório de Especial de Informações nº 02/82”, 22 de junho de 1982. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações do Exército (CIE). AC ACE 59514/86, CNF, I/I.

também, em candidatos que tivessem um programa negro, isto é, que assumissem a síntese e a essência do programa mínimo do movimento recentemente criado.<sup>134</sup>

Chama atenção que apesar de nessa mesma reunião terem sido votados três documentos importantíssimos para a estruturação do Movimento Negro Unificado (Estatuto, Programa de Ação e Carta de Princípios) nenhuma menção é feita a esses documentos nesse relatório quando estão descrevendo os acontecimentos da reunião. Apenas o “Voto Racial” é citado como destaque. O voto racial e sua discussão nessa reunião é confirmado no livro “Lugar de Negro”, de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, lançado também em 1982, mesmo ano do relatório do CIE. No livro, Lélia conta um pouco da história do movimento negro no Brasil, utilizando-se muito de suas memórias. Lélia, que estava na reunião, explica:

Esse último - Voto Racial - significava o estabelecimento de uma plataforma das exigências da comunidade negra, primeiramente apresentada aos candidatos negros e, caso não a encampassem (como acabou ocorrendo), aos candidatos progressistas da oposição, em seguida, para que a divulgassem durante a campanha, e buscassem efetivá-la durante o mandato.<sup>135</sup>

Apesar de não ser exatamente a mesma coisa, na descrição dos militares entende-se que procurariam candidatos negros com propostas alinhadas aos do MNU e na de Lélia esses levariam suas propostas a candidatos negros e se esses não aderissem, levariam então essas propostas a candidatos brancos progressistas, ou seja, voto racial não era exclusivamente votar em candidatos negros, mas votar conscientemente em quem se dispusesse a incorporar as demandas da comunidade negra.

Como vimos no capítulo anterior, o ano de 1978 foi o ano de organização do MNU e depois dessa reunião no Rio de Janeiro, outra assembleia aconteceu, dessa vez em Salvador – BA, no mês de novembro. Essa assembleia rendeu um parágrafo no Relatório de Atividades nº 04/82 que estamos analisando, mas também aparece em outro documento: a Informação nº 0160/116/ASV/78 feito pela Agência de Salvador do Serviço Nacional de Informações. Nesse último documento, é dito que essa assembleia que aconteceu no Instituto Cultural Brasil-Alemanha, chegou a ser proibida pelas autoridades, como vemos no trecho abaixo:

O evento, proibido por ordens superiores, e em razão das providencias adotadas pelos órgãos de Segurança Sediados nesta Capital, foi esvaziado. Compareceram ao mesmo cerca de 70 pessoas, que formularam entre si denúncias de casos de discriminação racial e discutiram formas de ação do MNUCDR. Na ocasião,

<sup>134</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>135</sup> GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Idem, p. 53.

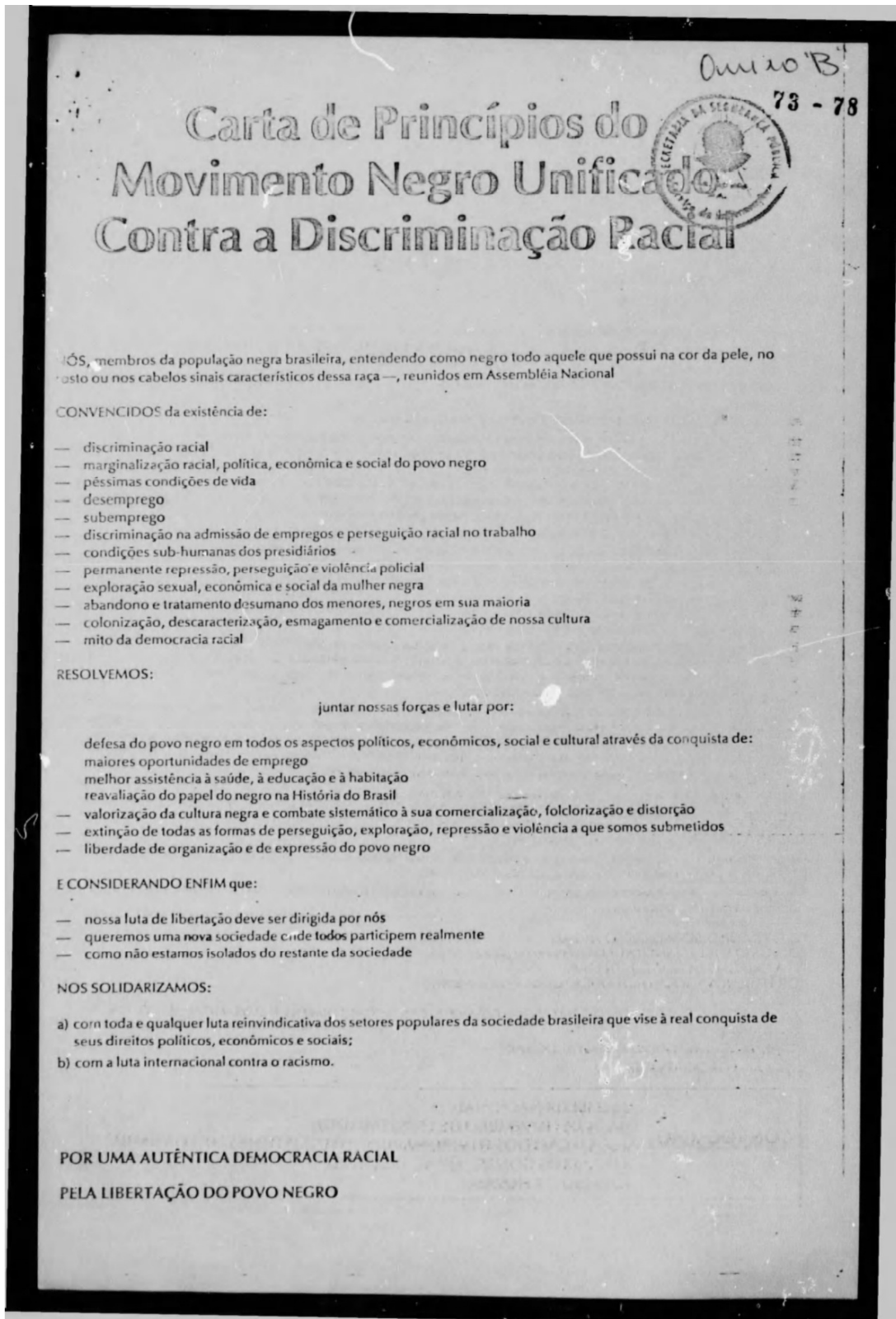
estabeleceram o dia 20 Nov 78 como "Dia Nacional da Consciência Negra", "Dia de Zumbi". As autoridades impediram a realização da propalada assembléia, determinando o fechamento dos locais que haviam sido programados para a realização do encontro. Contudo, para evitar possível atrito diplomático, decidiram não invadir o pátio do ICBA, visto que haviam esvaziado o Movimento e não desejarem provocar repercussões nos órgãos de comunicação social.<sup>136</sup>

Esse trecho confirma as suspeitas levantadas pelos militantes, como mencionamos anteriormente nesse capítulo. Havia de fato uma intenção dos órgãos de segurança de abafar qualquer manifestação do movimento negro. Apesar da vigilância e da posição contrária à existência do movimento e identificá-lo como subversivo, havia uma preocupação grande como isso seria abordado na imprensa, provavelmente tornando o assunto de conhecimento público e possivelmente internacional. Além do texto principal, essa informação tem quatro anexos que, segundo consta no documento, foram distribuídos naquela semana em Salvador. Um deles é a Carta de Princípios do MDU, votada na assembleia anterior no Rio de Janeiro:

---

<sup>136</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). "Informação nº 0160/116/ASV/78", 14 de novembro de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). AC ACE 073/78, CNF, I/I.p.2.

Figura 10 - Carta de Princípios do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial 1978



Fonte: Acervo Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI)

Além da Carta de Princípios, os outros anexos continham três panfletos de cunho abertamente político de crítica ao governo vigente. Nesses panfletos podemos notar também que as discussões realizadas na assembleia anterior e aqui citadas pelo voto racial já estavam sendo defendidas em Salvador, inclusive com indicações de candidatos que estavam alinhados com as propostas defendidas pelo MNU. O primeiro destes panfletos, intitulado “A Comunidade Negra e o 15 de novembro”, afirma que defende a democracia, se coloca contra o golpe de Estado de 1964 e convoca a população negra a ser agente ativo dessa reconquista da democracia:

Neste momento, amplos setores da população se organizam no sentido de reconquistar as LIBERDADES DEMOCRÁTICAS perdidas após o movimento militar de 1964. Nós, negros, não podemos nos ausentar; devemos ser agentes, ativos deste processo. Saberemos, da nossa grande, responsabilidade no presente estado político nacional? As questões específicas dos negros têm sido sistematicamente esquecidas pelos que reivindicam, uma abertura política; e é necessário que nossa voz seja ouvida.<sup>137</sup>

O segundo panfleto, denominado “ELEIÇÕES”, é focado no voto racial:

Sabemos que o ideal para nós, é que tenhamos verdadeiros representantes nossos nos meios de decisão do país, representantes esses surgidos do seio da nossa luta, o que torna claro, que não estamos falando de negros que ao penetrar nestes meios, passem a falar a mesma linguagem dos RACISTAS, COLONIZADORES, OPRESSORES e EXPLORADORES, pois, este será apenas mais um negro "pintado" de branco e esquecerá não só da situação do povo em geral (brancos e negros), que vivem em péssimas condições de vidas e que os elegeram recebendo em troca as "migalhas" do poder, como as questões específicas da sua própria raça que mais do que qualquer outra vive na MISÉRIA, pois compõe a maioria ria população brasileira. Porém hoje, em virtude de estarmos em fase embrionária de organização e não podermos lançar candidatos nas condições acima proposta, fomos buscar dentre os já existentes o nome de MARCELO CORDEIRO, que juntamente com mais alguns vêm inserindo em suas propostas para uma sociedade realmente justa a igualitária, além das questões gerais das classes oprimidas do país compostas indiscutivelmente em sua maioria de negros, os problemas específicos da nossa raça, os quais representam a grande carga adicional, que se constitui na maior barreira somada às lutas que já nos é imposta, como numeroso contingente entre os oprimidos.<sup>138</sup>

Marcelo Cordeiro era um professor candidato a vereador em Salvador pelo MDB. Sua indicação como candidato que melhor representaria os interesses do MNU mostra que o que Lélia Gonzalez disse que havia sido definido no Rio de Janeiro estava sendo aplicado de fato, pois Cordeiro era branco e ainda assim foi escolhido.

---

<sup>137</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 9.

O quarto e último anexo é o panfleto “Ao negro brasileiro”, que se aprofunda na questão de violência policial, questiona se houve uma verdadeira abolição da escravatura e retoma a defesa do voto racial, mais uma vez se posicionando abertamente contra a ditadura:

Apoiamos o Movimento Democrático Brasileiro(MDB), NESSE MOMENTO, como forma de demonstrar nosso protesto à situação política, econômica e social em que se encontra o povo brasileiro, apesar de termos bem claro suas limitações, e consequentemente até onde vão nossas concordâncias. Baseado nisso o MNU resolveu adotar o voto racial que significa não simplesmente o voto na cor da pele, mas o voto nos candidatos que se comprometam a assumir nosso programa.<sup>139</sup>

Entendendo que na situação em que estavam, o MDB era a melhor opção para que pudessem exercer seu direito ao voto, o voto racial foi aplicado para os candidatos desse partido já que a outra opção era a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido composto pelos integrantes e apoiadores do governo militar.

Esse documento de 1978, ano de lançamento do MNU, é importante, pois mostra que desde o início os órgãos de inteligência do governo acompanharam e identificaram o MNU como uma ameaça. No entanto, uma ameaça em potencial. Potencial para ser ainda maior do que já era. Podemos especular então se foi por essa crença no potencial de crescimento do MNU que os militares preferiram usar da vigilância como forma principal de atuar ao invés de prender os militantes do movimento negro por sua pretensa subversão.

Voltando para o Relatório de Atividades nº 02/82, a Assembleia Nacional, que aconteceu em Salvador em novembro daquele ano, foi o último fato registrado no relatório sobre o ano de 1978. Ao falar dos anos seguintes, este segue descrevendo atividades e listando organizações e instituições que se associaram ao MNU ou que demonstraram apoio a ele.<sup>140</sup> Sobre essa atuação do movimento negro até então, o relatório conclui:

Elementos ligados à contestação e a subversão, entre eles "ala progressista" do clero e a imprensa, encontraram, nesse movimento, mais uma forma de enquadramento de massa; para a conscientização e difusão da luta de classes. A própria base em que se desenvolvia, alicerçada no ódio como fonte de motivação coincidia, plenamente, com a estratégia desenvolvida pelos progressistas e pelos contestadores do sistema vigente. Esse ódio foi criado e alimentado, sistemática e paulatinamente, aproveitando-se de fatos isolados, explorados e ligados entre si, intencionalmente. Assim, "intelectuais" subversivos e a imprensa comandada,

---

<sup>139</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>140</sup> Destaque para a atuação da Igreja Católica, através do clero progressista, no apoio ao Movimento Negro Unificado especialmente em São Paulo.

procuraram caracterizar, no BRASIL, a existência de problemas raciais. Gerou-se, assim, mais uma área de antagonismos sociais.<sup>141</sup>

Esse último trecho resume bem as análises realizadas pelos militares sobre o movimento negro reunindo vários dos aspectos que abordamos ao longo do capítulo. Aqui vemos a perspectiva de que os militantes negros e a causa racial estariam sendo usados por elementos que queriam difundir a luta de classes e os demais ideais “subversivos” de acordo com eles. Outro aspecto recorrente é o Brasil racista ter sido criado por essas pessoas, sejam elas os militantes ou quem eles chamavam de intelectuais e que essa afirmação buscava causar mais antagonismo sociais.

Dessa forma, podemos afirmar que a principal atuação da ditadura sob o movimento negro e as amplas formas de mobilização racial negra foi a de vigilância e contenção. Os militares pretendiam evitar, negar e esconder qualquer denúncia de racismo temendo que o assunto, que apesar de latente, sempre foi tabu, desencadeasse algo temido pelas classes dominantes: a conscientização racial dos negros brasileiros e um possível enfrentamento do mito da democracia racial, o que colocaria em xeque antigos privilégios de uma elite racista e conservadora.

Por fim, é importante lembrar a natureza desses arquivos da repressão, pois quando fazemos uso deles como fonte primária, como no caso deste capítulo, precisamos levar em consideração que eles foram criados com a intenção de incriminar o oponente político. Sendo assim, mesmo que eles sejam autênticos, não conseguimos atestar a veracidade das informações contidas neles.<sup>142</sup>

No entanto, isso não significa que os arquivos da repressão devem ser descartados ou inviabilizados como fontes históricas.

No entanto, esse trabalho – como a análise de qualquer outra fonte histórica – exige cuidados, critérios e rigor metodológico por parte de historiadores e historiadoras. Em primeiro lugar, deve-se abandonar a falsa ideia de que bastava a abertura dos arquivos da repressão para fazer emergir a “verdade” sobre o período da ditadura brasileira<sup>143</sup>

Se esses documentos não devem ser encarados como detentores da “verdade” sobre o período da ditadura, também não podemos partir para o completo oposto e presumir que por

---

<sup>141</sup> CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE). “Relatório de Especial de Informações nº 02/82”, 22 de junho de 1982. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações do Exército (CIE). AC ACE 59514/86, CNF, I/I.p. 11.

<sup>142</sup> SILVA. Izabel Pimentel da. op. cit.

<sup>143</sup> SILVA. Izabel Pimentel da. op. cit. p. 12.



terem sido criados com motivação incriminatória tudo que eles contêm é mentira. A documentação da repressão é melhor analisada quando encarada não só como reflexo dos princípios conservadores que nortearam a ditadura civil-militar, mas também a sociedade na qual ela estava inserida. Mas que trazer a verdade ou mentira sobre um período histórico, esses arquivos da repressão carregam a memória de um momento de terror que acabou, mas que deixou resquícios que permanecem até hoje<sup>144</sup>.

Neste capítulo, discutimos as formas de repressão que o governo ditatorial aplicou ao movimento negro em suas diferentes frentes de atuação. Apesar da vigilância ser a mais recorrente, não foi a única e essa repressão alcançou diversas formas da resistência negra mesmo as que não se sentiam e não se pretendiam políticas. Toda essa repressão teve como ideologia a defesa do mito da democracia racial, ideologia chave para entender as alegações de “racismo negro” e da expressão “antagonismos raciais”, tão difundida entre os órgãos do aparato repressivo da ditadura civil-militar.

Isso nos lança uma questão importante que se relaciona com as implicações do atrelamento de um termo extraído da política, um termo com tanto peso, tanto significado para definir um modelo ideal das relações raciais brasileiras. Dizemos democracia racial e não sociedade igualitária, multirracial ou algo do tipo. Pode-se pensar que a democracia é essencial no processo de erradicação das desigualdades oriundas da raça, ou melhor, do racismo. Analisando a documentação produzida pela repressão, fica clara a importância de negar o papel do Estado na consolidação desse ideal racialmente não apenas igualitário, mas democrático. A questão é: É possível democracia racial onde não há democracia?

Ditaduras não são terrenos férteis para a diversidade de ser e de parecer o que é. Ser negro, no sentido de construção da sua identidade política, e parecer negro, ostentar com orgulhos os símbolos dessa negritude foram vistos como afronta a uma lógica racista e padronizadora dos corpos que não se encaixavam em um padrão criado pelas elites que queriam se manter no poder e um Brasil que se parecesse com elas.

Na direção contrária do que é considerado democracia, os “anos de chumbo” foram essenciais para a manutenção das desigualdades raciais entre brancos e negros no Brasil. Por um lado, negando o problema, apagando, diminuindo e reprimindo sua existência, por outro intensificando a violência contra corpos negros nas favelas e periferias brasileiras, seja oficialmente ou com grupos de extermínios, matando, torturando e aprisionando pessoas negras como faziam no período da escravização, como quem lembra o seu lugar social.

---

<sup>144</sup> SILVA. Izabel Pimentel da. op. cit.

Os movimentos aqui estudados superaram os desafios impostos pela ditadura civil-militar e se constituíram como iniciativas importantes do movimento negro brasileiro. No entanto, tiveram outros obstáculos, tensões e divergências que foram importantes para seu desenvolvimento enquanto resistência ao racismo no Brasil.

Para entender como esses movimentos se relacionavam entre si e com os outros que existiam no Brasil e no mundo, o terceiro capítulo se dedicará a analisar mais a fundo os desafios internos enfrentados por eles e as relações que eles estabeleceram em seu processo de autoafirmação e crescimento. Nosso objetivo é analisar as discussões envolvendo a dicotomia cultura *versus* política, as dificuldades em unificar um movimento nacional, as relações com os grupos políticos que disputavam espaço no país, entre outros fatores. E para alcançar esses objetivos de conhecer mais profundamente esses movimentos, o próximo capítulo focará na análise das memórias e das narrativas dos militantes que ajudaram a construí-los.

### 3 TENSÕES, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS: A ORGANIZAÇÃO NEGRA NA DÉCADA DE 1970

“Ô Stephanie, você lembra um pouco a minha vó, pelo que eu tô vendo aqui na imagem. Você é truncudinha, baixinha, esse rosto aí... Eu to vendo o rosto da minha vó, entendeu?”<sup>145</sup>

A oralidade sempre ocupou espaço central dentro da cultura afro-brasileira. Desde os tempos de colonização do Brasil, a tradição oral esteve presente como forma de transmissão de ensinamentos e fortalecimento de suas raízes na relação dos mais velhos com os mais jovens. A memória, narrada pelos mais velhos, era a forma de registro do passado que era possível e a narrativa oral era o caminho para torná-la coletiva. Nas religiões de matriz africana, a oralidade foi a única opção para a sobrevivência das tradições e costumes dos povos que chegaram ao Brasil por meio da Diáspora.

No processo de formação das religiões de matriz africana no Brasil, percebemos que a oralidade é algo inerente às práticas culturais dos povos da diáspora africana. Oralidade que se manifesta não apenas pela fala, mas pelos gestos, sons e expressões do corpo.<sup>146</sup>

Mesmo que esse trabalho aborde outra temática e temporalidade, acreditamos que a oralidade continua ocupando um lugar importante para a pesquisa da história e cultura afro-brasileiras e é a potência dessa oralidade ancestral, em sua expressão completa, com fala, gestos e expressões corporais, agora aplicada à História Oral, que é a metodologia dos historiadores que pretendem se dedicar às organizações negras dos tempos recentes. Isso porque, apesar do afastamento temporal estabelecido entre a diáspora e o tempo presente, as estruturas raciais fincadas no processo de escravização dos negros no Brasil garantiram a manutenção da subalternização das narrativas de pessoas negras.

---

<sup>145</sup> Rafael Pinto é bancário e ativo no movimento negro desde a década de 1970 participou e fundou vários grupos importantes para articulação do movimento negro tema dessa dissertação como O Centro de Arte e Cultura Negra (CECAN), Grupo Decisão e Movimento Negro Unificado. PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

<sup>146</sup> PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo. Tradição oral e memória dos povos de religiões afro-brasileiras: possibilidades de pesquisa em história. **Cadernos do Tempo Presente**, [S. l.], v. 8, n. 04, p. 79–92, 2018. DOI: 10.33662/ctp.v8i04.9892. p. 2 Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/9892>. Acesso em: 15 set. 2023.

O surgimento da História Oral se dá no século XX, no bojo das transformações que agitaram o campo historiográfico com as críticas lideradas pela Escola dos Annales. Se opondo ao positivismo, corrente dominante no século XIX, essa escola propôs uma nova forma de escrever história. Essas críticas estavam focadas nas principais balizas até então definidas pelos positivistas como norteadores da pesquisa historiográfica. Esses acreditavam que os historiadores deveriam buscar a objetividade em seu trabalho e, de acordo com eles, essa objetividade só era possível com uma separação rígida entre passado e presente e apenas o primeiro sendo objeto de estudo do historiador, pois apenas a visão retrospectiva garantia a cientificidade da pesquisa histórica. Sobre isso, Marieta Ferreira destaca que:

(...) só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Se se acreditava que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Os historiadores de profissão deveriam, portanto, rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, uma vez que nesse campo seria impossível garantir a objetividade de sua reflexão.<sup>147</sup>

Ora, se o trabalho do historiador só começava quando não havia testemunhos vivos dos mundos estudados, então a História Oral por definição é incompatível com o modelo de historiografia tradicional que operava no século XIX e início do século XX. Percebemos então que a História Oral, por motivos óbvios, está entrelaçada irremediavelmente com a história do tempo presente e seu estabelecimento dependeu do fim da interdição a este campo historiográfico. Essa interdição foi questionada ao longo do século XX e é, finalmente, revogada em seu terço final passando a ser consolidada como campo historiográfico importante da chamada Nova História Política<sup>148</sup>. E nesse processo de consolidação da história do tempo presente, a História Oral ganha espaço como metodologia capaz de transformar testemunhos em fontes históricas tão importantes e válidas como a documentação tradicional.

Ainda de acordo com Marieta Ferreira<sup>149</sup>, a História Oral serve inclusive para solidificar o campo historiográfico da história do tempo presente. Segundo a autora, a História

---

<sup>147</sup> FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018080. p.82 Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>. Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>148</sup> Para mais detalhes sobre a trajetória de consolidação ao da História do Tempo Presente ao longo do século XX: FICO, Carlos. "História que temos vivido". In: VARELLA, Flávia et al (orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

<sup>149</sup> FERREIRA, op. cit. p. 88.

Oral chega ao Brasil no período de abertura política pós-ditadura militar e se consolida nos anos 1990, momento de retorno da democracia e de grande interesse pelos testemunhos dos grupos oprimidos por essa ditadura além dos historicamente excluídos como negros e indígenas e mulheres. Por conta desse contexto político, os projetos relativos ao "dever da memória" ganham força e ajudam a fortalecer a história do tempo presente.

A História Oral como metodologia se estabelece então como recurso para que essas memórias e narrativas consideradas subalternizadas ou “não oficiais” se tornem objetos de pesquisa histórica, podendo assim democratizar o direito à memória de diversos grupos. No caso do Movimento Negro, esse direito à memória é corrompido pelo apagamento contínuo da luta social mobilizada pela causa negra. A História Oral é uma possibilidade para que essas vozes sejam ouvidas e que a história seja finalmente devolvida às pessoas que a construíram, segundo seu próprio ponto de vista.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo final abordar elementos de organização, tensão e balizas do movimento negro contemporâneo do Rio de Janeiro e de São Paulo através de entrevistas de história oral realizadas ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, entendendo sua importância para a historicização da contribuição do Movimento Negro contemporâneo para a História do Brasil. Não obstante, busca refletir também sobre a importância de democratizar o acesso ao direito à memória e a importância dos testemunhos, principalmente nos casos de governos autoritários, como instrumento de ampliação de narrativas históricas apresentando novas versões do passado e se opondo à noção de história única.

Concomitantemente a esta reforma que marcou a historiografia no século XX, ou até mesmo como parte dela tendo em vista que a interdisciplinaridade é uma das características dessa Nova História, as histórias de vida voltam a ser interesse da história, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, com a queda da busca da objetividade por parte dos historiadores. Com a consolidação da história do tempo presente, além da revogação da obrigação do recuo temporal para o trabalho do historiador, a importação de métodos e teorias das outras ciências humanas passam a compor a historiografia e assim subjetividade, antes desprezada por ser considerada não científica, passa a ser importante para os estudos do passado, com o método da história oral.<sup>150</sup>

---

<sup>150</sup> FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018080. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>. Acesso em: 19 set. 2023.

Todo esse movimento de retorno das trajetórias de vida aos bons olhos da academia de história é muito bem esquadrihado por Beatriz Sarlo, no seu livro "Tempo Passado", referência para os estudos do tema. Sarlo denomina esse movimento como *guinada subjetiva*. Guinada subjetiva ou giro subjetivo nada mais é que o sujeito na centralidade dos estudos históricos e culturais em oposição às anteriormente valorizadas estruturas. Nas palavras de Sarlo:

Há décadas o olhar de muitos historiadores e cientistas sociais inspirados pelo etnográfico deslocou-se para a bruxaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o campesinato, as estratégias do cotidiano, buscando o detalhe excepcional, o vestígio daquilo que se opõe a normalização e as subjetividades que se distinguem por uma anomalia (o louco, o criminoso, a iludida, a possessa, a bruxa), porque apresentam uma refutação do poder material ou simbólico. Mas também se acertou o interesse pelos sujeitos "normais", quando se reconheceu que eles não só seguiam os históricos sociais traçados, como protagonizaram negociações, transgressões e variantes.<sup>151</sup>

Ora, se o interesse agora está na subjetividade, na transgressão e na subjetividade de um comportamento ou pensamento comum imposto pela coletividade, o que além dos testemunhos vai possibilitar aos historiadores a ampliação das versões de um mesmo acontecimento histórico? O testemunho é então a expressão dessa subjetividade e a história oral é o método para historicizá-lo.

E esse testemunho deve ser recebido pelo historiador em toda sua complexidade e profundidade. Ao entrevistar um sujeito sobre um determinado acontecimento histórico ou sobre a atuação de um determinado grupo do qual ele fazia parte, o entrevistador acessa parte da trajetória da vida daquela pessoa, se estiver escrevendo uma biografia. Nós, historiadoras e historiadores e demais estudiosas e estudiosos do passado, adeptos da metodologia da história oral, não podemos esperar que esses relatos venham até nós despidos de sentimentos e emoções diversas e muito menos é nossa função eliminar o sentimento atrelado a esses testemunhos:

O desafio desse historiador não é excluir da entrevista essa carga emocional, mas transformá-la numa chave de entendimento histórico - do personagem do personagem que narra a sua vida e do momento histórico no qual essa vida se encaixa.<sup>152</sup>

---

<sup>151</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 17.

<sup>152</sup> ARAUJO, Maria Paula. "Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral." In: MAIA, Andréa Casa Nova; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Outras Histórias. Ensaios em História Oral**. Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012, p. 182.

Especialmente nos casos das memórias de eventos traumáticos, esses sentimentos não podem ser ignorados pois são aspectos importantes da subjetividade. E essa subjetividade atrelada ao contexto no qual se encaixa é chave de entendimento histórico que o historiador precisa para construir sua narrativa acerca do passado. Assim sendo, me parece importante essa chave de entendimento histórico e a consideração dos sentimentos como integrantes das subjetividades em todo o objeto de aplicação da história oral. Especialmente no caso dos militantes negros atuantes durante a ditadura militar, levar essa subjetividade e sentimentos em conta na hora de realizar as entrevistas é importante em dois sentidos: primeiro porque o racismo fere a integridade física e mental do negro durante toda sua vida e segundo porque enquanto resistência ao sistema de governo autoritário, violador de direitos essenciais, as memórias do período podem estar envoltas em diversos tipos de violências.

O uso de entrevistas de história oral não é exclusividade deste capítulo, como pode ser percebido ao longo da dissertação, no entanto, nesse capítulo, por se tratar de questões internas à organização do movimento negro, elas se colocam como fio condutor e fontes principais para analisar e discutir os temas em questão.

As pessoas que entrevistei para essa dissertação têm trajetórias de vida diferentes, mas se encontraram na luta por igualdade racial no país, especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e superaram essas e outras diferenças e deram início ao movimento negro contemporâneo, não só nessas duas cidades, mas em outras, através de trocas com outros ativistas e mútua colaboração através de um projeto de unificação que eles desenvolveram ao longo da década de 1970.

Acompanharemos ao longo desse capítulo que muitas vezes suas experiências pessoais se confundem com as de militância. As lembranças das festas nos quintais da família, as manobras para escapar da polícia, os anos passados na clandestinidade, os desafios enfrentados para estabelecer equilíbrio entre vida pessoal e atuação política, tudo isso é crucial para formar um quadro dessa militância que foi base para todas as conquistas do movimento negro nas últimas décadas. Militância essa que se desenvolveu não só pela questão racial negra, mas na interseção de identidades que cada um deles carrega consigo. Sem eles, não apenas essa dissertação não seria possível, mas a história recente do movimento negro brasileiro também não.

### 3.1 Ponte aérea: O Movimento Negro Unificado do Rio de Janeiro

Início esse tópico dizendo que antes e durante boa parte do desenvolvimento dessa pesquisa a participação do Rio de Janeiro nesse momento inicial de fundação e estruturação do Movimento Negro Unificado sempre me causou diversas dúvidas. Qual foi o papel dos cariocas? O que acontece na assembleia do Rio de Janeiro em setembro de 1978 para que parte dos militantes, hoje mais conhecidos por sua atuação, saiam do MNU logo em seus primeiros meses de fundação? Como funcionava na prática essa unificação que o movimento trazia no nome? Essas são algumas das questões que estamos tentando responder aqui.

Na década de 1970, o movimento negro brasileiro começou a se reorganizar após o golpe de 1964, como vimos nos capítulos anteriores. No Rio de Janeiro não foi diferente com a criação de muitas associações destinadas à questão racial no Brasil: Sinba, IPCN, CEBA, entre outras que atuavam de diferentes formas, mas principalmente com foco no viés cultural e como grupo de estudos. Isso, como já vimos, também aconteceu em São Paulo, por exemplo com o CECAN. E muitos pesquisadores não se atentam ao teor político e unificador que essas associações apresentavam. Paulina Alberto afirma:

na década de 1970 e no início da década de 1980, as oportunidades de intercâmbio e convergência entre intelectuais negros em diferentes partes do país aumentaram. Buscando construir um frente de oposição ao regime, os intelectuais negros no Rio, em Salvador e em São Paulo começaram a estabelecer relações pessoais e institucionais com seus colegas dessas (e de outras) cidades.<sup>153</sup>

Essas relações que Alberto aponta aparecem com clareza nas entrevistas que realizamos. Tem um caso que representa bem essa rede de relações pessoais e institucionais que se estabelecem no período estudado. Ele vem da entrevista realizada com Amauri Pereira.<sup>154</sup> Amauri foi uma das primeiras entrevistas que realizamos para essa pesquisa. Sua entrevista foi uma das mais aguardadas para fechar algumas lacunas sobre a participação carioca nas relações com o movimento negro paulista e a fundação do Movimento Negro

<sup>153</sup> ALBERTO, P. L. **Termos de Inclusão: Intelectuais brasileiros no século XX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2017, p. 338.

<sup>154</sup> Amauri Pereira é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, especialista em História da África pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Candido Mendes (UCAM), e graduado em Educação Física e Desportos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Militante importante do movimento negro na década de 1970 no Rio de Janeiro, foi fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Atualmente é professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ.



Unificado nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, como vimos nos capítulos anteriores.

Amauri começa sua atuação no movimento negro, no Rio de Janeiro, onde nasceu e foi criado. Ele cresceu na Zona Norte da cidade do Rio e ao entrar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde cursou educação física, começou a se conscientizar sobre a situação do negro e questionar o mito da democracia racial:

Eu sempre digo assim: sou um militante do movimento negro. Porque é realmente a minha definição enquanto ser social desde jovem, desde a universidade, mas naquele tempo não chamávamos assim. Fiz amigos na universidade e foi muito chocante saber aquilo que a geração de vocês tem desembaraço em dizer: que aquilo é um espaço que nos foi negado, que nos toleram nesses espaços. Hoje eu percebo que sempre foi evidente, mas não era compreendido dessa forma.<sup>155</sup>

E aí após essa conscientização ele se identificou com aqueles que também tinham a cor da sua pele e começa com eles a se reunir para conversar sobre a questão do racismo e de organização para enfrentá-lo:

Uma parte do curso era na praia vermelha (Campus da UFRJ localizado no bairro da Urca na Zona Sul do Rio de Janeiro) e outra era no Fundão, na Cidade Universitária (Ilha do Fundão) então lá ficava evidente a pouquíssima quantidade de pessoas negras, mulheres negras então mais difícil ainda... Então naquele momento fomos conversando sobre isso e disseram: tem um pessoal se reunindo no Centro de Estudos Afro-Asiáticos em Ipanema. E assim comecei a participar convidado pelo Yedo Ferreira e pelo [inaudível] e assim começou a organização da Sinba, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.<sup>156</sup>

E assim ele começa sua atuação no movimento negro carioca com a Sinba, que foi uma das principais organizações da década de 1970 no Rio de Janeiro. Nesse tempo, ele começa a estabelecer relações com o movimento negro paulista, mas, coincidentemente ou não, Amauri conhece a militância negra paulista exatamente quando estava afastado da sua atuação no movimento negro para tratar de um problema de saúde em sua família:

Eu já conhecia a militância negra de São Paulo (antes do ato de fundação do MNU). Porque eu falei pra você do problema cardíaco da minha filha, a minha filha fez a cirurgia com o famoso doutor Zerbini, o terceiro cirurgião do mundo que fez transplante de coração e só lá que fazia uma cirurgia que tinha chance de êxito, tamanha gravidade no problema cardíaco da minha filha. Então, eu virei um mundo de cabeça pra baixo, essa história não dá pra contar aqui. Foi uma loucura. Até conseguir chegar lá. E fazer a cirurgia gratuita na Beneficência portuguesa - E deu tudo certo, mas imagina?! Eu fui pra lá, minha filha internou no hospital e o que que eu ia fazer? Eu ficava andando igual um doido, querendo chorar, meio desesperado

<sup>155</sup> PEREIRA. Amauri Mendes. Amauri Pereira. Depoimento [abril, 2023]. Entrevistadora Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

<sup>156</sup> Ibidem.

até que conheci o Wilson Prudente e Celso Prudente no meio da rua e perguntei: vocês sabem onde é o Coimbra? É, Coimbra não? É Coimbra. Um clube negro de São Paulo que eu ouvia falar na literatura antiga, isso era 1976 e aí eles disseram: estamos indo pra lá! Foi onde ficamos amigos para sempre? Fui lá no Coimbra (...) Então, ali eu conheci o Ivair dos Santos, o Miltão,? Esse pessoal todo já era a militância do movimento negro, era a casa CECAN, Centro de Cultura e Arte Negra. E aí era uma espécie de refúgio, quando eu estava mais entristecido e tal e andando de lá pra cá, andava a Paulista toda, descia a Brigadeiro e ia lá na Bela Vista e conversava com eles um pouco, era um jeito de espairar. Tava muito triste, muito preocupado e ficamos amigos.<sup>157</sup>

Amauri relata que conheceu a militância de São Paulo em um momento muito difícil da sua vida pessoal e acabou sendo acolhido nos dois meses que passou em São Paulo para o tratamento da doença cardíaca de sua filha. É interessante como neste momento de desalento ele procurou como referência um clube negro e, por consequência, a militância negra paulista para ajudá-lo a lidar com suas questões pessoais. E desse contato, inicialmente pessoal, surge uma parceria também institucional. Ele nos conta:

Quando lançamos o jornal SINBA aqui no Rio de Janeiro, eu acho que contei essa história também lá no CPDOC, eu acho que sim. O Ivair [Ivair Santos – Militante paulista] estava aqui no Rio de Janeiro, exclusivamente pra pegar os jornais SINBA. Quer dizer, nós tivemos que fazer toda uma estratégia, uma coisa pra... porque todo mundo tinha medo dos órgãos de informação, de segurança, né? Então tiramos o Jornal SINBA da gráfica que era na rua de Lavradio, na rua Lavradio não, outra rua ali no centro... Leandro Martins! Na rua Leandro Martins e aí da Leandro Martins pra chegar no Morro dos Macacos, chegar lá na última rua, né? Onde o Jorge de Miranda Teodoro morava, era a casa dele que iria guardar os jornais e era na beira do Morro dos Macacos em Vila Isabel. Pra chegar lá nós fomos até Copacabana, o Ivair disse só foi até Botafogo, na minha memória era Copacabana, vai pegar um táxi pra lá um ônibus pra cá, até chegar em Vila Isabel pra fugir, né? De qualquer perseguição policial. Enfim, o Ivair estava lá, passamos a noite carimbando os jornais com o preço, né? Era um carimbo que a gente usava. Então é isso, eu já tinha uma certa eu conhecia, né quase dois meses vivendo em São Paulo andando pela rua...<sup>158</sup>

Essa articulação entre Rio e São Paulo aparece também no depoimento de Rafael Pinto, militante fundador do MNU e figura de importância inestimável para o movimento negro não só paulista, como nacional. Rafael nos conta sobre um encontro interestadual que aconteceu no Rio de Janeiro, em meados da década de 1970, antes do mesmo da fundação do MNU:

O ponto crucial é que nós fazemos aí no Rio de Janeiro o encontro interestadual entre as entidades negras do Rio e São Paulo. Se não me engano, se eu não errar a cidade, acho que foi São João do Meriti, mas foi na Baixada Fluminense. Posteriormente eu fiquei sabendo que esse encontro nós fizemos num sítio que

---

<sup>157</sup> Ibidem.

<sup>158</sup> Ibidem

pertencia ao Milton Gonçalves. Mas nós fomos fazer um encontro interestadual, né? São Paulo e Rio, das entidades negras. Neste encontro, Stephanie, é que pela primeira vez nós tivemos contato com uma cópia do manifesto a Palmares feito pelo grupo Palmares no Rio Grande do Sul que foi feito lá no início dos anos setenta, nós vamos ter contato com esse manifesto, esse documento nesse encontro do Rio de Janeiro e aí nós balizamos a luta de afirmação de zumbi começamos a fazer todo esse trabalho, mas esse já havia um debate sobre isso, mas esse encontro ele é crucial. Então olha o que conflui: uma militância negra que está aí no Rio de Janeiro, que está na Bahia, que está aqui em São Paulo, entendeu?<sup>159</sup>

Foi a partir desse encontro no Rio de Janeiro que a figura de Zumbi passa a ser reclamada e afirmada pelo movimento negro do Rio e São Paulo, como símbolo de luta e resistência. O Grupo Palmares é reconhecido como o precursor na substituição do dia 13 de maio, dia de assinatura da Lei Áurea, pelo dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares como data oficial de resistência da cultura afro-brasileira.

Essas são duas lembranças que demonstram as articulações que se formavam antes do Movimento Negro Unificado ser criado em 1978. Com destaque para Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, mas não se limitando a esses Estados, os ativistas do período se organizaram e trocaram entre si esboçando a unificação que seria proposta a partir de 1978.

Isso significa que quando o MNU é criado em 1978 toda uma rede entre militantes de diferentes Estados do Brasil já estava formada. É importante não esquecer também que não só a declaração racista do técnico do Clube Tietê, quando justifica a expulsão dos quatro meninos negros e a morte brutal de Robson Silveira da Luz<sup>160</sup> causam um sentimento de revolta tão grande que são cortes excruciantes na camada de negação do racismo e afirmação no discurso da democracia racial vigente no país. Vejamos essa citação originalmente publicada por Lélia Gonzalez:

Um jovem atleta negro que acreditava na premissa da democracia racial ficou furioso com o que leu no jornal. O técnico de vôlei do Tietê Country Club disse ter dispensado quatro jogadores do time por causa da cor. Não havia lugar para negros em sua equipe. O menino ficou indignado. Algo tinha que ser feito sobre isso. Mas o que? Ele não sabia dessas coisas. O país, afinal, estava sob uma ditadura militar. Embora houvesse alguns movimentos. As pessoas estavam falando sobre mudança. Até o governo falava em mudança. Ele tinha ouvido falar sobre reuniões de negros. Eles estavam falando sobre justiça. O que o treinador fez foi uma injustiça com os meninos negros. O povo negro que tem falado sobre justiça deveria se preocupar com isso. Mas ele não sabia quem eles eram ou onde e quando se conheceram. Ele

<sup>159</sup> PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Op. Cit.

<sup>160</sup> Como vimos no primeiro capítulo, em 1978, 4 meninos negros foram expulsos do Clube Tietê e o técnico do clube dá uma declaração dizendo que se aceitasse 4 negros, 100 brancos deixariam o clube o episódio de racismo ganhou a imprensa gerando revolta na comunidade negra paulistana. Robson Silveira da Luz era feirante, foi preso acusado de roubo, torturado na delegacia de polícia onde veio a óbito em decorrência das torturas sofridas. Ambos os casos são considerados estopins para a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial que depois vai ser o Movimento Negro Unificado.

descobriria. Ele conhecia pessoas que sabiam. E ele fez. Ele foi às reuniões. Ele desabafou sua raiva justa. Várias coisas começaram a se encaixar. (tradução nossa)<sup>161</sup>

Seja a história acima real ou fictícia, ela ilustra bem o processo de indignação que falamos acima quando a ideologia da democracia racial é dilacerada por esses dois fatos de racismo escancarados no ano de 1978. No entanto, mesmo que a espontaneidade da ação que sucede a indignação seja muitas vezes a fagulha que falta para dar início a um movimento social, apenas ela não é suficiente. David Covin diz que: “A espontaneidade tem seu lugar. Mas geralmente não é a origem de um movimento social. A espontaneidade pode atuar como um catalisador, mas as condições corretas devem estar presentes para que o agente catalítico funcione.”<sup>162</sup>

E essas “condições corretas” no caso do Movimento Negro Unificado foram estabelecidas por essa rede de intercâmbio formada pelos ativistas das entidades negras fundadas na década de 1970. É, por exemplo, através dessa rede de troca de informações que a notícia se espalha pelos militantes negros do país e o ato de fundação MNU vai receber apoio de associações de diferentes partes do Brasil. Sobre isso, José Adão, militante fundador do MNU diz:

E aí o MNU já nasce como uma organização nacional, em pouco tempo, ele já estava estruturado de uma forma nacional. Em 1978, 1979 ele já é uma organização nacional. E isso só se dá porque a estrutura dele já estava pronta antes do MNU ser criado. Ele é criado e (esse caráter nacional) não é uma expertise do MNU, Mas assim, é um processo que vem antes...<sup>163</sup>

Essa informação a princípio pode parecer trivial, no entanto, é pouquíssimo explorada pelos pesquisadores do tema e essa iniciativa de unificação é comumente atribuída apenas ao MNU. Não que isso seja de todo modo errado, afinal o Movimento Negro Unificado foi a organização que de fato consolidou algo que os militantes estavam desenhando ao longo da

<sup>161</sup> A young, black athlete who believed in the premise of racial democracy was furious about what he read in the newspaper. The Tiete Country Club's volleyball coach said he dismissed four of the team's players because of their color. There was no place for black on his team. The boy was outraged. Something had to be done about it. But what? He didn't know about such things. The country, after all, was under a military dictatorship. Though there had been some stirrings. People were talking about change. Even the government was talking about change. He'd heard about Black people meeting. They'd been talking about justice. What the coach had done was an injustice to Black boys. The Black people who had been talking about justice would have to be concerned about this. But he didn't know who they were or where and when they met. He would find out. He knew people who knew. And he did. He went to the meetings. He vented his righteous anger. A number of things began to come together. GONZALES apud COVIN, D. **The Unified Black Movement in Brazil**, 1972-2002. Jefferson: McFarland & Company, 2006.

<sup>162</sup> Ibidem.

<sup>163</sup> OLIVEIRA, José Adão. José Adão. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora: Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

década de 1970. Entender-se como uma frente única de enfrentamento do racismo foi tão importante para a geração de 1978 que isso desde o início estava no nome do movimento, inclusive antes do acréscimo da palavra “negro”. Sobre o porquê dessa dificuldade de ver o projeto de unificação com uma iniciativa dos movimentos negros ao longo da década de 1970, José Adão tem uma hipótese:

É que a gente tende a ver as coisas... Nós temos um grande problema de formação, no caso a ocidental, que nós não nos vemos de uma forma coletiva, né? às vezes pode falar da boca para fora: Saudações aos mais velhos! Necessária, né? Aos desiguais, as mais novas e tal, mas na hora H eu sou o primeiro, eu sou o mais importante e tal, aquela coisa toda.<sup>164</sup>

Aqui cabe comentar brevemente que essa unificação, que o movimento traz no nome, não necessariamente se refere apenas ao aspecto de unir diferentes territórios. No início, ela também se refere à formação diversa desse movimento. Inclusive no dia do ato do dia 7 de julho colocar ano, apesar do inegável protagonismo negro, estavam presentes diversos grupos de pessoas. Não só o movimento que depois vai se transformar no MNU foi pensado como uma organização contra a discriminação racial como um todo, incluindo, por exemplo, judeus e indígenas, como também a participação de pessoas brancas ligadas às esquerdas, como no caso de integrantes da Convergência Socialista, que participaram do processo de formação do MNU, como vimos no primeiro capítulo.

Mas é claro que esse intuito de unificação não é fácil de alcançar. O projeto de um movimento negro unificado é ousado. Principalmente, se nos atentarmos ao fato de que toda essa movimentação foi feita antes da invenção da internet e de grande parte dos recursos digitais e os telefones não eram assim tão comuns. Ou seja, a integração entre os Estados dependia de cartas e das viagens dos ativistas entre os territórios que eles pretendiam abranger.

Vamos retomar, um pouco mais afundo, os acontecimentos que sucedem a fundação do MUCDR em 1978. Depois do ato de lançamento acontecem reuniões nas três cidades já citadas como central nessa unificação do movimento: a primeira ainda julho em São Paulo, depois em setembro no Rio de Janeiro e outra em Salvador em novembro, todas nesse mesmo ano. Nosso foco vai ser exatamente essa reunião no Rio de Janeiro, devido ao nosso recorte espacial.

Primeiramente: Por que o Rio? Quer dizer, além da articulação já explicitada aqui nesse mesmo tópico, porque o Rio foi palco dessa primeira reunião fora da cidade de São

---

<sup>164</sup> Ibidem.

Paulo para estruturar o recém-criado movimento? Vamos tentar responder essa questão. A primeira reunião, em São Paulo, teve como objetivo operacionalizar o funcionamento do novo movimento. No entanto, de acordo com a entrevista de Yedo Ferreira, militante do movimento negro, ao CPDOC não havia muitas propostas de como fazer isso:

Antes de ir para os grupos de trabalho, na plenária, qual foi o meu espanto, porque ninguém tinha proposta de coisa alguma. Falei: “Não é possível! Como é que as pessoas propõem criar alguma coisa e não têm proposta. Ninguém tem proposta?” Ninguém tinha proposta nenhuma. “Aí vai ser difícil. Como é que vai ser? Só tem eu e você, a proposta é a nossa, nós é que conhecemos nossa proposta. Tudo bem, vamos cada um para um grupo diferente e defendemos o que for possível” E foi o que aconteceu: eu fui para um grupo, ele [Amauri Pereira] foi para outro(...) No meu grupo, a proposta que eu apresentei: “Nós devemos ter um estatuto” “Ah, tudo bem” Todo mundo concordando. E o do Amauri foi a mesma coisa. “Bom, vamos para a plenária” Nós dois. Então, nos nossos dois grupos tinha ganhado. “Vamos ver o que os outros grupos discutiram” Os outros grupos não tinham discutido coisa nenhuma, também. Então, chegou lá, a proposta daqueles dois grupos. Então, venceu [risos]. Aquela proposta, mesma, nossa, venceu. Isso aí.<sup>165</sup>

Depois dessa manobra de se dividirem em dois grupos diferentes, a proposta de escrever um estatuto e uma carta de princípios foi consolidada e na plenária também se forma uma comissão interestadual da qual Amauri Pereira fez parte. Então no intervalo entre 23 de julho ano até a assembleia nacional na sede do IPCN em 9 de setembro, eles escrevem uma proposta de estatuto e de carta de princípios para serem votados nessa reunião. Chegada à reunião, a carta de princípios é aprovada sem maiores problemas. No entanto, quando chegam na parte do estatuto, a comissão que veio de São Paulo para essa reunião trouxe seu próprio estatuto, o que foi um ponto de tensão e ruptura de parte das relações no Rio de Janeiro.

Sobre todo esse processo, Amauri recorda :

Então aí nessa reunião do dia 23 [julho de 1978] nós constituímos essa comissão interestadual. Pelo Rio de Janeiro éramos Lélia (Gonzalez), Vera Mara e eu, por São Paulo era Inês, Maria Inês Barbosa, Hamilton Bernardes e o mais velho de todos rapaz, como era o nome dele? Esqueci o nome dele também... Eduardo de Oliveira. Éramos membros da comissão de interestadual e nós fizemos assim umas três ou quatro reuniões, todas as reuniões nossas aqui do Rio eram lá na casa da Lélia, lá no Cosme Velho. Fizemos as reuniões, tiramos o estatuto, a carta de princípios, né e foi aí a nossa proposição é que a Assembleia de criação mesmo, né? Do movimento negro unificado fosse no IPCN foi nos dias nove e dez de setembro.<sup>166</sup>

<sup>165</sup> FERREIRA, Yedo. Yedo Ferreira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h 40min), pg. 88.

<sup>166</sup> PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Pereira. op. cit.

Esse trecho é interessante, pois mostra que Amauri e Yedo defendem que a criação do Movimento Negro Unificado aconteceu nessa assembleia que acontece no IPCN no Rio de Janeiro, ou pelo menos o processo de fundação se consolidou no IPCN:

Yedo Ferreira: Nós participamos da assembleia, no IPCN, da fundação do MNU

Verena Alberti: A fundação do MNU não foi em São Paulo?

Yedo Ferreira: O MNU, uma entidade nacional, tem um processo para sua fundação. Não foi em um dia exato: em um dia foi feita uma coisa, no outro dia foi feita outra...<sup>167</sup>

De acordo com eles, o Movimento Negro Unificado passa de fato a existir após o processo de criação do estatuto e da carta de princípios, ou seja, depois dos elementos de estruturação que eles à época julgavam imprescindíveis para a organização de uma entidade do movimento negro. Mas nessa mesma reunião que eles consideram a fundação do Movimento Negro Unificado eles encerram sua participação no mesmo.

Stephanie: Mas as coisas não saíram muito como vocês tinham pensado talvez, porque eu sei que essa reunião ela foi meio tensa, né? Essa assembleia?

Amauri Pereira: Foi meio não, foi uma confusão danada. Foi uma grande e o que era pra ser o Movimento Negro Unificado virou mais uma entidade do movimento negro, né?(...)Então logo que começamos a reunião na manhã do sábado, esse pessoal queria fazer essa política que não interessa a nós negros, nós temos que lutar contra o racismo e a tônica do pessoal: o Miltão, o Hamilton, o Rafael, Neusa Pereira, a Dulce Vasconcelos...Este pessoal queria porque queria alinhar com a convergência socialista, né? Partir pro enfrentamento do regime militar.Gente, não estava ainda nem... anistia não tinha vindo, né?! Ainda tinha assassinados políticos, né em oitenta (1980) tem a bomba na OAB, teve muitos assassinatos políticos entre setenta e oito e oitenta. Então na nossa postura era não, não podemos seguir esse caminho, nós temos que continuar nas manifestações culturais...E de repente em setenta e oito a ideia era toda convergência para um espaço político central e a gente dizia não, não pode ser assim.<sup>168</sup>

Fica claro então que, apesar de toda a rede de intercâmbio feita anteriormente ao longo da década de 1970, da vontade de unificação por parte dos militantes do Rio e de São Paulo, no caso de Amauri Pereira e de Yedo Ferreira essas diferenças falaram mais alto. A verdade é que esses grupos tinham projetos de atuação diferentes e ideias completamente diferentes do que esse movimento unificado deveria ser. A Sociedade de Intercâmbio Brasil África (Sinba), o Instituto de Pesquisa e Cultura Negras (IPCN) e o Centro de Cultura e Arte Negras (Cecan) em São Paulo defendiam uma atuação centrada nas manifestações culturais que não necessariamente pautava um enfrentamento do governo militar com uma visão de combate ao racismo que não estava necessariamente relacionada a questão da classe. Já o outro grupo, que

<sup>167</sup> FERREIRA, Yedo. Yedo Ferreira (depoimento, 2003). Op. cit. pg. 86.

<sup>168</sup> PEREIRA, Amauri Mendes. Op. Cit.

continuou com o MNU com Rafael Pinto, Milton Barbosa, José Adão e Lélia Gonzalez, entre outros, decididamente, achavam que o movimento precisava ter a característica política de enfrentamento do regime militar, relacionando a antirracista com a luta de classes.

Essa questão do viés cultural em oposição ao político vai ser melhor discutida ainda nesse capítulo, no entanto uma questão precisa ser respondida antes de encararmos essa tensão: Com a saída da SINBA das articulações do MNU, quem segue as articulações no Rio de Janeiro? Como fica a representação do Rio, Estado que participou tão amplamente da fundação do movimento como acabamos de demonstrar? Bom, aqui cabe explicitar um caminho que tive que percorrer até chegar a algumas conclusões e principalmente a uma pessoa em especial cuja trajetória reflete muito as relações entre São Paulo, Rio de Janeiro e Movimento Unificado. Depois de muitos desafios conseguimos o contato do Rafael Pinto, já aqui citado, militante fundador do MNU e importantíssimo para tudo que abordamos aqui nesta dissertação. Rafael teve tanto a dizer que foi a única entrevista que precisou ser realizada em 2 dias diferentes. Já nos nossos primeiros minutos de conversa ele me recomendou uma websérie documental sobre sua vida disponível do YouTube: “Aquele que abre o caminho”<sup>169</sup>. E foi exatamente seu papel nessa dissertação. Mas não, não é dele de quem eu falo agora. O fato é que no fim de cada entrevista realizada eu pedia contatos de outros militantes ao entrevistado. E no fim da entrevista com Rafael ele me disse a seguinte frase: “Você não falou com o Astrogildo? Você precisa falar com Astrogildo.”

Até este momento ainda não havia ouvido falar em Astrogildo Esteves, paulista radicado no Rio de Janeiro desde 1978, e de como a sua trajetória pessoal se confunde com a do MNU no Rio de Janeiro. Então por esse motivo deixo ele se apresentar:

Astrogildo: Astrogildo Bernardino Esteves Filho nasci em São Paulo capital, 07 de novembro de 1948. Que mais? Infância? eu vivi a primeira infância, vamos dizer assim, até os sete anos na Casa Verde em São Paulo e depois eu mudei, minha família mudou para o bairro Cruz das Almas que é um distrito da Freguesia do Ó. E lá então eles inclusive têm casa lá, maior parte da minha família ainda mora lá. E eu sou formado em Ciências Sociais pela PUC São Paulo. E sou jornalista desde setenta e oito. Comecei trabalhando com jornalista no jornal *Versus*. Em seguida passei pra sessão do afro latino-america. Bom, eu não sei o que você quer que eu retroceda ou não.

Stephanie: Mas hoje você mora no Rio ou você mora em São Paulo?

Astrogildo: Ah tá então não, moro no Rio, eu moro no Rio desde 1978 ou 1979.

Stephanie: Então me conta como que você vem morar no Rio.

Astrogildo: Bom eu morava em São Paulo e aí fazia parte da Liga Operária, conheço Rafael, Milton Barbosa, Núcleo Negro Socialista que era o setor dos negros da Liga

<sup>169</sup> Enití Làrà - Aquele que abre o caminho. Ocupação Cultural Jeholu. 11 de fevereiro de 2023. Os 4 episódios estão disponíveis em:

<https://www.youtube.com/watch?v=hR4tyUxtEkM&list=PLLQlvkuAnL4hMZfKuofLTGR-IEYZ2Xp6&index=4>. Acesso em: 15/09/2023.



Operária todos os negros ficavam vinculados a esse setor, como tinha setor operário, bancário, etc. Aí acontece as prisões setenta e sete no ABC e as pessoas que moravam numa casa que eu tinha a ajudado a alugar essa casa, né? Porque a proposta inicial é que eu fosse pro movimento operário, eu terminei a faculdade em setenta e seis e a proposta era ir se proletarizar que era o que a gente falava na ocasião. E aí que vem me oferecer essa outra opção no movimento negro. Eu disse: “Olha, tô dentro!” Até porque eu já conhecia alguma coisa Movimento Negro. É... e fiquei em São Paulo o movimento negro tinha uma presença muito é grande no centro de São Paulo, né? Como eu trabalhava no centro eu sempre esbarrava com pessoal. Bom, então o que mais? Eu aí com relação em uma dessas prisões eu tenho que sair fora, eu entro pra clandestinidade. Então eu entro pra clandestinidade em maio de setenta e sete e fico na clandestinidade até oitenta e é assim que eu venho parar no Rio de Janeiro.<sup>170</sup>

Como já vimos no segundo capítulo, a Liga Operária esteve intimamente ligada à fundação do Movimento Negro Unificado. Vários dos fundadores, como Rafael Pinto, Milton Barbosa, José Adão, entre outros, estavam relacionados a ela. E com Astrogildo não foi diferente, ele era militante da Liga Operária e ajudou a alugar uma casa que servia como moradia e centro de operação das atividades da Liga nos anos 1970. Quando a repressão descobre a casa e o seu nome aparece no contrato de aluguel ele precisa sair de São Paulo às pressas para não ser preso. Passa um tempo no interior e depois se muda para o Rio de Janeiro, se instalando na sede da sucursal do Jornal *Versus* localizada no bairro da Lapa no Rio de Janeiro. Astrogildo não estava na fundação do MNU, no ato de lançamento ou na primeira assembleia que aconteceu no Rio em setembro de 1978, pois como ele conta estava clandestino no período.

Por estar na clandestinidade, Astrogildo não estava em nenhuma dessas reuniões que citamos ao longo de 1978, do ato de lançamento do MNU ou de nenhuma atividade oficial de organização. Ele, como vimos, sai às pressas de São Paulo e vem para o Rio fugindo da repressão. Mas chegando aqui ele participa de reuniões na casa de Lélia Gonzalez onde fica sabendo do ato de lançamento do novo movimento, mas ele não pode voltar a São Paulo e muito menos ser visto no ato público. No Rio, ele fica trabalhando na sucursal do Jornal *Versus* no bairro da Lapa e depois de um tempo passa a atuar especificamente na sessão Afro-latino América em contato com o pessoal de São Paulo. Isso tudo na clandestinidade, sem assinar as matérias ou ter seu nome vinculado em entrevistas que realizava.

Stephanie: Mas nesse mesmo ato (reunião) do dia vinte e três forma-se uma comissão interestadual, e em setembro vai ter essa assembleia que aconteceu aqui no Rio. Você estava? Você participou?

Astrogildo: Setembro de que ano?

<sup>170</sup> ESTEVES FILHO. Astrogildo Bernardino. Astrogildo Esteves. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

Stephanie: Setenta e oito também

Astrogildo: Não, eu estava clandestino. Só saio da clandestinidade em 1980.

Stephanie: E até você sair você não atua pelo Movimento Negro Unificado?

Astrogildo: Atuo, mas de maneira interna, não externamente, eu não podia participar de eventos, assembleias essas coisas porque eu era procurado, não podia aparecer.

171

A trajetória de Astrogildo Esteves é bem semelhante dos demais militantes negros de São Paulo que entrevistamos: começa a militância política alinhada à esquerda, seja no movimento estudantil ou no movimento operário, e depois em consonância com a organização da qual fazem parte, iniciam uma nova fase do movimento negro em São Paulo combinando a luta antirracista à luta de classes. Aqui no Rio ele se associa aos militantes do MUCDR que vão de encontro a esse posicionamento, como por exemplo, Lélia Gonzalez.

Aqui me parece importante expor uma disputa em torno da memória acerca do Movimento Negro Unificado no Rio de Janeiro após sua fundação e saída de parte da comissão carioca do MNU. É de fato pouco conhecida a história da continuação do MNU no Rio de Janeiro. Isso porque, os militantes mais ouvidos pelos pesquisadores do tema, são os que saíram logo no início da organização. Alguns nomes já conhecidos por sua atuação no Rio de Janeiro no período, como Carlos Alberto Medeiros, esse não participou da criação do MNU, Amauri Pereira e Yedo Ferreira aparecem como certa frequência nos estudos sobre o tema, mas eles não estavam na organização do Movimento Negro Unificado no Rio de Janeiro. Relembro que eles saem na assembleia na qual se vota o estatuto e a carta de princípios do MNUCDR estando mais relacionados ao ato do dia 07 de julho e às reuniões que acontecem no mesmo mês, mas não participando do processo completo de estruturação do MNU no Rio que é atuante até os dias atuais. Por mais que essa saída já tenho sido registrada aqui anteriormente, esse reforço é importante em dois sentidos: o primeiro é lembrar que um dos grandes motivos da saída dessa comissão é o caráter de enfrentamento da ditadura e de organização de protesto social que a maioria dos fundadores do MNU queria que ele tivesse. Bom, isso é central pois é exatamente a grande contribuição do MNU para a história do movimento negro brasileiro e seu principal fator definidor. Logo se os militantes, como disse Amauri Pereira em entrevista para essa dissertação já reproduzida acima, não concordavam com essa atuação “política” não concordavam com toda a essência da organização. O segundo sentido é que isso se coloca contra o estudo do MNU como iniciativa nacional, pois a centralização da maioria dos estudos na cidade de São Paulo dificulta o estudo do movimento em outros Estados. Por fim, gera o apagamento de figuras de extrema importância para o movimento negro carioca, que foram essenciais para a continuação e

---

<sup>171</sup> Ibidem.

crescimento do MNU e que hoje disputam seu lugar de vanguarda na organização do movimento em terras cariocas.

A saída do pessoal da SINBA combinada com a vinda de Astrogildo para a militância do Rio de Janeiro marca um crescimento no alinhamento entre a atuação do Movimento Negro Unificado do Rio e de São Paulo com a valorização do enfrentamento da ditadura e de mobilização racial política. Isso significa que os militantes do Rio de Janeiro mais alinhados com o viés cultural, como vimos anteriormente no testemunho de Amauri Pereira, se retiram do antigo MUCDR exatamente na reunião em que o movimento vira Movimento Negro Unificado.

Montado nosso quadro da participação do Rio de Janeiro no MNU na década de 1970, é chegada a hora de entender as relações do movimento negro do período com as esquerdas. Como vimos, esse foi o caminho escolhido majoritariamente pela geração que vai dar início ao Movimento Negro Unificado, mas isto não significa que necessariamente foi uma relação sem tensões. Convergências, divergências, tensões que marcaram e definiram as características do nascimento do movimento negro contemporâneo no Rio e em São Paulo.

### **3.2 Tensões, convergências e divergências – um movimento em movimento**

Um movimento social é feito por pessoas, com pessoas, para pessoas. Só essa característica já seria o suficiente para determiná-lo como não estático. Todavia, se tal característica não basta, podemos ser mais literais e nos agarramos ao seu nome que já exhibe sua falta de vocação para estar parado. E cada movimento se movimenta de acordo com as pessoas que os compõe, o contexto que está inserido, os parceiros que busca fazer, os adversários que busca combater e os objetivos que quer alcançar. No caso do movimento negro na década de 1970, alia-se a isso o fato de todo o movimento está experimentando uma nova fase de atuação.

O movimento de negro na década de 1970, era em 1970, novo. Novo porque traz uma geração que não atuava antes da ditadura e já se forma em contexto de repressão, mas principalmente novo porque buscou novos objetivos, novos aliados e novas formas de atuação. Mas ao mesmo tempo, mesmo que fosse novo, ele precisou superar problemas antigos que se colocaram contra a sua organização e desenvolvimento. Essas divergências e

tensões acrescentam camadas na análise do Movimento Negro que é plural e diverso como um movimento social deve ser.

A fim de começarmos esse tópico sem perdermos o caminho que estamos traçando, iniciamos a discussão falando da relação do movimento negro com a esquerdas e das esquerdas com a questão racial no Brasil que iniciamos no fim do tópico anterior e é um dos pontos que são específicos dessa geração que vai atuar na fundação do MNU e na década de 1970. Podemos iniciar nossa reflexão através de duas colocações de Rafael Pinto. A primeira foi dada em depoimento ao Museu da Pessoa em São Paulo: “Não pensem vocês que foi “mamão com açúcar” pautar o racismo na esquerda. Não foi, não, obviamente.”<sup>172</sup>

E a segunda é um pouco mais longa e foi dada em depoimento para a construção desta dissertação:

Se articula na clandestinidade pela esquerda então essa aliança [unir as pautas raciais com a esquerda] que nós estamos fazendo é isso, nós fizemos essa opção que eu chamo essa opção pela esquerda e foi fundamental se nós não fizéssemos isso nós não conseguíamos nos organizar na época como nós nos organizamos no movimento estudantil porque a leitura da luta de classes e do combate ao racismo nos anos 1930 é uma leitura dicotômica. Porque a leitura dos anos trinta da militância negra ela luta de classe é uma coisa e luta racial é outra. Nos anos 1970 nós dissemos não. A luta é combinada.<sup>173</sup>

Numa primeira análise esses depoimentos podem parecer, em certa instância, contraditórios. Pois se a opção de se organizar pela esquerda é tão essencial para a luta antirracista que grande parte desses militantes desenvolveu, principalmente em São Paulo, quais são os pontos de tensão que se estabelecem entre esses dois momentos explicitados nos depoimentos acima? Onde eles se encontram e em quem ponto tomam caminhos diferentes? São algumas das questões que vamos tentar responder agora.

Se a década de 1970 é importante para o movimento negro e para os movimentos sociais como um todo no Brasil é também um período de grandes transformações para o campo das esquerdas. Na segunda metade dessa década, praticamente todas as organizações que defendiam a luta armada já haviam sido derrotadas e as esquerdas se reorganizavam para enfrentar a luta urbana contra a ditadura ao mesmo tempo que os movimentos identitários, como movimento das mulheres, movimento homossexual (hoje LGBTQIA+) e o próprio movimento negro, ganhavam força.

---

<sup>172</sup> PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento (maio, 2022). Entrevistadores Lucas Torigoe e Luis Ludmer. Entre vista concedida ao Museu da Pessoa parte do projeto Cotidianos Invisíveis da Ditadura.

<sup>173</sup> PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Op. Cit.

Todas essas pautas que emergem no período encontram várias frentes de esquerdas também amplas e plurais como esses movimentos que estão se organizando, parte delas focada em derrotar o governo autoritário e não necessariamente disponível para ampliar suas frentes de atuação. No caso da questão racial no Brasil é possível identificar dois problemas: o primeiro dele é o mito da democracia racial e de valorização da mestiçagem como identidade nacional. Neste caso, o mito da democracia racial, apresentado no primeiro capítulo, teoricamente comprovado pela mestiçagem, seria uma característica específica da nação brasileira apoiada pelas esquerdas nacionalistas:

Nesse contexto, o mito da democracia racial, no caso brasileiro, ou as teorias da importância da mestiçagem, nos demais países da América Latina ganham prioridade no pensamento desses membros da esquerda local, que importam conceitos da teoria crítica europeia. Fazendo assim com que, o arquétipo do mestiço acabe sendo recorrido pela esquerda como uma categoria de afirmação de uma singularidade nacional, que legitima um projeto nacional e de contraposição ao imperialismo<sup>174</sup>

Essa questão de afirmar a mestiçagem e até mesmo símbolos e práticas culturais da negritude como expoentes da identidade nacional é vista na reação que o Black Rio despertou em parte da esquerda do Rio de Janeiro. O próprio artigo escrito por Lena Frias no *Jornal do Brasil*, apresentando o Movimento Black Rio para o grande público, já traz várias noções de autenticidade e até mesmo de defesa do que seria uma cultura nacional bem explícita. Claro que o texto de Lena, em alguns momentos, reconhece parte da importância de mobilização que o Black Rio tem. "Mas, de forma geral, o texto ecoa um discurso de esquerda e um viés nacionalista, que considerava inautênticas e alienantes manifestações que tivessem um cunho "internacionalista" e "mercantilizado".<sup>175</sup>

A partir do final dos anos de 1950 até o golpe de 1964, acadêmicos de esquerda do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) desenvolveram um discurso de "autenticidade" versus "alienação" que estabeleceu o modelo para apreciar a produção cultural contemporânea. Suas teorias de uma autêntica cultura brasileira inspiravam-se em críticas de culturas e mentalidades colonizadas nos escritos de intelectuais contemporâneos de esquerda (como Frantz Fanon, Octave Mannoni, Jean-Paul Sartre e Georges Balandier), bem como de anteriores (especialmente Hegel e o jovem Marx). Tal como interpretado pelo ISEB, muito da cultura brasileira era "alienada".<sup>176</sup>

<sup>174</sup> SILVA, D. F. G. D. Vozes Afro Latinas – A omissão da esquerda e a insurgência do movimento negro. **pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Niterói, v. 2, n. 3, setembro 2012, p. 11.

<sup>175</sup> OLIVEIRA, LUCIANA XAVIER DE. **A cena musical da Black Rio: estilos e mediações nos bailes soul dos anos 1970**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2018. v. 1. p. 161

<sup>176</sup> ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. **História: Questões & Debates**, v. 63, n. 2, 2015. p. 63.

Essa suposta alienação da cultura brasileira referia-se a uma posição de inferioridade imprimida no brasileiro como resultado do imperialismo que aprisionava o país em uma posição periférica numa ordem mundial neocolonial levando o país a importar culturas, hábitos e costumes dos países que ocupavam as primeiras posições nesse sistema. Nestes casos, estaríamos nos alienando da nossa própria cultura para importar uma cultura exterior que consideramos melhor e mais interessante que a nossa. No caso do Black Rio, as críticas referiam-se à importação de símbolos da cultura norte-americana. Sendo assim, nessa concepção, só seriam autenticamente brasileiros - e ser autenticamente brasileiro é condição necessária para ser considerado culturalmente relevante - os produtos culturais que emergiram das condições sócio-históricas e culturais do Brasil e não os que são cópias daqueles produzidos pela metrópole, que era a forma que eles percebiam o *soul*.

E essas condições sócio-históricas e culturais estavam intimamente relacionadas com mito da democracia racial e a alcunha de país miscigenado que era resultado do mesmo. A matéria de Lena Frias não foi a única que trouxe todos esses ideais sobre o Black Rio. O próprio *Jornal do Brasil*, além da matéria de Frias, publicou outras no mesmo tom de crítica. Como o mito da democracia fazia parte do senso comum, essa concepção foi adotada tanto pela esquerda como pela direita, que apesar de estarem em posições politicamente opostas, dividiam o mesmo ideal de brasilidade mestiça:

Causou um impacto, tanto à direita, quanto à esquerda. Aí foi interessante porque se levantou o establishment branco. Você via críticas no jornal Movimento (Jornal da imprensa alternativa). O Movimento chegou a publicar uma matéria idiota, dizendo que o soul era a pior forma de música negra. O soul é lindo! É claro que há um montão de bobagens, mas o melhor do soul é uma coisa maravilhosa. Ray Charles é soul, Aretha Franklin, aquela música que vem da igreja e que, todas as vezes que vou lá, me faz chorar... E a direita achava que era uma parte da conspiração comunista, enquanto os comunistas rejeitavam como uma expressão do imperialismo americano.<sup>177</sup>

As duras críticas ao movimento Black Rio não se limitaram ao *Jornal do Brasil* ou a grandes meios de comunicação como a Globo e o *Jornal do Brasil*. A imprensa alternativa também esboçou reação aos fenômenos dos bailes. Além do jornal *Movimento*, mencionado na entrevista acima reproduzida, o jornal *O Pasquim*, importante instrumento de resistência ao governo ditatorial, publicou duas matérias com críticas ferrenhas ao Black Rio. A primeira delas se chama “Carta Aberta ao Black-Rio (Não segue selo para resposta)” de autoria de Roberto Moura, publicada em 09 de setembro de 1977. E o autor não poupa críticas ao que ele

<sup>177</sup> MEDEIROS, Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 50min), p. 22.

chama de "bobagens que infestaram o subúrbio"<sup>8</sup> e de "uma insidiosa campanha publicitária neo-colonialista"<sup>9</sup>

O segundo artigo é de autoria do Aldir Blanc e se chama "Safari", publicada em 11 de agosto de 1977. No artigo, usando a mesma metodologia antropológica de Lena Frias, no qual os jornalistas se colocam na posição de observadores do outro, do diferente, do inóspito, com uma comparação de tom bastante questionável, ele fala de uma visita que fez a um baile black comparando com a África, se refere aos frequentadores do baile como uma tribo que tem um vocabulário próprio e idolatram os empresários brancos chamados por ele de líder e termina comparando o Black-Rio com uma seita.<sup>10</sup>

Por trás destas críticas, está o mesmo argumento: o movimento Black-Rio não é bom porque não é autêntico, não é "nacional". E se não é autêntico não é bom. E não é autêntico, nem bom, porque não foi forjado em consonância com a ideia de brasilidade que esses grupos compartilhavam. Mas será que era só isso?

Se na imprensa alternativa, no jornal *O Pasquim*, por exemplo, o Black-Rio foi tão intensamente criticado, também na imprensa alternativa, na primeira edição do jornal *Sinba*, foram levantadas importantes questões sobre a natureza dessas críticas: Por que apenas as manifestações culturais negras são as únicas que devem ser "autênticas?" Será que uma reação tão inflamada por parte da imprensa foi realmente causada pela defesa de uma cultura autenticamente brasileira?

Figura 11 - Capa da primeira edição do jornal SINBA produzido pela Sociedade de Intercâmbio Brasil África

# RACISMO, ideologia orgânica do colonialismo

A HISTÓRIA tradicional, eurocêntrica, pretende caracterizar o racismo como um fenômeno atemporal que, através de todos os tempos, tem vitimado os chamados povos de cor. Senghor corrige esse erro lembrando que o racismo — etnocentrismo carregado de reais ou imaginárias diferenças raciais — não tem mais do que quatro séculos de vida, nascido da expansão européia e dos seus «descobrimientos». A noção de raça — imprecisa e inoperacional, é, portanto, um conceito moderno. O racismo, como teoria, é fruto da ciência européia a serviço de um mecanismo de dominação militar, política e sócio-econômica sobre os povos das Américas, África e Ásia quando a Europa através da expansão, primeiro, e da revolução industrial depois implantava o sistema capitalista. O racismo, amparado por ideologias de dominação como as teorias antropológicas do evolucionismo e funcionalismo, dava cobertura ideológica de legitimação à dominação sobre o vasto mundo colonial.

A eliminação do racismo — a forma mais descarada de etnocentrismo — não pode ser tarefa da ciência contemporânea por mais crítica que procure se apresentar em relação às concepções ideológicas eurocêntricas marcantes dos séculos XVI ao atual. Essa eliminação é uma tarefa cultural dirigida pelas vítimas do racismo, quer essas vítimas sejam os colonizados e neo-colonizados da África, Ásia e Américas ou minorias oprimidas de qualquer outra parte do mundo. Em qualquer caso, o racismo deve ser combatido, não só nas suas instâncias jurídico-política e econômica mas igualmente na instância ideológica através do que modernamente se tem chamado de descolonização. Nessa descolonização cultural — terão que ser eliminados, substituídos ou reformulados todos os aparelhos ideológicos: reprodutores não só do racismo como de todas as outras ideologias de dominação. Como exemplos desses aparelhos podemos citar o sistema de ensino e comunicação social. Pressupõe-se, evidentemente, que a descolonização cultural só se realiza completamente após a descolonização política, social e econômica.

Se o racismo é a ideologia privilegiada de dominação dos tempos modernos produzida a partir da expansão européia e elaborada como teoria com pretensão científica pelo capitalismo na sua fase colonial, devemos salientar contudo que no mecanismo de dominação através da História houve sempre um componente ideológico, cultural que procurava legitimar essa dominação traduzida em ter-

mos militares, políticos e econômicos. Chamaremos a esse mecanismo de dominação ideológica de etnocentrismo. Alguns exemplos históricos far-nos-ão compreender que todos os povos, nas mais diversas épocas, foram vítimas e algozes do etnocentrismo.

## a) Etnocentrismo: Ideologia de organização social.

«A natureza dos homens é idêntica; são os costumes que os separam» — Confúcio, 551-478 a.C.

«As diferenças que notamos nos costumes e instituições dos povos dependem do modo como cada um deles prevê à sua subsistência». — Ibn Khaldoun, precursor africano da Sociologia, (1332-1406). Toda a organização social, qualquer que seja o nível de complexidade das suas instituições políticas e econômicas, pressupõe uma estrutura ideológica, um conjunto de valores filosóficos e culturais, em suma, uma cosmovisão. Dentre esses valores culturais destacuemos, para melhor compreensão do que pretendemos expor a língua e a religião como fatores diferenciadores dessa sociedade em relação a outra. Esses fatores, entre outros, permitem a essa sociedade ter consciência da sua personalidade própria: possibilitam-lhe um forte coeficiente de coesão e consenso social. Como as sociedades não existem isoladas, o contato entre elas permite a cada uma tomar consciência da sua identidade, das suas diferenças em relação às sociedades vizinhas. Embora o contato — amistoso ou em diversos graus de litígio — leve à permuta de certos valores culturais, o certo é que cada sociedade tende a preservar certos valores que considera básicos e somente seus. Mas ainda: que considere esses valores como, além de diferentes, superiores mesmo aos de seus vizinhos, pois isso ajudaria a legitimar a sua preservação. Se esse contato transborda para um litígio que chegue à dominação de uma sociedade pela outra, a História nos revela que a sociedade dominante acentua a tendência de considerar os seus valores superiores aos da sociedade dominada e, até, a pretender impô-los a esta. Chamamos a este fenômeno de etnocentrismo. Estendemos aqui a exposição deste conceito porque pensamos nele residir a fundamentação, a «pré-história» do racismo. Acontece porém que, até o século XVI da nossa era, a pigmentação da pele não era fator relevante de diferenciação — de superioridade ou inferioridade — cultural.

## POR QUE O BLACK-RIO INCOMODA?

### O Julgamento

De repente todas as atenções voltaram-se para um fato que segundo alguns, preocupou até às altas esferas. Que acontecimento tão importante poderia estar causando tamanha celeuma dentro da sociedade brasileira?

Alvo de críticas e debates em todos os veículos de comunicação... e da nossa intelectualidade (como o escritor Gilberto Freyre que fez uma denúncia leviana e facelosa, alertando a Nação para uma pretensa influência de negro norte-americano no movimento Black Rio, tentando fazer com que a música negra — principalmente o samba — se transforme em música de protesto), mas dentro de todas as críticas havia um ponto comum, falavam da alienação de uma certa parte da nossa juventude.

O objeto causador de tanta discussão era o movimento musical do Soul, que aqui no Rio recebeu a denominação de Black Rio.

### O que é o Black Rio

Para alguns, mais uma forma de modernismo importado dos negros norte-americanos... Para outros, representa os interesses comerciais

das gravadoras para um grande mercado consumidor fechado até então, que é a juventude negra... Ou como a posição de uma revista crítica, «Um caráter de discriminação que ficaria bem num país com problemas raciais» !!! ???... Estaria esta revista se referindo ao Brasil?

### A discriminação evidente

Em recente programa de uma emissora de televisão do Rio de Janeiro, um dos considerados «papas» do Movimento, perdeu uma grande oportunidade de melhorar a imagem do movimento Black Rio, ao fugir constantemente ao debate ou saindo com respostas evasivas, diante de perguntas tais como: estaria o movimento Black Rio escondendo alguma facção política? O movimento Black Rio é racista? O movimento por ele liderado, não estaria sendo uma forma de alienação dos jovens negros?...

Caberia então perguntar: não seria a tentativa de se colocar o movimento Black Rio como racista, alienante, político, modernismo caricaturado, etc... mais uma, da já comprovada discriminação da sociedade brasileira a toda e qualquer manifestação de negro, evidenciada pelo conceito de superioridade racial surgido na época da escravidão?

### Alienação x Alienação

Diz-se que o movimento Black Rio é fator de alienação por não ter nenhuma relação com a cultura do negro brasileiro. Gostaríamos de saber a opinião dos contestadores do movimento Black Rio quanto ao rock, surf, balé, «entaldados», e mesmo orquestras sinfônicas, hipismo e a encenação de Kung Fu que recebemos pelo cinema...???

Essas pessoas se esquecem que os festivais de rock e surf quando são realizados, ali comparecem dezenas de milhares de pessoas seja onde for ou a qualquer preço e nunca ouvimos nenhuma alusão depreciativa a respeito. Será que o rock e surf já são brasileiros? Talvez eles justifiquem que sendo o Brasil um «país em desenvolvimento» é lógico que sofra este tipo de influências externas, principalmente estando em plena era das Comunicações???

Mas fica claro que a única justificativa para essa contradição não é outra que não o fato de o rock, surf, hipismo, balé, etc... serem formas de lazer e entretenimento das elites dominantes, enquanto o Soul é a forma de entretenimento do negro que se encontra nas camadas mais baixas da sociedade. Vê-se portanto que o problema não é simplesmente de alienação, mas na verdade, o que se procura encobrir é um profundo problema de relações raciais no Brasil. Ou não?

Fonte: Acervo pessoal Amauri Mendes Pereira.

Por que o Black-Rio incomoda? Ora, em primeiro lugar o racismo estampado nas páginas de *O Pasquim*, nas matérias supracitadas, deixa pouco espaço para dúvidas. Afinal, há de se duvidar que uma ida a um show de rock na Zona Sul do Rio seria comparado a um safari. Em segundo lugar, o mito da democracia racial prestando seu papel alienante na sociedade brasileira como um todo. Quando não promovendo a manutenção do racismo, colocando a luta antirracista numa posição de acessório quando comparada à luta de classes.



Como vimos nos capítulos anteriores, organizações da esquerda foram de extrema importância para a formação do Movimento Negro Unificado, para que ele tivesse as características de formação que ele teve. Lutas essas que vão unir as pautas de enfrentamento do racismo como o fim do mito da democracia racial, combate à violência racial, por exemplo, e com as pautas defendidas pela esquerda como enfrentamento da ditadura, luta pela anistia e pelo fim da luta de classes.

Isso se dá, pois os militantes negros que tiveram contato com essas organizações se apropriaram de um conhecimento compartilhado dentro dessas organizações. Ali eles conhecem teóricos da esquerda, tem contato com a teoria, mas não tem suas pautas levadas em consideração como podemos ver nesse depoimento de Milton Barbosa, militante fundador do Movimento Negro Unificado:

Em 1973 eu entrei na USP, em economia e tive contato com o pessoal do grupo de esquerda. Na época era o pessoal da Liga Operária. Eram Trotskistas então começamos a fazer discussão... Como eu e Rafael eramos muito amigos, nós começamos a discutir juntos e entre 1974 e 1976 nós participamos da Liga Operária. Nós eramos muito jovens e foi muito importante esses dois anos de experiência na Liga Operária. Nós aprendemos muito! Estudamos Marx, Lênin, Trotsky... Depois começamos a ter contato, estudar também, os africanos... Depois na Liga Operária a gente começou a ver que a gente colocava a questão do negro, mas eles não davam muita importância aí saímos fora.<sup>11</sup>

Dessa forma, podemos perceber que se atualmente temos o combate ao racismo como uma das pautas defendidas pelos grupos de esquerda, isso é resultado da atuação e trabalho dos militantes negros da década de 1970 que, por sua atuação pela esquerda e pelo movimento negro, relacionaram a luta antirracista com a luta de classes defendendo a perspectiva que o sistema capitalista alimenta relações raciais desiguais para o movimento negro e a perspectiva que as teorias importadas alinhadas com o combate à luta de classes precisavam ser adaptadas considerando as relações raciais específicas do Brasil e, mostrando a esquerda, que essas relações não eram definidas por uma ideia de miscigenação e sim de exclusão e preconceito.

Mais uma vez nas palavras de Rafael Pinto:

Nós fomos pros sindicatos aos partidos, fizemos uma opção, entendeu? Para a construção do PT, tranquilo, por quê? Porque a esquerda tradicional existente no Brasil formado pelos partidos comunistas, nos negavam. É, não pensa você que foi doce no movimento estudantil fazer a luta que nós fizemos. Havia uma crítica das próprias correntes do movimento estudantil que refletiam, entendeu? Sobre o posicionamento dos comunistas, entendeu? Da negação a organização independente do movimento negro, lógico. Lógico que existia. Obviamente posteriormente há uma crítica, há uma autocrítica em relação a isso.<sup>178</sup>

<sup>178</sup> PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Op. Cit.

O mito democracia racial era uma ideologia tão enraizada na sociedade brasileira que afetava inclusive os aliados do movimento negro, como a esquerda. No caso das mulheres negras, esse desafio era ainda maior, pois suas vidas eram atravessadas por relações desiguais de gênero, não só na sociedade como um todo, mas também dentro do movimento negro.

Nesse sentido, é impossível falar da intersecção entre raça e gênero no movimento negro brasileiro sem falar de Lélia Gonzalez. Unindo sua produção acadêmica, ativismo no MNU e vida política, tendo sido candidata a deputada primeiro pelo Partido dos Trabalhadores e depois pelo Partido Democrático Trabalhista, Lélia dedicou a maior parte da sua vida à militância em favor das mulheres negras, inclusive dentro do MNU.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva.<sup>179</sup>

É a partir da militância dentro do Movimento Negro Unificado, vendo e experimentando as diferentes formas de opressão às mulheres negras não só nos espaços externos, mas nos espaços internos da organização, que Lélia passou a atuar mais marcadamente contra o preconceito específico contra mulheres negras. Vilma Homero, jornalista e militante do movimento negro carioca, afirma em seu depoimento:

Vilma Homero: Olha, dentro do MNU essa discussão começou eu acho que até por intermédio de Lélia, a questão de gênero que ela começou muito a escrever sobre isso, né? E isso gerava tal uma discussão e aí a gente falava sobre o machismo que também vinha dos meninos (militantes do MNU). E outros grupos também que a gente tinha contato, né? As mulheres começaram... porque também, independente de qualquer coisa, o movimento feminista estava começando na época, estava se tornando forte então essa questão extrapolava o movimento negro e ao mesmo tempo surgia também no movimento negro a Lélia discutia muito a questão de gênero, né? De raça e gênero e aí assim a gente também viu surgir algumas mulheres queriam que a questão feminina, a questão feminista fosse tratada de uma em separado da questão negra e aí algumas... a discussão semeava e aí se formaram alguns grupos de mulheres. Além do MNU vários grupos do movimento negro.

Stephanie: Mas no caso fora ou eram pequenos grupos de dentro do Movimento Negro Unificado?

Vilma Homero: Não, as meninas do Movimento Negro Unificado que quiseram e tal foram formando grupos até com mulheres de outros grupos. Eu não me lembro se

<sup>179</sup> GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1987, p. 224.

foi assim que surgiu o Crioula. Enfim, mas foi não especificamente que nasceu dentro do MNU, mas como uma coisa que estava nascendo entre os grupos.<sup>180</sup>

A partir daí surge então para Lélia e para outras mulheres do movimento negro contemporâneo a necessidade de se organizar em grupos de mulheres negras para que suas que as problemáticas específicas experimentadas pela interseccionalidade entre raça e gênero fossem ouvidas já que muitas vezes nos espaços mistos isso não acontecia. No IPCN isso também aconteceu, como nos conta Carlos Alberto Medeiros:

A partir de um determinado momento as mulheres reivindicaram, o que não teve problema nenhum, que a nossa reunião geral do grupão passou a ser às 15 horas e ia embora até à noite e as mulheres passaram a se reunir às 13h. Então tinha uma reunião e dali que começou essa coisa das mulheres negras fazerem alguma coisa separada né? Pra depois se juntarem uma reunião mais ampla com o grupão ali começou e foi exatamente quando eu conheci a Beatriz [Nascimento].<sup>181</sup>

Isso acontece por volta de 1975 ou 1976 no início da organização do IPCN. As relações de gênero dentro do IPCN pareciam ser mesmo desiguais e as vozes das mulheres eram por muitas vezes ignoradas. Vera Mara Teixeira, militante gaúcha que vem para o Rio com a família e é importantíssima para a organização do Movimento Negro Unificado no Rio de Janeiro, compartilha suas memórias de uma situação constante que acontecia nas reuniões do grupo:

Aqueles “negos” de cabeça dura que eu te falei?! Que batia de frente com eles em assembleia várias vezes? Várias vezes mesmo! A gente, mulher, tinha que subir na cadeira para eles ouvirem a gente porque eles não ouviam! Achavam que... Sempre as propostas deles eram mais valiosas que as nossas, entendeu? Era assim... Vergonhosamente machista! E eu ficava p da vida! Subia nas tamancas e eles me odiavam! A palavra deles tinha que ser a final.<sup>182</sup>

É a partir de situações como a relatada acima que, dentro do movimento negro que vai ter origem na década de 1970 e vai se estender na década de 1980, questões de interseccionalidade, ou seja, a intersecção entre raça e gênero, vão começar a ganhar espaço nos escritos de Lélia e no discurso das militantes do movimento negro. Sobre interseccionalidade:

---

<sup>180</sup> HOMERO. Vilma. Vilma Homero. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

<sup>181</sup> MEDEIROS. Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros. Depoimento [abril, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

<sup>182</sup> TEXEIRA. Vera Mara. Vera Mara Teixeira. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.<sup>183</sup>

Ainda que o termo interseccionalidade tenha sido criado em 1989 por Kimberly Crenshaw e amplamente difundido a partir dos anos 2000, ele enquanto significado já vinha sendo debatido por mulheres negras brasileiras desde a década de 1970, tendo como resultado, por exemplo o Movimento de Mulheres Negras na década de 1980. Isso é resultado da atuação e produção acadêmica não só de Lélia Gonzalez, mas de outras ativistas e escritoras como Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, entre outras, que precisaram se organizar numa dupla militância contra o racismo e contra o sexismo<sup>184</sup>.

Mas se a proeminência de Lélia Gonzalez nos rendeu avanços dentro e fora do movimento negro, ela de certa forma também é usada como motivo para os militantes homens não repensarem esse aspecto da sua militância. Muitas das vezes que foram os perguntados sobre as relações de gênero internas ao movimento negro as respostas foram: “Ah a Lélia escreveu sobre isso”, “Isso era com a Lélia”, impedindo uma discussão ampla sobre um tema que não deveria ser discutido apenas pelas mulheres. Essa esquiva nas perguntas relacionadas às questões de gênero não deixa de ser uma resposta. Como estudado por Michael Pollak o “não-dito” tem também uma função importante na análise das memórias e nas narrativas sobre o passado:

As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.<sup>185</sup>

No caso dos militantes entrevistados, talvez o receio de ser julgados como machistas por suas atitudes do passado ou até mesmo de serem mal interpretados, os fazia sempre recorrer à memória de Lélia Gonzalez ao invés de explorar as suas próprias. De qualquer forma, nossa intenção foi de entender como se davam essas relações e de onde parte a

<sup>183</sup> COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. trad. Rane Souza. São Paulo :Boitempo, 2020, pg. 17.

<sup>184</sup> RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane G. Ativismo feminista negro no Brasil: Do Movimento de Mulheres Negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política** 34, E238917, 2021, pp.1-54.

<sup>185</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989. p. 8.

organização negra feminina no movimento negro contemporâneo. Para tal gostaríamos não só de ter entrevistado mais militantes mulheres, como também que os homens entrevistados estivessem mais abertos a discutir o assunto.

Se as relações com a esquerda e as tensões provocadas pelas relações de gênero foram parte importante da fundação de um novo movimento negro no eixo Rio-São Paulo, também é importante para essa pesquisa como esse movimento se relacionou entre si. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial é fundado em São Paulo, mas com participação carioca no seu processo de formação. Ainda em São Paulo temos o Centro de Arte e Cultura Negra (Cecan) que foi importante para a organização dos militantes fundadores do MNU apesar da maioria que compunha a organização ser contra o ato de fundação do movimento. No Rio temos a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) que tentou se integrar, participou do processo de criação do MUCDR, futuro MNU, mas sai logo no início da estruturação desse novo movimento, temos também no Rio o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e, por fim, o Movimento Black Rio movimentando milhares de pessoas negras todas as semanas. Como que internamente essas relações aconteciam?

Ao iniciar essa pesquisa algumas premissas que tínhamos não se confirmaram. Ou melhor, se confirmaram, mas as respostas das perguntas que levantamos tinham mais camadas que eu imaginei a princípio. Quando decidimos analisar as divergências, tensões e convergências que marcaram o início do movimento negro contemporâneo, começamos com algumas hipóteses baseadas na bibliografia que tive acesso no período. Uma dessas questões era a relação do movimento negro “político” - aqui entendendo político como os militantes da época o faziam, político como sinônimo de movimento negro que atua com foco no protesto social - com os que atuavam por meio das manifestações culturais. Ao longo dessa pesquisa essa questão do viés político em oposição ao viés cultural de atuação foi crescendo e agora ela me parece central para entender as relações internas ao movimento negro contemporâneo no Rio e em São Paulo.

Vamos começar com o Movimento Black Rio. Sempre me pareceu absurdamente estranho o fato de estar acontecendo um dos maiores fenômenos de mobilização cultural negra e não ter registro de uma atividade em conjunto com outras iniciativas de mobilização racial mesmo que política. Ainda que fossem escopos de atuação diferentes, só pelo teor básico de reunião, já que a raça era fundamental para organização do Movimento Black Rio, seria de se pensar que as iniciativas negras do período se aproximariam dos bailes, já que vimos que apesar de ter sido lançado em São Paulo, o MNU se via como uma iniciativa

nacional unificada e contou com representação do Rio de Janeiro desde os primeiros momentos de fundação.

Carlos Alberto Medeiros, um dos fundadores da Sinba e do IPCN, relata sua experiência com a música soul e nos proporciona um quadro sobre a aceitação dos bailes no período:

Havia até um setor do movimento negro que também criticava, não era todo mundo que gostava disso. No início dos anos 1970, enquanto James Brown estava cantando “Say it loud: I’m black and I’m proud” – “Diga em voz alta: sou negro e tenho orgulho” –, o Salgueiro teve um samba enredo que era assim: “Ô, ô, ô... Que saudade da fazenda do senhor.”(...) Não dava para competir. Então o soul trazia uma outra coisa. Eu falo do soul e seus filhotes. O reggae é um filhote do soul – o Bob Marley era cantor de soul. Eu estava conversando outro dia com o Vovô, fundador do Ilê Aiyê, recuperando essa história, porque tem um livro do Antônio Risério, Carnaval Ijexá, em que ele mostra como o soul está ligado ao próprio surgimento dos blocos afro. “Carlinhos Brown” é por causa do James Brown.<sup>186</sup>

Diferentemente da impressão de que Medeiros tinha no período sobre os bailes black, nas entrevistas realizadas para esta dissertação nenhum dos entrevistados disse não gostar da iniciativa dos bailes. Claro que isso não significa que Carlos Alberto Medeiros esteja equivocado. Pode significar simplesmente que entre as pessoas entrevistadas ninguém tivesse realmente nada contra os bailes ou podem simplesmente não se lembrar mais dessa rixa.

Mesmo que nas entrevistas realizadas agora ninguém tenha expressado resistência ou se lembre de antagonismo com os bailes na década de 1970, qual era de fato a relação entre o movimento negro, aqui representado pelos militantes do MNU, e o Movimento Black-Rio? Existia uma interação entre eles? Até que ponto eles se encontravam na prática da sua militância? Interessa-nos entender se mesmo os que eram a favor dos bailes os entendiam com uma forma de atuação dentro do movimento negro ou era apenas uma empatia causada pela mobilização causada pela raça. Ou seja, esses militantes viam o Movimento Black-Rio como uma iniciativa de resistência negra? Os articuladores do Movimento Black-Rio eram vistos também como ativistas negros? A resposta mais direta é não. No entanto, não era exatamente da mesma forma que esses militantes se relacionaram com o Movimento Black-Rio. Percebe-se uma diferença no discurso dos militantes do MNU no Rio identificados com o viés cultural em relação aos militantes que alinhados com o viés mais político da atuação.

Os militantes do Rio relacionados com a SINBA e com o IPCN, que romperam com o Movimento Negro Unificado bem no início da sua estruturação, Amauri Pereira e Carlos

<sup>186</sup> MEDEIROS, Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h50min), p. 22.

Alberto Medeiros, parecem associar a atuação dos bailes a uma prática política mesmo que indireta. Amauri diz que realizaram reunião antes e depois dos bailes ainda nas quadras dos clubes onde eram realizados<sup>187</sup>. Carlos Alberto comenta que, apesar de não discutirem política explicitamente, os bailes organizados por Dom Filó tinham uma característica de atuação para além da música, com foco na autoestima e bem-estar do negro através da estética:

Tinha uma característica que ele passava slide com mensagens, fotos tiradas exatamente dessas revistas negras, então mostrava um casal negro, aí mostrava um jovem negro com a mensagem: “Estude!” e não sei o quê, mensagens assim positivas mas não tinham mensagens praticamente raciais, né?<sup>188</sup>

Mesmo que a fala do entrevistado questione a existência de mensagens raciais nos bailes, acredito que isso se deve a noções estreitas do que pode ser considerado político, o que vai marcar essa dicotomia entre o cultural e o político que os militantes do movimento negro defendiam. Atualmente, a autoafirmação e a valorização do fenótipo negro, a defesa do relacionamento afrocentrado e a importância da representatividade já são consideradas mensagens raciais por si só e são pilares importantes do movimento negro brasileiro. O que demonstra que havia uma atuação dos bailes organizados por Filó que está em consonância com atuação do movimento negro que vai se consolidar nos anos seguintes, até mesmo no Movimento Negro Unificado que valorizava aspectos mais abertos da luta contra o racismo:

---

<sup>187</sup> MEDEIROS. Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros. Depoimento [abril, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

<sup>188</sup> Ibidem.

Figura 12 - Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado. Nº 19. maio, junho e julho de 1991



Fonte: Retirado do Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

Como podemos observar na edição de 1991 do jornal do MNU reproduzido acima. Aqui podemos ver que uma foto de um casal negro se beijando é usada como símbolo de resistência à violência racial, assim como nos slides que eram apresentados por Dom Filó nos bailes de música soul no subúrbio carioca.

No caso dos militantes que fizeram parte do MNU, a pergunta sobre a interação com os bailes foi recebida quase sempre com espanto e não foi entendida logo na primeira vez. Todos pareceram nem imaginar na época os bailes como uma possibilidade de aliança política para expandir o movimento negro como, por exemplo, o Grupo Decisão atuava nessa mesma década na Escola de Samba Vai-Vai em São Paulo. Mas aqui no Rio de Janeiro parece que isso não aconteceu. O depoimento de Vilma Homero ilustra bem essa questão:

Não, eu tinha a maior vontade, mas não cheguei a ir[nos bailes]. O que eu sinto muito, né? Já rolavam os bailes no Renascença. E depois que a coisa tomou mais vulto e tal... tinham os bailes de Madureira por ali e eu nunca... eu queria ir, a gente pensava em organizar para ir e nunca chegou a ir realmente, mas eu tinha a maior



vontade. Até porque os bailes eles tomaram um vulto que extrapolou, mas extrapolou, era assim um o modismo. Assim, saiu a matéria no jornal, esse tipo de coisa, que depois tomou um vulto muito grande, né? E aí eu vi as matérias, estava empolgadíssima e tudo. Mas infelizmente não cheguei a ir.<sup>189</sup>

Esse trecho da entrevista mostra que apesar de não ter um tom de crítica, ou lembrança de algum tipo de indisposição no período, a ativista também não percebia o Movimento Black Rio com a prática política que exercia na época. Os depoimentos dos militantes se refletem mais em uma empatia pelo fato do Movimento Black Rio reunir várias pessoas negras do que de fato em associá-lo a prática política que exerciam. Sobre isso, Hanchard diz que:

Quanto a esse aspecto, podemos distinguir a empatia política da prática política, na medida em que a empatia pode ser caracterizada como um sentimento favorável a certas práticas, ao passo que a práxis se articula através da assunção de responsabilidades e do sentimento de participação política.<sup>190</sup>

Dessa forma, conclui-se que seja por forma de empatia, de desprezo ou de ignorância, o movimento negro do Rio de Janeiro na década de 1970 não percebia o Movimento Black Rio como parte de si. Havia interações, como a já conhecida amizade entre Dom Filó e Carlos Alberto Medeiros, idas aos bailes pelos militantes, algumas reuniões realizadas no mesmo espaço, mas essa aproximação nunca foi passada para a esfera da prática da militância dessas pessoas. Isso se deve muito à divisão interna criada no período entre cultura e política como forma de atuação do movimento negro.

O debate sobre cultura x política foi muito importante para o movimento negro contemporâneo. Muito forte em Salvador, na Bahia, onde a linha cultural era muito atuante por meio de blocos de carnaval, sendo o mais conhecido deles o Ilê Aiyê, e porque era a cidade onde o MNU tinha a maior representação junto com São Paulo e Rio de Janeiro, essa discussão marcou a década e as relações entre o movimento negro na cidade:

Nós já fomos chamados de falsos africanos, de tocador de tambor, pelos próprios negros do pessoal do movimento negro, então as pessoas achavam que tinha que ser pelo político e não pelo pessoal, só que nós mostramos ao pessoal que só o fato de a gente criar um bloco desse já é um ato político, já foi um ato político e você faz o político junto com o cultural, porque se você fizer aqui reuniões do movimento negro só vão os mesmos, só iam os mesmos. Às vezes, tinham mais brancos do que negros nas reuniões, nos seminários onde tinham pesquisadores, e no bloco afro você faz na rua e você vê o apelo popular e ali você passa todas as informações.<sup>191</sup>

<sup>189</sup> HOMERO, Vilma. Op cit.

<sup>190</sup> HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder : o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo** (1945-1988); tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 141.

<sup>191</sup> SANTOS, Antonio Carlos dos. Antonio Carlos dos Santos (Vovô) (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 22min), p. 22.

No trecho do depoimento de Antônio Carlos Santos, o Vovô, fundador da Ilê Aiyê, reproduzido acima vemos como essa questão era forte na Bahia. Mas, se o pessoal da linha cultural estava se sentindo atacado pelo movimento negro em Salvador, esse achava que a única escolha de atuação válida para aquele momento em especial era a atuação política de oposição ao governo militar como observamos no depoimento de Gilberto Leal, militante do movimento negro baiano na década de 1970:

E, dentro do AI-5, falar que o Brasil era um país racista, era subversão e consequentemente sujeito a todas as penalidades. Era subversivo e subversivo é cadeia, porrada e qualquer coisa mais. Então nós convivíamos com isso: com a luta negra em pleno período da ditadura militar, com o cassetete e a porrada da polícia, o braço armado e a ditadura batendo firme na gente. Eu sei que muita gente fala: “ah não, nós temos um movimento cultural que também se desenvolveu no período”. Mas não enfrentava a ditadura militar e não era um movimento de contestação política, era um movimento de ocupação de espaço estético e era real, ainda é até hoje muito, mas quem começou com o processo na Bahia de movimento político contestatório enfrentando os poderes constituídos de repressor foi o Movimento Negro organizado, organizado a partir desses pilares que se teve.<sup>192</sup>

Essa cisão pode ter encontrado seu ápice na militância da Bahia, mas não foi exclusividade deste Estado. Onde havia representação do MNU houve essa tensão em maior ou menor grau. Isso porque o MNU é resultado exatamente dessa cisão que ocorre na forma de pensar de parte do movimento negro brasileiro na década de 1970, devido à aproximação com as organizações de esquerda no contexto político da ditadura civil-militar, o enfretamento do governo autoritário, o protesto social e denúncia do mito da democracia racial. Sobre isso, é interessante o depoimento de Ivair dos Santos<sup>193</sup>:

Em 1976, 1977, já havia uma tensão, no meio do movimento negro, entre aqueles que defendiam que era uma mudança cultural e os que defendiam uma mudança mais profunda. Os primeiros achavam que a mudança tinha que acontecer através de informação: “Temos que publicar mais, organizar poesia, organizar contos, fazer eventos esportivos, tentar reunir a comunidade.” Era a linha do Feconezu, era a linha do Quilombhoje – uma tendência que a gente batizou de “culturalista”. Eram pessoas que tinham feito as opções corretas, mas que a gente não sabia avaliar naquele momento. E havia as pessoas oriundas, como eu, do movimento político, que queriam uma manifestação mais política, mas nós não tínhamos nenhum cabedal para fazer isso. Eles tinham um projeto específico de literatura, de teatro, de festival, e nós querendo transformar aquilo em uma coisa política, negando que aquilo fosse política. No bojo disso surge uma cisão e, na minha avaliação pessoal, o MNU surge dessa cisão.<sup>194</sup>

<sup>192</sup> LEAL, Gilberto Roque Nunes. Gilberto Roque Nunes Leal (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 47min), p. 23.

<sup>193</sup> Ivair Augusto Alves dos Santos nasceu em São Paulo em 1952. Atuou pelo Movimento Negro no Brasil e em Angola nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

<sup>194</sup> SANTOS, Ivair Augusto Alves dos . Ivair Augusto dos Santos (depoimento, 2004 / 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 0min), p. 29.

O ano de 1978 além da criação do MUCDR traz também o centro dessa cisão que vai se formar no movimento negro paulista entre cultura e política. Se o lado da política defendia o protesto social, a ocupação das ruas como forma de atuação, a linha cultural preferia os festivais e intervenções culturais como o 1º Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU) que aconteceu em Araraquara, município do interior de São Paulo. Essa linha cultural também vai criar, em 1980, o Quilombhoje um coletivo cultural que tinha e tem, pois ainda está em atividade, o objetivo de discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura<sup>195</sup>. O FECONEZU e o Quilombhoje, citados por Ivair Santos em sua entrevista supracitada, são exemplos dos caminhos de atuação defendidos por militantes paulistas que se discordavam do ato que aconteceu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo e dessa guinada à política que a criação do MUCDR significou para o movimento negro.

Milton Barbosa concorda com Ivair, inclusive no sentido de que no momento da entrevista cedida ao CPDOC ambos tinham uma visão diferente da que tinham na década de 1970:

Hoje eu avalio, por exemplo, que o Movimento Negro Unificado jogou pesado demais nessa coisa da política para se contrapor ao cultural. Nós chamávamos de culturalista, porque, de uma certa forma, é uma resistência, mas também estava sendo absorvida pelo sistema, tirando aquele aspecto de luta, estabelecia limites de intervenção. Então nós começamos a entrar com essa coisa do político com muita força [...] Na verdade, o movimento político meteu um rolo compressor sobre as entidades culturalistas. Na realidade, nós não tínhamos capacidade para ter trabalhado essa coisa. Nós mesmo que criamos essa coisa meio antagonica. Segundo eles, meio a reboque da coisa... Hoje eu avalio que isso foi um erro na nossa ação. Nós tínhamos que ter sabido trabalhar melhor esse negócio.<sup>196</sup>

O termo culturalista, também aparece culturalismo, é empregado para denominar as organizações que eram abertamente culturais em contraposição ao que os militantes na época chamavam de política. Essa dicotomia criada pelos militantes do período se manifesta nos depoimentos, mas também em estudos importantes sobre o movimento negro da década de 1970, como o livro de Amílcar Pereira, no qual usa como fonte os depoimentos de militantes do movimento negro de vários Estados brasileiros, principalmente da Bahia, para abordar as tensões que aconteceram entre esses militantes no que concerne a sua atuação no período. A própria carta de lançamento do Movimento Negro Unificado defendia que centros de luta contra a discriminação deveriam ser onde o negro estivesse, incluindo espaços tradicionalmente culturais, como as escolas de samba. Ora, algumas questões surgem em relação a essa divisão defendida principalmente pelos ativistas do MNU. A primeira é que

<sup>195</sup> Informações retiradas de: <https://www.quilombhoje.com.br/site/quilombhoje/>

<sup>196</sup> BARBOSA, Milton. Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h 15min), p. 16.

vários desses ativistas vinham das instituições que surgiram no início ou meados da década de 1970 que, como vimos nos capítulos anteriores, realizavam atividades culturais. O próprio Milton Barbosa foi um dos principais componentes do CECAN. Então será que essa dicotomia realmente acontecia na prática? Em entrevista realizada com Ivair Santos para essa dissertação, ele disse:

Stephanie Santana: Eu li em entrevistas de outros pesquisadores militantes do período falando que, na década de 1970, havia uma tensão alguns outros militantes por quem atuava na cultura. Você estava fazendo a sua peça nessa época. Você sentia isso? Viu isso acontecer?

Ivair Santos: Não, olha, se tinha, a gente nem prestava atenção. Eu queria era fazer. Ah, não estava nem aí pra esses caras. A gente ia e fazia. A gente não ficava discutindo assim [...] A gente achava que a nossa peça era política. A gente não ficava discutindo. Era panfleto, era jornal, era discussão. Entendeu? Essa divisão cultura na verdade ela começa a aparecer a partir do daquele livro do Orfeu e Poder, sabe?<sup>197</sup>

Apesar de ter recebido as palavras de Ivair com surpresa, pois sabia dessa entrevista que ele tinha concedido ao CPDOC quase 20 anos antes, citada anteriormente na qual ele afirma que existia essa competição entre cultura e política e até repensa seu posicionamento anterior, acredito que sua fala pode nos proporcionar reflexões e perguntas importantes. Primeiro por conta da pluralidade entre os diferentes grupos do movimento negro é normal que esses grupos tenham sentido isso de maneira distinta. O que dependendo da posição que esses militantes tivessem os efeitos eram mais fortes ou mais fracos já que algumas atividades culturais eram parte da atuação do MNU, como por exemplo, a participação de militantes nas escolas de samba, que entendiam a tradição do movimento negro brasileiro de atuar por meio da cultura. Então qual era o motivo dessa tensão criada entre militantes entre cultura e política? O livro citado por Ivair Santos *Orfeu e Poder* de Michael Hanchard talvez nos traga essa resposta.

Em *Orfeu e Poder*, Michael Hanchard faz uma análise de cerca de 40 anos de atuação do movimento negro do Rio de Janeiro e de São Paulo de 1945 até 1988. Para isso, ele usa como fonte principal entrevistas com militantes negros das duas cidades. Nesse livro, Hanchard pretende analisar o porquê, segundo ele, o movimento negro brasileiro não atingiu o mesmo patamar de alcance e de apoio civil como os Movimentos pelos Direitos Civis nos Estados Unidos e os Movimentos de Libertação em África que aconteceram no mesmo período e ele defende que a razão para isso se divide em duas principais vias: a primeira é o

<sup>197</sup> SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. Ivair dos Santos. Depoimento [abril, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

culturalismo e o segundo o fato que o Brasil é uma hegemonia racial e essa foi talvez seja a maior contribuição do livro para o estudo do movimento negro no Brasil: a aplicação do conceito de hegemonia de Gramsci para como chave analítica para as relações raciais no Brasil. Dessa forma, mais que uma democracia racial, o Brasil seria então uma hegemonia racial na qual as elites brancas despolitizam as relações desiguais no Brasil entre brancos e negros, neutralizando a identidade negra tornando seus símbolos nacionais.<sup>198</sup>

Hanchard quando fala sobre a tradição cultural do movimento negro brasileiro, ele usa culturalismo pra falar dessa tendência cultural do movimento negro no Brasil que se concentrava em aspectos do passado como a glorificação da memória de Zumbi, da relação com a África e da escravidão, estando sempre a olhar para o passado ao invés do presente e do futuro. Daí vem o nome do livro, inspirado no filme francês ambientado no Brasil “*Orfeu Negro*”, que por sua vez é uma versão adaptada do mito grego de Orfeu. Tanto no mito como no filme, Orfeu é apaixonado por uma mulher de nome Eurídice que acaba morrendo prematuramente e interrompendo esse amor. Inconformado, Orfeu recorre a um ritual de Candomblé para encontrar Eurídice e trazê-la de volta para o mundo dos vivos e ele recebe a permissão da Morte para buscar Eurídice, desde que por todo o caminho de volta ao mundo dos vivos, ele caminhe à frente dela e não olhe para trás. No entanto, Orfeu não resiste a olhar o rosto da mulher que ama e Eurídice é mandada de volta. Nesta analogia, o movimento negro brasileiro é Orfeu que não atinge seus objetivos ao olhar mais para trás que para frente.

Bom, com essa analogia, Michael Hanchard deixa clara sua crítica à atuação do movimento negro brasileiro, que olha para o passado de uma maneira que ela chama de fetichista e que não abarcava as maneiras contemporâneas, no período de 1980, de enfrentamento do racismo. Ele chega a afirmar que o culturalismo “afastou o movimento negro das estratégias de mudança política contemporânea e o aproximou-o de um protesto simbólico e de uma fetichização da cultura brasileira.”<sup>199</sup> O culturalismo, para Michael Hanchard, não seria a prática cultural em si, mas a prática cultural desvinculada de um viés de questionamento da hegemonia racial estabelecida no Brasil. Ele ainda argumenta que um dos maiores desafios do movimento negro brasileiro é a diferenciação entre a cultura como folclore e a cultura como base valorativa da atividade ético-política.

---

<sup>198</sup> BAIROS, L. Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20863. p. 180. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20863>. Acesso em: 4 out. 2023.

<sup>199</sup> HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**; tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 121.

Apesar de ser um livro importantíssimo para o estudo do movimento negro contemporâneo, ele faz duras críticas à atuação do movimento negro e sua análise parte do pressuposto que o movimento negro brasileiro não obteve sucesso. Ainda que a intenção do livro não seja necessariamente fazer um estudo comparativo, ele traz os exemplos do movimento negro norte-americano e os Movimentos de Libertação em África para dizer que o movimento negro no Brasil ainda não teve o que ele chama de “momento histórico”, ou seja, uma disputa aberta e direta pelo poder. Dessa forma, acaba ignorando a formação racial da sociedade brasileira que traz especificidades próprias do seu processo e talvez o sucesso do seu movimento negro, o que Michael Hanchard chama de “momento histórico” seja diferente das experiências norte-americana e africanas.

O livro gerou uma reação nos militantes negros quando foi lançado, principalmente entre os que faziam parte do MNU e também entre os pesquisadores do tema no Brasil. Uma dessas pesquisadoras é Luiza Bairros, socióloga e militante do MNU, que escreveu uma resenha sobre o livro. Em “Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”, Bairros afirma sobre a abordagem do livro de Hanchard:

As respostas a estas questões distribuem-se de forma às vezes contraditória e confusa, ao longo de cerca de duzentas páginas. Contraditória, porque as análises apresentadas oscilam entre a afirmação do baixo nível de consciência racial e de organização entre afro-brasileiros, e a constatação de que, afinal de contas, a experiência do movimento negro não pode ser considerada um fracasso. Confusa, porque o conceito teórico básico - hegemonia racial - é aplicado de forma inconsistente, mudando ao sabor da ambivalência das pressuposições do autor.<sup>200</sup>

De fato, ao longo do livro fica difícil entender se o autor considera a experiência do movimento negro um sucesso, um fracasso ou algo entre as duas opções. O fundo de comparação com a experiência norte-americana e africana parece ter um peso maior que a experiência afro-brasileira por si só. No entanto, o conceito de hegemonia racial é adaptado à realidade das relações raciais brasileiras com efetividade e serve como uma interessante chave analítica da política racial no país.

Bairros também critica a abordagem que Hanchard tem da dimensão afro-diaspórica, que o movimento negro brasileiro utiliza como fator mobilizador e que, para a pesquisadora, o livro apresenta mais com um problema que como uma chave analítica de como as trocas entre negros em diversos lugares no mundo contribuíram para a formação da identidade, ou das identidades, afro-brasileira. Nesse apontamento, Bairros tem razão. Na análise de Hanchard, inclusive base do que ele chama de culturalismo, há um olhar para as trocas que os militantes

---

<sup>200</sup> BAIROS, L. Op. Cit. p.174.

experimentaram como um problema e talvez seja porque muitas das vezes essas trocas se deram muito mais no campo cultural que no campo da política racial. De uma forma ou de outra, Hanchard deixa escapar a potência que a formação da identidade negra descentrada, construída não em cópia de identidades americanas e africanas, mas em consonância com elas, tiveram para a atuação do movimento negro no Brasil.

No geral, a resenha de Luiza Bairros acrescenta novas possibilidades de se buscar respostas para as questões levantadas por Hanchard e que adicionam camadas à abordagem do autor. Mais que isso, Bairros localiza a perspectiva de Hanchard como afro-americana da política racial no Brasil, o que parece ser pertinente quando o autor toma a experiência americana como exemplo de atuação. No entanto, o texto de Bairros não reconhece as contribuições feitas por Hanchard para a discussão do tema no Brasil e parece querer definir as perguntas ideais para nortear a pesquisa dele.

Em resposta ao texto de Bairros, Hanchard afirma que o que ela entende como confuso e contraditório, ele chama de dialético. Ele explica que:

(...) o que Bairros chamou de "confuso e contraditório", eu chamo de dialético. Como método de análise, a dialética não conduz à simetria, mas revela tensões entre e no interior das forças sociais. Daí porque o culturalismo e a hegemonia racial são assimétricos, e porque o uso pelos movimentos de práticas culturais como veículos políticos levou a novas tensões e paradoxos no interior do mesmo movimento.<sup>201</sup>

Hanchard também respondeu a crítica de Bairros e de outros pesquisadores sobre seu uso das relações diaspóricas e sua definição de culturalismo que parecia desconsiderar que, para algumas sociedades, como a brasileira, por muito tempo todos os outros espaços lhes foram privados:

Bairros e os outros levantaram uma crítica válida e que esse tema deveria ser melhor desenvolvido em *Orpheus and Power*. Em toda a diáspora africana (e entendo aqui por diáspora especificamente as populações africano-americanas que vivem em sociedades dominadas por brancos), as populações de descendência africana utilizaram consistentemente a música, a dança e outras formas de expressão cultural para exprimir descontentamento, solidariedade e resistência, na ausência relativa de poder institucional e estatal. O culturalismo, tal como o caracterizei, existe quando os movimentos negros no Brasil utilizam quase exclusivamente práticas culturais, com pouca utilização de outras formas de expressão política<sup>202</sup>

Se por um lado a resposta de Hanchard reconhece que o tema do culturalismo deveria ter sido melhor trabalhado em "Orfeu e Poder", por outro ele diz que culturalismo, como ele

---

<sup>201</sup> HANCHARD, M. Resposta a Luiza Bairros. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, 1996, p. 229. DOI: 10.9771/aa.v0i18.20908. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20908>. Acesso em: 6 out. 2023.

<sup>202</sup> *Ibidem*, 229.

caracterizou, é um termo para se referir à tendência brasileira de criar organizações que usam quase que exclusivamente práticas culturais como sua expressão política e acaba por confirmar o argumento de Luiza Bairros que suas definições de culturalismo não se mantêm a mesma durante toda sua argumentação, já que ele mesmo diz em seu texto que culturalismo era uma prática cultural específica.

Outra resenha importante é a escrita pelo antropólogo Peter Fry, intitulada “Por que o Brasil é diferente?”<sup>203</sup>, na qual ele critica também a abordagem de Hanchard, principalmente seu tom comparativo com o movimento negro norte-americano. Fry argumenta que apesar de Hanchard entender que a sociedade brasileira é diferente da norte-americana, ele diz que há mais semelhanças que diferenças entre as duas tornando a “democracia racial” uma questão exterior ao centro da sua teoria para o Brasil que envolve a hegemonia racial, como já abordamos. De certa forma, Fry também defende que faltou à análise de Hanchard considerar a especificidade da sociedade brasileira:

Não estou querendo dizer com isso que o Brasil é “melhor” ou “pior” do que o restante do mundo do ponto de vista das relações “raciais”. Apenas afirmo que ele é diferente. Pode-se dizer o mesmo dos Estados Unidos. Nem um país nem o outro são exemplos a seguir, ou mercadorias a ser exportadas. De seu confronto, porém, fica-nos a poderosa advertência de que “raça” e “relações de raça” não têm absolutamente nada de natural.<sup>204</sup>

Diferente da resenha de Luiza Bairros mais detalhada e incisiva em suas críticas focando em diferentes aspectos do livro como a questão do culturalismo, Peter Fry tem uma abordagem mais geral do teor do conteúdo do livro. Com um texto menor ele prefere focar no aspecto de Hanchard usar o mesmo modelo de comparação para sociedades com diferentes formações e realidades, o que se configuraria como o maior “problema” do livro.

As questões debatidas por Hanchard em seu livro também mobilizaram os militantes negros na década de 1970. As discussões entre cultura e política, entre seguir a tradição ou se aventurar numa forma de resistência inaugurada por essa geração, são fatores que vão dinamizar as relações internas no movimento negro no eixo Rio-São Paulo. Agora já passados mais de 30 anos da análise de Hanchard, sabemos o que o autor na época não tinha como saber: o movimento negro alcançou um patamar na política racial do Brasil que hoje proporciona discussões amplas sobre o racismo. Não só na preservação da cultura afro-diaspórica, mas também nos meios formais da política nacional como o Estatuto da Igualdade Racial, que fomentou ações em prol do combate ao racismo, entre outros mecanismos legais.

---

<sup>203</sup> FRY, Peter. Por que o Brasil é diferente? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, p. 178- 182, junho 1996.

<sup>204</sup> *Ibidem*, 182.



No entanto, sendo feitas as críticas que cabem ao livro “Orfeu e Poder”, não me parece justo ou pertinente lançar como responsabilidade dele criar o “culturalismo” como vimos o militante Ivair Santos afirmar em seu depoimento citado anteriormente neste capítulo. A tensão entre cultura e política e certo descaso sobre algumas iniciativas culturais por parte de alguns militantes do MNU de fato aconteceu, como o próprio Ivair e outros militantes já disseram antes. Chamar a a tradição cultural do movimento negro brasileiro termo “culturalismo” pode até ter sido mais difundido após o lançamento do livro de Hanchard, mas arrisco dizer que ele assim chama essa tradição, pois os próprios militantes chamavam essas iniciativas alinhadas com o viés cultural de “culturalistas”.

Cultura e política na experiência do movimento negro brasileiro podem ter sido sentidas pelos militantes em alguns momentos como rivais, mas são complementares no leque de diversidade da atuação do movimento. Diversidade essa que é sustentada pela experiência específica do racismo no Brasil, mas que é construída em consonância com movimentos e ativistas negros no mundo. Na década de 1970, parte dos militantes no Rio e em São Paulo decidiu que havia a necessidade de investir no protesto social como forma principal de atuação. Essa mentalidade se relaciona com o contexto político de ditadura civil-militar. Rafael Pinto nos explica:

É um movimento coletivo, tá certo? A partir das condições que a comunidade negra tem em casa ele se organiza. Do ponto de vista político, existe a unidade política, mas do ponto de vista pré-operacional, há uma diversidade de ações. Nesse sentido, a riqueza nossa é aquilo que chamava de desorganização, muito pelo contrário, era possível observar que essa multiplicidade existente que reflete na organização do movimento negro hoje foi o nosso foco de resistência, nosso pilar de resistência é a nossa capilaridade, pluralidade e essa capacidade que nós tivemos de construção de unidade.[...] Na verdade, o MNU ele só consegue surgir porque teve a resistência cultural. Não tem como, só que do ponto de vista daquele momento estratégico nós tivemos que ir às ruas pra fazer denúncia do racismo.<sup>205</sup>

As relações internas do movimento negro na década de 1970 foram indiscutivelmente afetadas pelo contexto político onde estavam inseridos. A ditadura se colocou com um grande antagonista do movimento político de mobilização negra ao potencializar o mito da democracia racial integrando à sua ideologia. Com isso, os militantes negros nessa década, especialmente os que vieram de uma breve relação com os grupos de esquerda, tiveram o protesto social e o enfrentamento da violência policial, que aumentou com as blitz nas favelas

---

<sup>205</sup> PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

e interferências nos bailes blacks, priorizavam e demandavam de todos os grupos que sua atuação fosse focada na definição que eles tinham de política.

Esse foco na via política inaugura uma fase de atuação do movimento negro, mas impediu também uma maior interação e alcance do movimento provocada por rusgas internas. Como resultado, um dos maiores fenômenos de mobilização racial negra no Rio de Janeiro, o Movimento Black Rio, acabou não tendo seu potencial reconhecido pela militância organizada no Estado. Claro que não nos referimos à existência dos bailes, isso era de conhecimento público no período, mas o potencial de expansão da sua prática política não foi aproveitado por esses militantes.

A geração de 1970 e todas suas nuances deram origem ao movimento negro contemporâneo, que é formado pelas mais diferentes frentes de atuação. Além disso, foi responsável por defender pautas que não só seguiram para as gerações seguintes, como em alguns casos viraram leis, como a Lei nº10.639 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", em vários âmbitos contribuindo para o combate ao racismo no Brasil.

## CONCLUSÃO

Buscamos ao longo deste trabalho analisar e discutir o movimento negro do Rio de Janeiro e de São Paulo no contexto da década de 1970. Com foco na geração de 1978, responsável pela formação do movimento negro contemporâneo, buscamos também e principalmente entender seus desafios de organização, suas inspirações e as tensões que rodearam esse movimento. Para isso, as entrevistas realizadas por nós e por outros pesquisadores anteriormente foram essenciais para a construção de um quadro da atuação desses militantes.

Analisamos as associações formadas no início da década de 1970, aqui encaradas como início do processo que vai desencadear na fundação do Movimento Negro Unificado em 1978, pois é importante perceber a continuidade no projeto dessa geração de militantes. Eles estavam, em sua maioria, no início da sua atividade política na década de 1970 e precisaram conviver com a repressão da ditadura civil-militar, realizar suas atividades de combate ao racismo e isso influencia diretamente a criação dessas associações culturais, que num primeiro olhar podem parecer iniciativas sem relações entre si, mas com as entrevistas realizadas com esses militantes percebemos que elas foram preparação para o movimento que se formou no final da década.

Por falar em ditadura, destacamos também, que o contexto político foi crucial para definir os caminhos do movimento negro nesta década e dizemos isso quase que literalmente. Vimos o exemplo de Astrogildo Esteves, que por se tornar procurado por sua militância de esquerda em São Paulo se mudou para o Rio de Janeiro e começou a atuar no movimento negro carioca num momento em houve a saída de militantes que não concordavam com os rumos “políticos” que o novo movimento tomou. Por conta do teor da sua atuação, antes de 1978, os militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo sentiram de forma diferente a presença da ditadura civil-militar. No Rio, com exceção dos bailes que, como vimos no segundo capítulo foram acompanhados pela repressão, militantes como Amauri Mendes Pereira e Carlos Alberto Medeiros, por exemplo, sentem menos interferência direta da ditadura, pois os dois atuavam pelo viés cultural. Já em São Paulo, militantes como Astrogildo Esteves, José Adão e Rafael Pinto já tiveram experiência de uma repressão mais direta tendo que queimar documentos e sendo procurados pelo regime. De uma forma ou de outra a atuação de ambos os grupos de militantes é marcada pela ditadura que estava sempre do radar:

É muito interessante o que você vê, tanto os nomes Sinba, sociedade de Intercâmbio Brasil África, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras era um nome de fantasia eram nomes que para designar supostas organizações culturais. Exatamente para não bater de frente com o regime. A gente não era bobo. A gente sabia que eles sabiam da gente. Mas a gente não queria bater de frente. E o que que aconteceu? Isso é um negócio muito interessante. A ditadura com toda a repressão, com toda aquela coisa. Você não vai encontrar um caso de militante (do movimento) negro que tenha sido preso, torturado e morto pela ditadura. Houve membros militantes (negros) de esquerda... Mas eles por exemplo foram invadiram várias vezes o IPCN à noite pra roubar documentos acabaram até tempos depois devolvendo esse documento ah e eles estavam infiltrados lá dentro eles tinham pessoas infiltradas lá dentro... Então pareceu que essa era a diretriz (abafar o racismo e fazer vista grossa para as associações negras). E por quê? Porque eles não queriam atrair a atenção pra essa questão. Se eles imprimissem o movimento negro estariam legitimando ainda mais.<sup>206</sup>

Carlos Alberto Medeiros acredita que os militares escolheram a vigilância e não uma repressão mais interventora em cima do movimento negro para manter vivo o mito da democracia racial e manter a imagem de paraíso racial que o Brasil não só ostenta externamente, mas que grande parte dos brasileiros tinham de si mesmos. Coube então aos ativistas promover discussões sobre democracia racial e racismo no Brasil. Acredito firmemente que as discussões sobre o assunto avançaram por causa da geração de 1970 que enfrentou de frente o silenciamento sobre o racismo imposto pela ditadura.

Se a ditadura foi o grande desafio externo que os militantes tiveram que lidar, como vimos ao longo do trabalho, não foi o único. No Black Rio, parte da imprensa e dos outros militantes achavam o movimento uma mera importação americana. No MNU, as relações de gênero, com as esquerdas e divergências acerca das formas de atuação mais adequadas para cada período foram responsáveis por dinamizar as relações internas e externas do movimento negro na década de 1970. Perceber essas tensões, que também podem ser encaradas como correntes de atuação interna ao movimento negro, não possui de maneira nenhuma a pretensão de questionar a união e a efetividade das ações do movimento negro no Brasil. Inclusive, acredito que é exatamente essa diversidade de frentes de ações que leva a questão racial a ser debatida em várias esferas da sociedade.

O maior desafio na construção deste trabalho foi a dificuldade de conseguir realizar as entrevistas que seriam as fontes principais do terceiro capítulo. Dificuldades de contato, de agenda, distância, pareciam que seriam intransponíveis. E, de fato, não conseguimos contatar ou entrevistar alguns militantes, cujas trajetória seriam muito importantes para as discussões abordadas nesta dissertação. Por outro lado, os militantes que conseguimos

---

<sup>206</sup> MEDEIROS. Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros. Depoimento [abril, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

entrevistar foram também essenciais para finalizar esse trabalho. Com a paciência e a colaboração deles, enfrentamos as dificuldades técnicas na realização de entrevistas realizadas remotamente, que se tornaram nossa única opção.

Ao final de cada entrevista eu fazia uma pergunta aos militantes sobre quais foram as maiores dificuldades e desafios da militância de cada um deles. As respostas foram diversas, mas muitas envolveram as relações com a família e o equilíbrio entre militância e vida pessoal. Sobre isso, é interessante a resposta de Astrogildo Esteves:

Pra mim acho que não estar em São Paulo no momento da morte dos meus pais... Então na realidade a militância ela tem um desgaste na família, isso é normal. Não foi diferente muito diferente da minha família, mas não chegou aos extremos que aconteceram aqui no Rio muito triste. Tem uma coisa muito marcante que foi o quando aqui no Rio, a gente tinha um grande ativista na década de 1980, eu não lembro... não lembro nem o nome dele mais. E ele é um cara que era aquele ativista nato, entendeu? Militante do movimento negro e quando ele falece o filho dele vai no velório e esculhamba, compadre... Olha, disse as coisas mais... Eu não estava presente. Mas quando as pessoas narraram isso... Isso é umas coisas que graças a Deus eu não vou ter isso do meu filho. Pô, pelo menos meu filho discorda de mim, mas pelo menos não tem uma aversão. Que eu acho que é o acaba sendo um resultado um pouco de dessa não compreensão do que essa luta política a gente vive tenta sobreviver nessa sociedade racista que a gente passa né? Então ele não quis fazer nenhuma ele não quis fazer faculdade na área de na área nem da mãe dele nem da minha. Ele foi ser administrador de empresa. Então o oposto... e é flamenguista. Entendeu? Eu sou corintiano e a mãe dele era vascaína. Então dentro de casa isso é um mero comentário jocoso. O que me marcou foi não estar presente na perda dos meus pais.<sup>207</sup>

A dedicação ao movimento negro muitas vezes era total e tirava os militantes do seu círculo familiar prejudicando as relações mais próximas. Outra resposta recorrente foi a perda de companheiros de militância. O equilíbrio entre militância e saúde mental também se configurou em um desafio importante para a geração de 1970 superar ao longo dos anos. No depoimento de Rafael Pinto temos um resumo que une os dois assuntos e é interessante de ser reproduzido aqui:

A minha dificuldade que eu posso apontar foi perda de companheiros. Perder companheiro... Companheiro de luta, na sua vida, no seu presente essas perdas são dolorosas. Perder Vanderley José Maria pra mim foi muito difícil. Perder o Hamilton [Cardoso] foi muito difícil, apesar que essas pessoas, esses companheiros deixaram as coisas escritas, o seu legado está aí. Mas perder companheiro é muito difícil, companheiro, companheira. É muito difícil pra nós. Você acha que perder Beatriz Nascimento, meu? Entendeu? Ela deixou o legado dela que nós “tamo” dando continuidade, perdemos a Beatriz com uma besteira. Uma discussão de rua. Então é isso, de uma certa maneira para o que a gente fala e nós lutamos o tempo todo é que

---

<sup>207</sup> ESTEVES FILHO. Astrogildo Bernardino. Astrogildo Esteves. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

a violência policial quando se fala de vidas é muito complicado. Nós não podemos é tratar isso.... Não podemos deixar isso ser rotineiro, nós não podemos aceitar essas perdas. E eu tô citando a Beatriz sem falar das outras pessoas, eu tô falando das e dos militantes, mas eu tô falando de outras pessoas, o vizinho ao lado, sabe? É isso.<sup>208</sup>

É importante perceber como a violência física e psicológica que subjuga pessoas negras através do racismo também afeta e afetou os militantes que buscavam combatê-la. Os desafios que os militantes negros da geração de 1970 enfrentaram para articular os movimentos que se formaram na época vão além dos explorados nesse trabalho que não teve a pretensão de abordar todos eles. Alguns desses desafios são imensuráveis. No entanto, pretendemos com essa dissertação contribuir para uma expansão dos estudos sobre a atuação do movimento negro brasileiro.

---

<sup>208</sup> PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. **História: Questões & Debates**, v. 63, n. 2, 2015.

ALBERTO, P. L. **Termos de Inclusão: Intelectuais brasileiros no século XX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2017.

ALMEIDA, Silvio. L.. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo/ Brasil: Pólen Livros, 2019.  
 APPIAH, Kwane Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Maria Paula. "Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral." In: MAIA, Andréa Casa Nova; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Outras Histórias. Ensaio em História Oral**. Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012.

BARRIOS, Luiza. "Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil", **Afro-Ásia**, no 17, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 1988.

COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. trad. Rane Souza. São Paulo :Boitempo, 2020.

COVIN, D. **The Unified Black Movement in Brazil, 1972-2002**. Jefferson: McFarland&Company, 2006.

DE JESUS, Marize. O regime militar e a questão racial: o interdito. Entre o local e o global: **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**, 2016.

DOMINGUES, Petrônio . Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. E o golpe virou revolução... In: **1964 O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018080. p.82 Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>. Acesso em: 15 set. 2023.

FICO, Carlos. **Como eles agiam; os subterrâneos da ditadura militar; espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 167-205.

FRY, Peter. Por que o Brasil é diferente? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, p. 178- 182, junho 1996.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZALES, Lélia. “O movimento negro na última década”. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Marco Zero, 1982.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1987.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito” in **Classes, Raça e Democracia**. São Paulo, Ed. 34, 2002.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HANCHARD, M. Resposta a Luiza Bairros. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, 1996, p. 229. DOI: 10.9771/aa.v0i18.20908. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20908>. Acesso em: 6 out. 2023.

KOSSLING, Karin Sant’ Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História)– Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KOSSLING, Karin Sant Anna. Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 1, p. 31-62, 2008.

MANGOLIN, Cesar. O movimento negro ao longo do século XX: notas históricas e desafios atuais. **Realidade Brasileira**, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Luciana Xavier de. **A cena musical da Black Rio: mediações e políticas de estilo nos bailes soul dos subúrbios cariocas dos anos 1970**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em Comunicação na Universidade Federal Fluminense, 2016.

PAMPLONA, Marco. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p. 215-238, 1996.

PEDRETTI, Lucas. **Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970**. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, 2018.



PENNA, Mariana Affonso. História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares. **História Oral**, v. 20, n. 2, p. 7-32, jul./dez. 2017.

PEREIRA, Amilcar Araujo . “Influências externas, circulação de referenciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no ‘Atlântico negro’.” **Ciências e Letras (Porto Alegre)**, 2008.

PEREIRA, AmilcarAraujo. '**O Mundo Negro': relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo. Tradição oral e memória dos povos de religiões afro-brasileiras: possibilidades de pesquisa em história. **Cadernos do Tempo Presente**, [S. l.], v. 8, n. 04, p. 79–92, 2018. DOI: 10.33662/ctp.v8i04.9892. p. 2 Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/9892>. Acesso em: 15 set. 2023.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro. **Relatório da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro**: CEV-Rio, 2015.

PIRES, T. R. O.. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **REVISTA DIREITO E PRÁXIS**, v. 9, p. 1054-1079, 2018.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane G. Ativismo feminista negro no Brasil: Do Movimento de Mulheres Negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política** 34, E238917, 2021.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SILVA, D. F. G. D. Vozes Afro Latinas – A omissão da esquerda e a insurgência do movimento negro. **pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Niterói, v. 2, n. 3, setembro 2012. Tirar essa página

## FONTES

### Audiovisual

Ënití Làrà - Aquele que abre o caminho. Ocupação Cultural Jeholu. 11 de fevereiro de 2023. Os 4 episódios estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=hR4tyUxtEkM&list=PLLQlvkuAnL4hMZfKuofLTGRe-IeYZ2Xp6&index=4>. Acesso em:15/09/2023.

### **Documentos de Arquivo**

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA). “Racismo Negro no Brasil”, 20 de outubro de 1976. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). AC ACE 109622/76, CNF, I/IV.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA). “Racismo Negro no Brasil”, 10 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). AC ACE 109622/76, CNF, I/IV.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE). “Relatório de Especial de Informações nº 02/82”, 22 de junho de 1982. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações do Exército (CIE). AC ACE 59514/86, CNF, I/I.

DELEGACIA DE ORDEM POÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (DOPS/SP). DIVISÃO DE INFORMAÇÕES. Relatório confidencial. 15 de maio de 1978, OS 1056, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS/SP.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. “Abdias do Nascimento - Racismo Negro no Brasil”, 20 de outubro de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Racismo Negro no Brasil”, 04 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). AC ACE 109622/76, CNF, III/IV.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Informação nº 0822/19”, 11 de novembro de 1977. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). AC ACE 109622/76, CNF, III/IV.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Racismo Negro no Brasil”, 14 de julho de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). AC ACE 109622/76, CNF, I/IV.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). “Informação nº 0160/116/ASV/78”, 14 de novembro de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). AC ACE 073/78, CNF, I/I.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros. 2015

RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Colorindo memórias e redefinindo olhares. 2015.

### **Fontes orais**

BARBOSA, Milton. Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 15min).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Sueli Carneiro I (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 55min).

ESTEVES FILHO. Astrogildo Bernardino. Astrogildo Esteves. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

FERREIRA, Yedo. Yedo Ferreira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h 40min).

HOMERO. Vilma. Vilma Homero. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

LEAL, Gilberto Roque Nunes. Gilberto Roque Nunes Leal (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 47min).

MEDEIROS. Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros. Depoimento [abril, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 50min).

MEDEIROS, Carlos Alberto. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 04 de julho de 2013. Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA FILHO, Asfilófilo (Dom Filó). Entrevista concedida aos pesquisadores Izabel Pimentel e Renato Coutinho. Programa de Iniciação Científica, Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro: 18 de junho de 2018.

OLIVEIRA. José Adão. José Adão. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (depoimento, 2003 / 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 5min).

PEREIRA. Amauri Mendes. Amauri Pereira. Depoimento [abril, 2023]. Entrevistadora Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento (maio, 2022). Entrevistadores Lucas Torigoe e LuisLudmer. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa parte do projeto Cotidianos Invisíveis da Ditadura.

SANTOS, Antonio Carlos dos. Antonio Carlos dos Santos (Vovô) (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 22min).

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos . Ivair Augusto dos Santos (depoimento, 2004 / 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 0min), p. 29.

SANTOS. Ivair Augusto Alves dos. Ivair dos Santos. Depoimento [abril, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação

TEXEIRA. Vera Mara. Vera Mara Teixeira. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

### **Periódicos**

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, Edição 129, 15 de maio de 1977.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, Edição 100, 17 de julho de 1976.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, Edição 175, 30 de setembro de 1982.

O PASQUIM, Rio de Janeiro, Edição 423, 09 de setembro de 1977.

O PASQUIM, Rio de Janeiro, Edição 428, 09 de setembro de 1977.